



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

S U M A R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foi referida a correspondência, entre a qual se encontravam alguns requerimentos dos Srs. Deputados, solicitando informações a vários departamentos do Governo Regional.

Ainda neste período foram apresentados dois votos:

- **um voto de protesto**, provindo do Grupo Parlamentar do PS, **contra a atitude negligente do Governo Regional em não colaborar com esta Assembleia na resolução do problema da falta de instalações adequadas para a sua Delegação na Ilha de S. Miguel.**

Na discussão do voto, que foi rejeitado por maioria, intervieram os Srs. Deputados António Oliveira Rodrigues (PS), Victor Cruz (PSD) e Paulo Valadão (PCP).

- **um voto de protesto**, emanado do Grupo Parlamentar do PS, **pela situação injusta a que estão sujeitos os cidadãos residentes nos Açores, ao ser-lhes exigido o pagamento de uma Taxa de Televisão idêntica aos que beneficiam de 2 Canais e com muitas mais horas de audiovisão, contrariando, assim, o princípio sagrado de que "para deveres iguais, direitos iguais".**

Usaram da palavra, na discussão deste voto, os Srs. Deputados Manuel Serpa (PS), Paulo Valadão (PCP), Borges de Carvalho (PSD) e Dionísio de Sousa (PS), tendo o mesmo sido aprovado com 22 votos favoráveis do PS, 1 voto favorável do CDS e 1 voto favorável do PCP, registando 25 abstenções do PSD.

Produziu uma declaração de voto, em nome do seu Grupo Parlamentar, o Sr. Deputado Borges de Carvalho (PSD).

Passou-se, de seguida, às **intervenções de interesse político relevante para a Região**, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Artur Martins (PSD), Martins Goulart (PS) e José Manuel

Bettencourt (PS).

Na sequência das intervenções acima referidas, intervieram os Srs. Deputados Renato Moura (PSD), Victor Evaristo (PSD), Francisco José Silva (PSD), Rui Melo (PSD), Albano Pimentel (PS), David Santos (PSD) e Martins Goulart (PS).

No **Período da Ordem do Dia** foram lidos os **Relatórios das Comissões Permanentes da Assembleia, apresentados ao abrigo do artigo 32º do Regimento**, e que foram os seguintes:

- **Comissão de Organização e Legislação** - Deputado Albano Pimentel (PS);
- **Comissão para os Assuntos Políticos e Administrativos** - Deputado Artur Martins (PSD);
- **Comissão para os Assuntos Sociais** - Deputado Fernando Fonte (PS);
- **Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros** - Deputado Manuel Serpa (PS);
- **Comissão para os Assuntos Internacionais** - Deputado Victor Cruz (PSD).

Seguidamente, iniciaram-se os debates das **Propostas de Resolução sobre o "Plano e Orçamento da Região para 1990"**.

Feita a apresentação das propostas pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, *Gualter Furtado*, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (CDS), Paulo Valadão (PCP), Dionísio de Sousa (PS), Carlos Teixeira (PSD), Victor Evaristo (PSD), Francisco Sousa (PS), Martins Goulart (PS), Rui Melo (PSD), Albano Pimentel (PS), bem como os seguintes Secretários e Subsecretário Regionais: das Finanças e Planeamento, *Gualter Furtado*; da Cooperação Externa, *Lalanda Gonçalves*; da Juventude e Recursos Humanos, *Manuel Arruda*; e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional, *Mota Amaral*.

Os trabalhos terminaram às 20,35 horas.

Presidente: Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 15,00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Álvaro Pacheco, Madruga da Costa, Melo Alves, Manuel Valadão, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Mário Freitas, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Dionísio Medeiros, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, Carlos Pinto, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo; José Manuel Bettencourt, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Paulo Araújo, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Victor Ramos; **CDS** - Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 50 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao **Período de Antes da Ordem do Dia** com a leitura da correspondência que os Srs. Secretários vão fazer o favor de ler.

Secretário (Jorge Cabral): A Sra. D. Ade-

laide Batista enviou uma carta a esta Assembleia, apresentando o seu pedido de exoneração do cargo que lhe foi atribuído como Representante dos Açores no Conselho Nacional de Educação, justificando que tal facto se deve única e exclusivamente a razões de ordem profissional.

- Do Sindicato dos Professores da Região Açores, Delegação da Ilha do Faial, foi recebido um abaixo assinado, solicitando a ratificação do diploma do Governo sobre grelha salarial e estatuto de carreira dos docentes da Educação Pré-Escolar e Ensino Básico e Secundário.

- O Sr. Deputado Rui António Dias Câmara Carvalho e Melo, do Partido Social Democrata, solicita, ao abrigo da legislação em vigor, a suspensão do seu mandato pelo período de 27 a 30 do corrente mês de Novembro.

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD comunica a esta Assembleia que, face a este pedido de suspensão de mandato, o mesmo será substituído pelo Sr. José Artur Jácome Correia.

- A Sra. Deputada Maria Adelaide Batista pede também a suspensão do seu mandato, a partir do dia 24 do corrente mês de Novembro e pelo período de 30 dias, por motivo de actividade profissional inadiável.

- Do Sr. Deputado Regional do PS, Dionísio Amaral de Medeiros, foi recebido o seguinte requerimento:

Considerando que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, situada na Praça Velha, da Vila

da Povoação, é monumento de interesse regional;

Considerando que naquele templo, desde há muito, se vêm fazendo obras de recuperação, sem o mínimo de respeito pelo seu traçado arquitectónico;

Considerando o arrastamento que as obras têm sofrido;

Considerando que com aquelas obras já foram gastas enormes quantias ao erário público, sem qualquer resultado prático.

Requeiro, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, que o Governo Regional me informe do seguinte:

1. Quais as verbas já gastas naquele templo e quem é o responsável pelo mau serviço lá feito?

2. Como e quando pretende o Governo rectificá-lo?

O Deputado Regional: *Dionísio Amaral de Medeiros.*

Secretário (Manuel Goulart): Dos Srs. Deputados do PSD, Regina Cunha e António Silveira, o seguinte requerimento:

"Considerando que a resposta a requerimentos dos Deputados do PSD, sobre o Bairro Social da Ribeira Seca em S. Jorge, ainda não é satisfatória para um completo esclarecimento sobre os casos dos sinistrados das Fajãs de S. Jorge, aquando do sismo de 1980;

Considerando que para uma resposta clara e objectiva aos moradores daquele bairro é necessário conhecer mais alguns dados que ainda não possuímos;

Solicita-se ao Governo Regional e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis a seguinte informação:

- Relatório da Comissão Eventual, constituída por Despacho de 1 de Outubro de 1981, de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional, e no que toca aos agregados familiares sinistrados que habitam as Fajãs de S. Jorge.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Novembro de 1989.

Os Deputados Regionais: *António Silveira e Regina Cunha.*

Secretário (Jorge Cabral): O Sr. Deputado Regional do PS, Dionísio Amaral de Medeiros, enviou um requerimento do seguinte teor:

Considerando que o telefone é hoje uma necessidade real;

Considerando que o telefone, como instrumento ao serviço da sociedade, pode até salvar vidas e é imprescindível para as actividades económicas;

Considerando que o bom funcionamento

dos telefones na Região Autónoma dos Açores é o factor que beneficia a nossa imagem, perante aqueles que nos visitam;

Considerando que, para além de funcionarem mal, os telefones no Concelho da Povoação são um bem raro e de difícil alcance;

Considerando que existem, neste Concelho, pelo menos duas dezenas de utentes do telefone, pelo qual estão à espera há mais de dois anos, nalguns casos;

Considerando que, segundo informações dos CTT a que tivemos acesso, só no final do próximo ano os serviços poderão estar normalizados;

Considerando que, apesar dos CTT serem uma empresa pública, titulada pelo Governo da República, não pode o Governo Regional ficar alheio ao problema;

Considerando que compete ao Governo Regional pugnar para que as Empresas Públicas aumentem os seus investimentos nos Açores de forma a que a qualidade dos serviços seja, no mínimo, idêntica à prestada no Continente.

Requeiro, ao abrigo das disposições estatutárias aplicáveis, que o Governo Regional me informe do seguinte:

- Que medidas tem tomado o Governo e pretende tomar para resolver o problema dos telefones no Concelho da Povoação?

O Deputado Regional: *Dionísio Amaral de Medeiros.*

- Os Srs. Deputados do PS, Francisco Sousa, Luís Filipe Cabral e Fernando Fonte, enviaram o seguinte requerimento:

"Ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis requeremos ao Senhor Presidente do Governo Regional cópia das actas das reuniões da Comissão Executiva e do Plenário do Conselho de Concertação Social, efectuadas até esta data, bem como os documentos nelas distribuídos.

Horta, Sala das Sessões, 12 de Novembro de 1989.

Os Deputados Regionais do PS: *Francisco de Sousa, Luís Filipe Cabral e Fernando Fonte.*"

Secretário (Manuel Goulart): Dos Srs. Deputados Regionais do PSD, António Silveira e Regina Cunha, o seguinte requerimento:

"Considerando que desde há muito tempo a Junta de Freguesia do Norte Grande - S. Jorge, tem recorrido às mais diversas entidades no sentido de resolver os problemas da poluição ambiental criados pela existência, na Fajã do Ouvidor, de um viteleiro;

Considerando que essa Fajã apresenta con-

dições excelentes sob o ponto de vista turístico e piscatório;

Considerando que o viteleiro, já referido, além da poluição que causa, também se desenhada do meio, em termos da própria construção;

Considerando que o actual PMP 1989/92, e no que respeita ao ambiente, define acções que visam melhorar e preservar o meio ambiente em que vivemos;

Solicita-se ao Governo Regional, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o seguinte esclarecimento:

1. Está o Departamento do Governo responsável pelo Ambiente conhecedor desta situação?

2. Atendendo a que os proprietários do referido imóvel estão interessados na sua cédência, poderá a Direcção Regional do Ambiente participar numa operação que vise acabar com o respectivo viteleiro e recuperar e melhorar a respectiva zona envolvente?

Horta, Sala das Sessões, 22 de Novembro de 1989.

Os Deputados Regionais: António Silveira e Regina Cunha."

- Dos mesmos Srs. Deputados Regionais do PSD, Regina Cunha e António Silveira, um requerimento do seguinte teor:

"Considerando que o actual horário e percursos da SATA, prejudica em termos de passageiros e carga a Ilha de S. Jorge; solicito ao Governo Regional e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis as seguintes informações:

1. A actual divisão do espaço para passageiros/carga, bem assim como horário e rotas da SATA, é para se manter ou vai sofrer alterações? E no tocante à Ilha de S. Jorge?

2. Para quando prevê a SATA pôr em execução uma política de preços, que os passageiros de/ou para S. Jorge possam (sem pagar mais) e no espaço de 24 horas, seguir, a partir da Terceira e para ilhas como as Flores, Faial e Graciosa, pagando só o valor de um percurso directo entre as ilhas referidas?

Horta, Sala das Sessões, 22 de Novembro de 1989.

Os Deputados Regionais: António Silveira e Regina Cunha."

Secretário (Jorge Cabral): Da Presidência do Governo foi recebida uma Proposta de Resolução sobre "Limites dos Avoles a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1990".

Baixou à Comissão de Finanças e Planeamento para emissão de parecer até 8 de Fevereiro de 1990.

Presidente: Srs. Deputados, o Partido Socialista apresenta dois votos de protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Oliveira Rodrigues para apresentar este voto.

Deputado António Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Protesto"

No início desta legislatura, os deputados do PS pelo círculo de São Miguel, formularam sob a forma de requerimento, um pedido através do Presidente da Assembleia Legislativa Regional, para que fosse requisitado ao Governo Regional a Sala de Imprensa situada no Palácio da Conceição como instalação provisória da Delegação da Assembleia até que houvesse possibilidade de aquisição de edifício próprio.

Partimos da convicção que a referida instalação apenas tem utilidade em períodos eleitorais.

Era uma forma, embora provisória, de resolver o problema da falta de Delegação da Assembleia na Ilha de São Miguel, rentabilizando uma estrutura, equipada com os meios necessários e que julgamos subaproveitada.

Assim não entendeu o Governo Regional, destinando para Delegação da Assembleia, as instalações da actual Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, com a promessa de que em breve a situação estaria resolvida.

Passados 13 anos de institucionalização da autonomia não existe ainda delegação do órgão máximo do regime autonómico, na ilha que elege mais deputados.

A expectativa criada, de que as instalações da actual Secretaria Regional dos Recursos Humanos seriam cedidas à Assembleia Regional, foram no decurso do ano, se desvanecendo, devido à inércia do Governo Regional sobre este assunto.

Considerando estes factos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional nos termos estatutários e regimentais aplicáveis propõe que a Assembleia aprove o seguinte voto de protesto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores protesta contra a atitude negligente do Governo Regional em não colaborar com esta Assembleia, nomeadamente quando instado ao abrigo do Decreto Legislativo Regional que permite requisitar ao Governo Regional instalações situadas em qualquer ilha da Região.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Novembro de 1989.

A Direcção do Grupo Parlamentar do PS:

Dionísio de Sousa, Francisco Sousa, Manuel Goulart Serpa e Carlos Mendonça".

Presidente: Nos termos regimentais está este voto à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD votará contra este voto de protesto porque entende que esta questão deve ser resolvida, antes de mais, acima de tudo e em primeira linha, por esta Casa.

Julgamos que não tem cabimento acusar-se o Governo Regional de negligente, quando apenas poderá ter havido algumas dificuldades práticas, por parte do Governo Regional, em colaborar com esta Assembleia na resolução desse problema.

Nós, Grupo Parlamentar do PSD, estamos também interessados em que a abertura da Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em S. Miguel, se realize o mais breve possível. Colaborámos nesse sentido, mas julgamos que não deve ser imputado ao Governo Regional, sob a forma de negligência, a não resolução deste problema em primeira linha.

Pelas razões acima expostas, votaremos contra este voto de protesto.

Presidente: Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós consideramos que é da máxima importância que a Assembleia Legislativa Regional seja devidamente instalada em todas as ilhas, que sejam feitos esforços no sentido de que, efectivamente, essas instalações sejam condignas e que permitam a todos os Deputados um trabalho eficiente e condigno nos locais onde se encontrem. Assim, votaremos favoravelmente o voto de protesto apresentado pelo Partido Socialista.

Presidente: Continua a discussão. Não havendo mais intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi rejeitado por maioria, com 25 votos contra do PSD, registando 22 votos favoráveis do PS, 1 voto favorável do CDS e 1 voto favorável do PCP.

Presidente: Passamos agora ao outro voto de protesto, também da iniciativa do Partido

Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para apresentar este voto.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Protesto"

A intensificação da campanha para pagamento da taxa de Televisão com vínculo de obrigatoriedade e a coerciva execução da mesma, vem levantar, de novo, um problema já apresentado nesta Assembleia pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Ao ser coarctada a possibilidade de obtermos as imagens em directo do Canal 1 da Radiotelevisão Portuguesa criou-se uma desigualdade gritante entre os habitantes da Região Autónoma dos Açores e os do Continente Português, desigualdade tão ciosamente atacada noutros sectores e em outras circunstâncias.

Estranhamente, com uma passividade comprometedora, permite-se que os Açorianos, que apenas podem usufruir de uma Emissão Regional, a determinadas horas do dia, sejam sujeitos a um pagamento de uma taxa idêntica aos que beneficiam de dois canais e com muitas mais horas de audiovisão.

Consideramos esta situação profundamente injusta, atentatória dos direitos dos cidadãos residentes nos Açores, manifestamente contrária ao princípio sagrado "para deveres iguais, direitos iguais".

Atendendo a que a continuação da campanha imposta pela RTP, para além de injusta, fere a sensibilidade de todo o povo dos Açores.

A Assembleia Legislativa Regional, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, expressa o seu protesto pela lamentável situação criada, geradora de conflitos, arbitrariedade e injustiças.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Novembro de 1989.

A Direcção do Grupo Parlamentar do PS: *Dionísio de Sousa, Carlos Mendonça, Francisco Sousa e Manuel Goulart Serpa*".

Presidente: Está à discussão este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Perante este voto de protesto apresentado pelo Partido Socialista, entendemos que, neste momento, a população da Região Autónoma dos Açores está numa situação desfavorecida em comparação com a restante popula-

ção do Continente Português.

Não queremos entrar em pormenores em relação ao Canal ou aos Canais que deveriam chegar em directo à Região porque, em relação a isso, o assunto poderá ser noutra altura devidamente discutido. O que nós entendemos é que, efectivamente, a população dos Açores deveria e deverá ser contemplada com dois Canais e, daí, votarmos favoravelmente o voto apresentado pelo Partido Socialista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para pedir alguns esclarecimentos aos proponentes.

Em primeiro lugar, nós gostaríamos de saber, para podermos votar, quais são as situações concretas de arbitrariedade e injustiças que existem.

Em segundo lugar, saber se existe ou não uma lei que institui a taxa de televisão, e lei essa que estabelece quais são os mecanismos do seu pagamento e da execução específica.

Em terceiro lugar, saber se com este voto se está atingindo a lei ou se se está atingindo apenas quem está cumprindo a lei.

Presidente: Srs. Deputados, coloca-se aqui um problema de ordem regimental. O que está estabelecido no Regimento é que "pode usar da palavra um deputado de cada um dos grupos parlamentares, pelo período máximo de cinco minutos" - não estão previstos pedidos de esclarecimento.

Todavia, há matérias que não podem ser apreciadas e votadas se não estiverem esclarecidas.

Assim sendo, vou dar a palavra a um deputado do Partido Socialista para uma intervenção, pedindo-lhe que esclareça, dessa forma, os Srs. Deputados do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Algumas das perguntas solicitadas pelo Sr. Deputado do PSD estão contidas no texto do voto: as arbitrariedades, as injustiças e os conflitos resultam precisamente desta diferenciação existente entre a situação na Região Autónoma dos Açores e o resto do Continente Português, ou seja, à diferença de possibilidades de acesso e de uso da televisão com 1 e 2 Canais.

Prende-se também com a situação prática, provocada pela intensificação da actual campanha, que leva à acumulação de proces-

sos nos Tribunais - os números variam de concelho para concelho mas, nalguns casos, fala-se em 10.000 processos, noutros em 4.000 processos - que, inevitavelmente, acabarão por criar, na prática, injustiças, ou seja, aquelas pessoas que persistirem e que resistirem heroicamente às pressões que a televisão faz, diariamente, anunciando concelho a concelho, quais são as zonas do território dos Açores que vão estar sujeitas à inspecção, criarão necessariamente situações desiguais porque aquelas pessoas que não fizerem o pagamento, a maior parte dos processos não terá andamento conveniente nos Tribunais devido à acumulação e à incapacidade dos Tribunais em resolver esses mesmos processos.

A existência da lei não é efectivamente desconhecida para nós, e nós, nesse aspecto, já demos indicação ao nosso deputado na Assembleia da República para que, na discussão do Orçamento a que se está procedendo na Assembleia da República, possa ser introduzida, no capítulo apropriado do Orçamento do Estado, a alteração conveniente que permita a modificação desta situação e a isenção de taxas na Região Autónoma dos Açores - e, segundo creio, a situação é idêntica na Região Autónoma da Madeira - para que a lei seja ajustada às condições reais dessas duas Regiões.

Em relação ao objectivo concreto que nos propomos, nós temos em vista, nem que a lei deixe de ser aplicada, nem o protesto é contra as pessoas que aplicam a lei.

Procuraremos exercer o que está ao nosso alcance para que essa disposição seja alterada. Entendemos também que é perfeitamente descabida a intensificação desta campanha, sem outras consequências práticas que não seja criar algum alarme na população.

Presidente: O Sr. Deputado Borges de Carvalho pede a palavra. Todavia, nós não temos nenhuma figura regimental que me permita dar-lhe a palavra para uma segunda intervenção, uma vez que não estão previstos pedidos de esclarecimento sobre esta matéria.

Se o Sr. Deputado quiser, poderá usar, depois, da palavra para uma declaração de voto. Tenho muita pena, mas realmente nesta questão de votos o nosso Regimento é muito...

Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, eu posso pedir um esclarecimento à Mesa?

Presidente: Certamente!

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu creio que o que está aqui em causa é mais importante do que um voto qualquer de protesto.

É evidente que pode, talvez, estar aqui em causa excessiva sensibilidade profissional, mas penso que algumas das afirmações proferidas pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa quanto a Tribunais não correspondem à realidade.

Admito perfeitamente que ele não esteja dentro dos elementos, mas certamente estão aqui colegas que sabem perfeitamente que isto é diferente e, portanto, custa-me que, de facto, a gente esteja a levantar aqui uma questão que, enfim, tem consequências diferentes daquelas que são puramente de um voto de protesto.

Deputado Albano Pimentel (PS): São Tribunais Fiscais!

O Orador: Isto é uma execução fiscal! Não tem nada a ver com Tribunais! Os Srs. Deputados sabem perfeitamente...

Presidente: Eu peço que não estabeleçam o diálogo. O Sr. Deputado Borges de Carvalho pede uma informação à Mesa, realmente eu compreendo as dificuldades, mas não tenho interpretação regimental que permita dar a palavra ao Sr. Deputado Borges de Carvalho para mais uma intervenção.

Assim sendo, vamos passar à votação e, seguidamente, os Srs. Deputados farão as declarações de voto que entenderem.

Se, por acaso, os Srs. Deputados entendem que esta matéria ultrapassa as possibilidades da votação, suspende-se a nossa Sessão por algum tempo e, depois, proceder-se-á à votação.

(Pausa)

Parecendo não haver objecções, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi aprovado com 22 votos favoráveis do PS, 1 voto favorável do CDS e 1 voto favorável do PCP, registando 25 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho para uma declaração de voto.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata absteve-se na aprovação deste voto por uma razão muito simples - até entende-se que deveria, em consciência ter votado contra - mas absteve-se, dizia, para que os Srs. Deputados proponentes depois não dissessem, demagogicamente, que queríamos que as pessoas pagassem a taxa de televisão.

Nós pensamos que esta Assembleia se, porventura, entende que não deve ser paga a taxa de televisão na Região Autónoma dos Açores, deveria, pura e simplesmente, de acordo com as leis vigentes, quer constitucionais, quer estatutárias, pedir a inconstitucionalidade do decreto-lei que impõe a taxa de televisão.

Em segundo lugar, porque aquilo que está existindo é efectivamente a exigência, por execução do pagamento da taxa de televisão, de factos que estão acontecendo - e devo dizer que já há muito açoriano que foi executado.

Por outro lado, há muito açoriano que paga a taxa de televisão, e isto vai, pura e simplesmente, incentivar uma ideia que, em nossa opinião, é contrária a um Estado de Direito, que é precisamente a dos Representantes do Povo incentivarem as pessoas a desrespeitarem as leis quando, em consciência, já se sabe que esse desrespeito é impossível, porque se houver algum açoriano que agora, motivado por este voto, se lembre de não pagar, vai-lhe ser mesmo penhorada a casinha ou outra coisa no género.

Portanto, nós pensamos que estamos a prestar um péssimo serviço à nossa Comunidade.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais declarações de voto, passamos ao Período de Antes da Ordem do Dia destinado ao **tratamento**, pelos Srs. Deputados, **de assuntos de interesse político relevante para a Região.**

O Sr. Deputado Paulo Valadão, do Partido Comunista, anuncia que não utilizará, nos termos regimentais, o seu tempo disponível para esta discussão, acumulando-o para uma próxima Sessão.

Assim sendo, o tempo disponível para o Partido Socialista passa a ser de 24 minutos e para o Partido Social Democrata serão 30 minutos e meio.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Go-

verno:

A freguesia de Rabo de Peixe, uma das maiores da Região, tem problemas de natureza sócio-económica, devido à sua densidade populacional e às assimetrias existentes, que implicam que os Órgãos Regionais e Locais redobrem esforços no sentido de minimizar a situação existente.

A realidade de Rabo de Peixe não é fácil de resolver com a celeridade que todos nós desejaríamos, mas é possível atenuar as suas consequências promovendo acções atinentes a travar a natural amplitude dos seus problemas.

Imbuída deste espírito de inquietação social, a Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, através da Direcção de Serviços de Acção Social e Equipamentos Colectivos, promoveu a dinamização de um projecto de luta contra a pobreza, intitulado "**A Ruptura de um Ciclo**", dirigido a uma faixa da população da dita freguesia e está inserida no II Programa de Luta Contra a Pobreza da Comunidade Europeia.

O projecto prevê como principais objectivos:

1. A procura de novas actividades alternativas de ocupação como fonte de receita para o agregado familiar, a partir das potencialidades próprias da Região e

2. A mudança das condições e da qualidade de vida da população por redução dos problemas de absentismo escolar, analfabetismo generalizado, alcoolismo, habitação degradada e sobreocupada em estado de passividade e acomodação a situações de graves carências.

Como meios para atingir estes objectivos, têm sido privilegiados os contactos pessoais com as famílias carentes, com vista à consciencialização dos seus problemas e a criação de grupos que se alargam progressivamente para procurar recursos que possam trazer soluções aos seus problemas.

O projecto em questão está em curso desde Julho de 1987, tendo sido, entretanto, desenvolvidas as seguintes acções:

- Estudo em toda a freguesia dos locais mais degradados, nos seus aspectos demográficos e sócio-económicos;

- Criação de dois Centros de Animação Sócio-Educativa, que têm como grande objectivo a redução dos problemas do absentismo e insucesso escolar e contribuir para a transformação social da comunidade, por via da criança como agente de mudança;

- Os Centros estão preparados para dar resposta a 120 crianças cada, em idade esco-

lar, distribuídas por grupos de 20 e com uma frequência de duas vezes por semana em turnos de 3 horas e 30 minutos e de acordo com os tempos lectivos. Além das actividades sócio-educativas, o Centro fornece um suplemento alimentar para diminuir o déficite alimentar das crianças;

- Criação de uma cooperativa de rendas, bordados e artefactos com vista à ocupação das mulheres e ao aumento do rendimento familiar;

- Criação de uma horta comunitária com o duplo objectivo de criar condições de ocupação e trabalhos e possibilitar o consumo de produtos hortícolas pelas famílias;

- Programa de vacinação ao nível de saúde escolar;

- Início do programa "Educação para a Saúde" abrangendo a saúde escolar;

- Introdução de um suplemento alimentar nas escolas do ensino básico;

- Participação de 10 homens nas zonas abrangidas pelo projecto no Programa de Ocupação de Emergência da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos;

- Concessão de materiais para a recuperação da habitação degradada;

- Curso de alfabetização no âmbito da Educação Permanente;

- Em curso, a criação de um núcleo do CARA na freguesia;

- Como hipótese de pesquisa, o projecto pretende conhecer as dinâmicas e as causas da pobreza e a persistência durante gerações que condicionam a vida destas famílias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É-nos grato constatar que o projecto tem realizado, ao longo de mais de dois anos, os objectivos de promoção social a que se propôs nas áreas mais carenciadas. O trabalho realizado nos dois Centros de Animação Infantil tem provocado a redução do absentismo e insucesso escolar e são factor de promoção das crianças.

O estado de passividade e acomodação das populações à situação de graves carências está a reduzir-se e um bom exemplo é o funcionamento da cooperativa de bordados.

A horta vai contribuir para a modificação dos hábitos alimentares e a ocupação dos tempos livres.

Melhorou-se algumas casas e procurou-se sanear o ambiente das zonas.

Trata-se de um projecto que deve servir de exemplo para outras intervenções em áreas degradadas socialmente.

Rabo de Peixe começa a perder a imagem

negativa que tinha, porque se começa a acreditar nas potencialidades dos seus habitantes, logo que devidamente estimulados. A interdisciplinaridade dos serviços é factor de desenvolvimento integrado e é necessário que assim se proceda para potenciar os nossos recursos que são poucos.

Como o projecto termina formalmente no próximo dia 30 de Novembro e consequentemente cessa o apoio comunitário, apela-se para que o Governo Regional dê todo o apoio indispensável para que o trabalho deste projecto continue com a mesma dinâmica e com recursos financeiros necessários para que a promoção social, que se iniciou, tenha a breve prazo, os seus frutos e a população carecida assuma o seu desenvolvimento, de modo a que as crianças de hoje sejam melhores homens amanhã.

Os resultados positivos da experiência do projecto "**Ruptura de um Ciclo**" indiciam, como acabei de referir, que o mesmo deve ter, não só continuidade, como deve ser alargado a outras freguesias da Região.

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uso da palavra, em nome do meu Grupo Parlamentar e do Partido Socialista nos Açores, para contestar as afirmações despidas de qualquer fundamento - ontem proferidas pelo PSD dirigidas ao PS em tom provocatório e que, naturalmente, exigem uma resposta firme.

A título de introdução, informo os Srs. Deputados do PSD que não será meu hábito - como, aliás, tenho feito até aqui - responder a provocações de índole pessoal. Por isso, a razão desta intervenção, embora possa assemelhar-se a um protesto contra o arrazoado de invectivas organizadas pela maioria parlamentar, justifica-se porque julgo que a dignidade desta instituição deve ser sempre defendida, não se permitindo deixar passar em claro libelos acusatórios eivados de falsidades e, especialmente, quando decorrem na sequência do discurso oficial do PSD, detendo, portanto, a benção política do Presidente do PSD dos Açores.

Deputado Ricardo Barros (PS): Muito bem!

O Orador: O meu protesto não será tão breve quanto desejava.

Em primeiro lugar, assumo e reconfirmo, nesta Assembleia, todas as críticas que o Partido Socialista tem publicamente divulgado,

através dos seus órgãos regionais e locais, relativamente à actuação do Presidente do Governo, à manifesta incompetência e incapacidade política dos Membros do Governo Regional, bem como no que concerne às denúncias de actos condenáveis perpetrados por agentes partidários do PSD.

Deputado Rui Melo (PSD): Não apoiado!

O Orador: Desde a reprovação do comportamento político do Dr. Mota Amaral, que de há longa data deixou de cumprir as suas obrigações de responsável pelo funcionamento do executivo regional alheando-se dos problemas concretos que afligem as populações e optando por desenvolver acções desprestigiantes de autopropaganda fora dos Açores à custa do erário público até à denúncia do clientelismo e da coacção exercida sobre cidadãos por pessoas que, directa ou indirectamente, representam o PSD ou o Governo Regional, tudo isso confirmo aqui.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: O Povo dos Açores já começou a abrir os olhos para o descabro da governação regional; mas ainda não está completamente informado quanto à realidade de muitos factos.

Os açorianos conhecem, na carne, as consequências nefandas das acções e das omissões do Governo Regional. Conhecem, também, o estofado daqueles que, apregoando os valores da Democracia, utilizam exclusivamente os seus mecanismos formais, com o único objectivo de satisfazer projectos de poder pessoal e de grupos de clientes privilegiados.

Deputado António Oliveira Rodrigues (PS): Muito bem!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Sr. Deputado está a mentir!

O Orador: As enormes virtualidades da Autonomia Regional têm-se perdido, assim, em lutas estéreis, em tranquilidades excessivas e em combates perdidos.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Povo dos Açores continua a querer sair da sua terra. Porque, ao cabo de treze anos de regime autonómico, o PSD e o seu Governo colocaram, como prioridade máxima, exercer o poder pelo poder, esbanjando dinheiros públicos sem garantir a reprodutividade do investimento, executando uma política de eleitoralismo permanente, assente no imediatismo e na demagogia. Os resultados dessa política nefasta estão à vista em todas as ilhas dos Açores. E, embora tenham recebido um aviso muito sério de que algo

está para mudar, persistem nos mesmos erros do passado.

Qualquer açoriano sabe, perfeitamente, em que contexto é que se desenrola a actividade política regional. Por assim ser, os açorianos compreendem que o Partido Socialista - por ser um partido responsável e defensor dos Direitos Humanos - não tenha divulgado, nem divulgará, antes de ser eleito para dirigir os destinos desta Região Autónoma, o nome dos cidadãos que viram os seus direitos cívicos ameaçados no caso de virem a integrar listas de candidatos apresentados pelo Partido Socialista.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Isso é desculpa, Sr. Deputado!

O Orador: O Povo dos Açores aceita, em silêncio, a justeza da nossa decisão em proteger os cidadãos do abuso do poder, mesmo quando nos recusamos a identificar os prevaricadores. Tornar-se-ia, infelizmente, demasiadamente simples, devido à pequenez dos meios sociais e às circunstâncias específicas que nos foram comprovadas, identificar-se, por essa via, os cidadãos ameaçados. As represálias aconteceriam, como, aliás, nunca deixou de acontecer, mesmo sob as formas mais subtis, nesta Região.

Tivemos, todavia, o cuidado de exemplificar, publicamente, um caso. Está no domínio público e é do conhecimento do Sr. Presidente do Governo Regional.

Deputado Francisco Sousa (PS): Ouça ... Ouça!

O Orador: Para os mal informados, refere-se ao tratamento discriminatório de uma autarquia socialista por parte de um Chefe de Divisão da Administração Regional que é militante do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A situação referida basta para demonstrar que, a facilidade com que se pratica o abuso de poder a nível institucional através do favoritismo e da discriminação, tem equivalência no plano individual, apesar de já não surtir os efeitos de outrora.

É que os açorianos estão a libertar-se do medo. Mas porque este repugnante fenómeno ainda intimida alguns, revelamos, agora, onde foi detectado: na Banca, nos CTT, em empresas públicas regionais e nacionais, nas autarquias e em empresas privadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou aproveitar esta oportunidade para alargar o âmbito da minha crítica ao Governo Regional e ao partido que lhe confere suporte institucional.

Assim, para além da intimidação política,

os agentes do PSD tentaram aliciar cidadãos, muitos deles publicamente reconhecidos como militantes e simpatizantes do Partido Socialista. As contrapartidas que lhes propuseram foram de diversos tipos, predominando a oferta de empregos. Até no Corvo esta situação aconteceu.

Para estes casos, como os Srs. Deputados bem sabem, a lei prevê penas de prisão.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Este tipo não tem vergonha nenhuma!

O Orador: E o que se passa nalguns serviços da Segurança Social?

Não será necessário demonstrar o que acontece, sistematicamente, em todos os períodos eleitorais. Refiro-me, naturalmente, à actuação dos agentes da Segurança Social afectos ao PSD que, em contacto com uma larga faixa da população açoriana, informam os cidadãos mais vulneráveis e desprotegidos que, se o PSD ganhar as eleições deixarão de ser pagas as pensões de velhice e de invalidez, sendo, deste modo induzidas a votar no PSD.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD).

O Orador: É por causa de tanta mentira e hipocrisia que o PSD conseguiu ser maioritário nesta Região.

Não sei se lhe bastam estes factos, Srs. Deputados, para que fique demonstrado que o Povo dos Açores tem mesmo que se libertar do jugo do PSD, para poder viver em liberdade plena e, então, trilharem os caminhos da Justiça Social e do Progresso.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Já vive há muitos anos!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mudando de assunto, constato já há algum tempo que os Srs. Deputados do PSD e o próprio Presidente do Governo Regional que não sei por que razão não está aqui para debater comigo alguma coisa - estão muito preocupados com a minha postura nesta Câmara.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Bastar-me-ia isso para confirmar que a estratégia do Partido Socialista está correcta, também neste pormenor.

Devo, todavia, chamar a atenção dos Srs. Deputados que falta deliberadamente à verdade quem afirma que eu só tinha intervindo uma vez nesta Assembleia, durante a Sessão Solene dedicada a S. Exa. o Senhor Presidente da República no passado mês de Junho. Engana-se quem o faz; e sugiro aos Srs. Deputados que consultem os "Diários das Sessões" correspondentes às reuniões que trataram os acontecimentos mais importantes da activi-

dade parlamentar para verificarem que o que ontem aqui foi proferido não corresponde à verdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Todos compreendemos o nervosismo do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados do PSD.

Quer queiram quer não é no PS que reside a alternativa ao PSD, e tenham a certeza - porque a História assim o ensina - que os partidos não se renovam sem a substituição dos respectivos dirigentes.

Basta relembrar o "marcelismo" - e refiro-me, obviamente, ao regime político de Marcelo Caetano. Constitui o caso português mais recente em que aqueles que acreditaram na evolução na continuidade foram derrotados. Infelizmente, para os açorianos, um desses derrotados persistiu em conduzir o destino dos Açores como se o "marcelismo" fosse viável sob a capa da Democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os regimes caem quando apodrecem.

E, apenas, uma questão de tempo.

E como o PSD não consegue renovar as suas equipas dirigentes, tem os seus dias contados na governação regional.

(Risos do PSD)

E, certamente, por se aperceberem desta realidade, Srs. Deputados do PSD, que nunca os vi tão nervosos e assustados.

Mas também compreendo que, quando à vossa volta têm um PS em permanente renovação e sempre em crescimento - através da adesão ao seu projecto de cidadãos com sólida formação política e técnica, cujo único objectivo é servir os Açores e as comunidades - todas elas que constituem a nossa Região.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Nota-se!...

O Orador: O Sr. Deputado pode intervir a seguir que eu dou-lhe o tempo todo que quiser!

Para que esse objectivo seja conseguido temos que derrotar o PSD.

A adesão livre e voluntária de independentes que conosco trabalham não decorre de qualquer tipo de aliciamento. Deles, aliás, pedimos muito trabalho e sacrifício. O PS mobiliza a participação cívica dos cidadãos em função da credibilidade dos seus dirigentes e porque é portador de um projecto sério, indispensável à mudança política que, a breve trecho, se operará nos Açores.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Srs. Deputados do PSD e o vosso partido perderão tempo precioso ao bater em ferro frio. Pelo contrário, deviam

estar muito mais preocupados pela instabilidade em que vivem e pela incoerência das opções que vêm tomando.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já foi amplamente demonstrado que o Partido Socialista dispõe de quadros suficientes para governar os Açores.

O Povo dos Açores, nas urnas, manifestou, claramente, esse reconhecimento.

Mas a oposição, nos Açores, não dispõe de instrumentos políticos nem financeiros suficientes para desempenhar todas as tarefas que, naturalmente, desejaria realizar. Não é, portanto, razoável, exigir-se do maior partido da oposição um funcionamento equiparável ao do Governo Regional.

Tem que cessar o mito de que sobre nós recai qualquer obrigação de "contra-governar" a Região enquanto o PSD for Governo.

Devo ainda salientar que, ao contrário do que acontece com o PSD, a actividade política do PS é exclusivamente financiada através da subvenção recebida da Assembleia Legislativa Regional e da cotização dos seus militantes. O nosso orçamento partidário não dispõe de uma receita de centenas de milhar de contos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Os Srs. Deputados do PSD devem saber que o Sr. Presidente do Governo Regional propõe-se gastar, durante o próximo ano, uma módica quantia que ultrapassa os oitocentos mil contos, verba essa que se refere exclusivamente ao financiamento das actividades dependentes da Presidência do Governo.

Neste montante, estarão seguramente incluídas as despesas com as passeatas, as jantaras, as campanhas de auto-promoção, bem como o pagamento das deslocações dos jornalistas que o acompanharão nas sucessivas deslocações que fizer para fora da Região e cuja missão é, muitas vezes, a de empolar o conteúdo e a importância das iniciativas em que o Presidente do Governo participa.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta verba e este comportamento do Presidente do Governo Regional ofende a dignidade do Povo dos Açores; e, em particular, representa um insulto bem sentido por aqueles a quem ainda não foram dadas as mínimas condições para viverem dignamente na sua terra. Esta humilhante realidade devia envergonhar-vos, Srs. Deputados do PSD.

Muitos militantes do PSD, por essa Região fora, já disseram "Basta!"

Não foi só em Berlim que se rachou o mu-

ro!

Aqui, nos Açores, já se abriram fendas profundas no "muro da vergonha" do PSD.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(*Risos do PSD*)

O Orador: E os cidadãos oprimidos pelo regime da "Região-laranja" estão, igualmente, a passar, em grande número, para o espaço de liberdade onde a Democracia e a Solidariedade não são palavras vãs.

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(*Aplausos do PS*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O discurso que acabou de proferir o Sr. Deputado Martins Goulart deixou-nos a todos completamente patéticos, pela razão simples de que o Sr. Deputado diz não querer responder a provocações quando é ele próprio a fazer essas mesmas provocações.

O Sr. Deputado, que se tem mantido atrás deste muro que lhe criaram para se proteger de situações mais delicadas...

(*Risos do Sr. Deputado Martins Goulart*)

...mandando para a frente, para as situações que não lhe convêm, aqueles que a tanto se dispuseram, sai de vez em quando à rua para comportamentos desta natureza, ou então aparece, como ainda ontem, quando entrou em descomando absoluto só porque as coisas não saíram rigorosamente como o Sr. Deputado gostaria que tivessem acontecido.

Revela, assim, Sr. Deputado, uma perfeita intolerância e uma perfeita incapacidade de aceitar a liberdade que os outros têm, mesmo quando se trata de votar secretamente.

Deputado Martins Goulart (PS): Está-se a ver ao espelho?!

O Orador: O Sr. Deputado, afinal de contas, passa o tempo acusando os outros e lastimando-se porque gostaria de estar em situações em que vê os outros, e quando faz as referências que faz, relativamente ao Presidente do Governo e relativamente às suas idas ao estrangeiro e relativamente às suas participações em determinadas tarefas no estrangeiro que são efectivamente tarefas de um governante e de um Presidente do Governo Regional, o Sr. Deputado manifesta inveja por essa situação.

(*Protestos inaudíveis da bancada do PS*)

O Orador: Para si, pela ausência e pelo desejo tão ardente que sente numa participação que ultrapassa um pouco as barreiras da

Região, chega-lhe, para aparecer, e contenta-se com a leitura de um voto em que se fale da Califórnia.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(*Risos do PS*)

O Orador: Fala o Sr. Deputado com uma arrogância tal - que, aliás, todos lha reconhecem e nisso o Sr. Deputado não é nada modesto - em nome de todo o Povo, como se todo o Povo desta Região fosse Socialista, como se todo o Povo desta Região estivesse já sob o seu mando e o seu domínio.

Modere-se, Sr. Deputado! O Sr. Deputado, por essa via, rapidamente demonstra que é demasiado totalitário para atingir aquilo que o Sr. Deputado gostaria de ser!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Desespera o Sr. Deputado sempre que não ganha, sempre que não consegue aquilo que gostava de ser capaz de conseguir. Depois, apregoa constantemente a capacidade dos seus "quadros".

Não é preciso isso, Sr. Deputado! Basta participar nas Comissões - coisa que o Sr. Deputado ainda não teve paciência de fazer - e logo vemos os "quadros" que existem, do seu partido, nesta Assembleia.

O Povo não tem tido ocasião de o observar, mas também se ler, se ouvir as intervenções, há-de fazer o seu juízo sobre os seus "quadros" e sobre os nossos. Os nossos "quadros" não se esgotam na Assembleia Regional dos Açores, porque nós temos muitos "quadros" que se encontram no Governo, que se encontram na Administração Regional! Os seus "quadros" são conhecidos por aquilo que se vê nas Comissões da Assembleia Regional dos Açores.

Fala também o Sr. Deputado de jornalistas e de pressões sobre os mesmos.

Porventura já se esqueceu o Sr. Deputado do papel que desempenhou durante a "Presidência Aberta" nos Açores junto dos jornalistas?!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(*Protestos inaudíveis da bancada do PS*)

O Orador: O Sr. Deputado já se esqueceu que até se esqueceu de comer exactamente para andar permanentemente junto dos jornalistas...

Deputado Ricardo Barros (PS): Isso é uma vergonha! Até cotoveladas deram!

Presidente: Tenham calma, Srs. Deputados!

O Orador: Eu ouvi as afirmações do Sr. Deputado Martins Goulart durante o tempo todo e ouvi-as sempre calado. Se os Srs. De-

putados tiverem a paciência de me ouvir, depois terão certamente oportunidade de falar e dizerem aquilo que quiserem dizer.

Mas, quando se ouve falar de jornalistas, é preciso não esquecer aquilo que nós também vimos nessa mesma circunstância.

Depois, fala o Sr. Deputado de dinheiro, dizendo que o seu partido não tem dinheiro suficiente para exercer a actividade política que desejariam.

Nós, Sr. Deputado, no Partido Social Democrata, exercemos a nossa actividade política ao nível do Partido Social Democrata com verbas que vêm dos mesmos sítios donde vêm aquelas do Partido Socialista.

Deputado Albano Pimentel (PS): E das Secretarias também!

O Orador: Nós utilizamos o dinheiro do Partido Social Democrata (e só esse!) nas nossas campanhas!

O Sr. Deputado, afinal de contas, acusa os outros de tantas coisas, acusa os outros de ameaças, que são sempre referidas em termos genéricos porque nunca se citaram casos concretos, sob pretextos que não convencem ninguém. O Sr. Deputado esqueceu-se, todavia, de dizer que a sua intolerância vai ao ponto, que aqui não foi dito e que é conhecido de toda a gente, que tem circulado pelos jornais, que não é relativamente a nenhum cidadão comum, mas que é de a um deputado do Partido Socialista se ter dificultado a vida, nos termos em que se dificultou, com receio de ele vir para a Assembleia Regional dos Açores, tendo ele um mandato do Povo como o Sr. Deputado também tem.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Afinal de contas, Sr. Deputado, parece-nos bem que seria muito mais razoável que com a sua actuação, se quer efectivamente obter o lugar de líder - que algum dia se verá que capacidade tem (está-se vendo!!!) - deixasse que o Povo dos Açores fosse livre para, em liberdade, escolher, e de não dizer ao Povo dos Açores que o Povo dos Açores tem de mudar, que o Povo dos Açores tem de querer.

O Povo dos Açores é livre há-de querer aquilo que quiser independentemente da sua vontade, Sr. Deputado!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria fazer um pedido de esclarecimento à Mesa, se Vossa Excelência me permite.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Se mal eu ouvi - e peço desculpa porque não sou realmente muito famoso de ouvido - mas fiquei com a ideia de que o Sr. Deputado Martins Goulart tinha pedido a palavra para fazer um voto de protesto. Terei ouvido mal...

Presidente: Agora?

O Orador: Não! Antes dele falar.

Presidente: Pediu a palavra para uma intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia.

O Orador: E que eu tinha percebido ao contrário!

Todavia, se Vossa Excelência me permite, queria pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Martins Goulart.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

O Orador: O esclarecimento, no fundo, era o seguinte:

Se bem percebi o que o Sr. Deputado disse - e penso que percebi - fiquei com algumas dúvidas sobre algumas coisas que Vossa Excelência aqui disse.

Não querendo repetir aquilo que já disse o meu companheiro de bancada Renato Moura, apenas queria perguntar ao Sr. Deputado o seguinte:

- O Sr. Deputado podia esclarecer esta Câmara, em concreto, de algumas acusações que foram aqui pronunciadas de uma maneira muito vaga pelo Sr. Deputado?

É que, devido à minha formação profissional de jurista, repugna-me ouvir em público acusações de um modo vago e praticamente dilatatório, quando uma acusação é essencialmente um acto concreto, objectivo e individual.

Isto significa que quando vossa Excelência acusa aqui, por exemplo, o Presidente do Governo Regional da prática de determinados actos, como de negligência do exercício das suas funções de Presidente, é qualquer coisa de espantosamente grave, dito assim em público.

Vossa Excelência deve com certeza saber (prezo-o como uma pessoa inteligente!) que, na realidade, negligência é uma palavra em relação há qual terá que haver muito cuidado na sua aplicação - de mais a mais quando se trata de negligenciar actos de exercício de função pública.

Vossa Excelência disse também que havia "esbanjo de dinheiros públicos".

Ora, "esbanjo de dinheiros públicos" é um acto extremamente grave, como Vossa Exce-

lência também tem, com certeza, a consciência.

Eu já não me refiro a outros actos, como o de aliciar os cidadãos, etc., etc., etc... Bom, se o cidadão foi aliciado, tem efectivamente a sua possibilidade de participar criminalmente de quem o tentou aliciar, como Vossa Excelência também sabe, embora Vossa Excelência não tenha especificado quem é nem o que é.

No fundo, só queria perguntar se Vossa Excelência pode, efectivamente, especificar, concretamente, as acusações que fez nesta Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva, também para pedidos de esclarecimento.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi atentamente tudo o que aqui foi dito pelo Sr. Deputado Martins Goulart.

Por alguns momentos julguei-me na minha terra, julguei-me na minha autarquia, que é efectivamente gerida por um Socialista. E julguei-me porque já ontem tinha ouvido aqui também algumas afirmações relativamente às quais não me poderei calar: se alguém deu blocos, se alguém deu cimento, a autarquia gerida pelo Partido Socialista é fértil - o que pode ser facilmente provado.

Se alguém convida e já deu subsídios da ordem dos milhares largos de contos (ultrapassando os 10 mil) ao futebol, às filarmónicas, aos jantares com os velhinhos, também é dessa área.

Se alguém utilizou para a sua campanha e para a sua propaganda gastos excessivos, por exemplo, pagando quase o dobro do que é normal pagar-se só para que determinada obra estivesse feita na "situação eleioeira" que nós vivemos, julgo que o Sr. Deputado, ao falar como falou, se referia a essa autarquia, ou a outra que era gerida por um PSD que não teve a coragem de abandonar a Câmara quando se transferiu e a quem um determinado Chefe de Serviços teria negado algumas gravilhas.

Quero-lhe aqui dizer que ao longo destes 4 anos foram negados a Juntas de Freguesia, geridas por indivíduos não afectos ao Partido Socialista, gravilhas, cimentos, asfaltos e tudo o mais que era possível. Mas se falou nos homens dos Médico-Sociais, eu também lhe digo que era bom que se soubesse ou que se pedisse informação (o Sr. Deputado sabe tudo!) de quantos "doentinhos" vêm aparecendo agora em determinadas freguesias onde há o acesso dos novos candidatos.

Creia que a vossa administração não é melhor nem foi mais transparente, nem mais clara do que qualquer outra.

Deputado Manuel Serpa (PS), levando as mãos à cabeça, estupefacto: Jesus!... Jesus!!!

O Orador: Muito pelo contrário...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS).

Presidente: Srs. Deputados, peço que mantenham a calma.

O Orador: ...para quem prega toda a moralidade que vocês pregam.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Devo dizer, no entanto, que o PSD dispõe ainda de 13 minutos para o Período de Antes da Ordem do Dia.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pelo respeito que tenho pelos meus colegas de bancada, não posso me alongar neste meu curto pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Martins Goulart.

Devo-lhe dizer que tenho aqui na minha mão as listas do Partido Socialista à Câmara de Ponta Delgada e constato que - e tenho que ser muito sintético - há vários funcionários públicos, desde os auxiliares a técnicos superiores, vários funcionários de empresas públicas com responsabilidade nos órgãos de decisão, que muitas vezes comprometem a administração do PSD, e que são os mesmos que já apareceram nas eleições regionais, ou melhor, que foram eleitos e que não estão nesta Casa, onde deviam estar, a ocupar o seu lugar e a desempenhar tarefas.

Portanto, só servem para aparecer ao eleitorado mais desprevenido. E vamos ver daqui a pouco quando debatermos o Plano e o Orçamento quem vai liderar essa discussão. Certamente vai ser um deputado dum pequeno partido...

(Risos do PS)

...independente, que vai novamente receber os aplausos da vossa bancada. Esta é que é a verdade!

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: No fundo, e a razão é essa, Sr. Deputado, como já alguém disse, o Sr. é, sem dúvida, um líder de "sucessão sucessiva de insucessos que sucedem sucessivamente sem cessar".

(Risos do PSD)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Como também pediu a palavra o Sr. De-

putado Martins Goulart, gostaria de dizer que o Partido Socialista dispõe de 7 minutos.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Devido à falta de tempo, vou ser muito rápido. Direi apenas que apreciei muito a intervenção do Sr. Deputado Rui de Carvalho e Melo, feita em estilo Marquês de Pombal - aliás, até o nome é semelhante.

Queria também perguntar ao Sr. Deputado Francisco José se se esse tal Presidente de Câmara Socialista é tão mau, tão mau como isso, por que é que, em determinada altura, os Srs. tentaram que ele fosse candidato pelos três partidos que existem no Pico?

Repito: ele não presta, nunca prestou, fez atrocidades, mas, em determinada altura, o PSD e o CDS tentaram aliciar esse candidato para que ele fosse candidato comum de todos os partidos que concorriam no concelho das Lajes do Pico.

Portanto, espero que ele não tenha piorado tanto de um momento para o outro, uma vez que antes prestava e agora já não presta para nada.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco José Silva (PSD): Isso não é verdade!

Deputado Fernando Fonte (PS): O Sr. Deputado sabe muito bem que é verdade!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de distinguir as minhas respostas às perguntas que foram colocadas: por um lado, à forma correcta como o Sr. Deputado Victor Evaristo colocou as suas questões, e os outros deputados que não souberam, de facto, interpretar um discurso político firme, que nada tem a ver com questões de ordem pessoal, porque eu disse, nesta intervenção que acabei de proferir, que não responderia a qualquer provocação de ordem pessoal. Portanto, estou aberto a discutir e a responder a qualquer questão de ordem política, porque é por isso que aqui estamos, e se o discurso é político merece um tratamento político e não pessoal.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quanto às três questões que me colocou o Sr. Deputado Victor Evaristo referentes à negligência do Governo, eu suponho que um Presidente de Governo que está durante várias semanas ausente da Região e que permite que durante esse período de ausência surjam as maiores "salgalhadas" na governação regional, designadamente um Vi-

ce-Presidente armar-se em Presidente, vários Secretários a tentarem resolver questões de outras Secretarias ao mesmo tempo que o Sr. Presidente do Governo está a dar um enorme passeio com finalidades desconhecidas, porque até essa viagem prestigiada teve, numa altura, um epílogo extraordinário: **o Sr. Presidente do Governo Regional descobriu no Japão que era marxista-leninista!!!** E isto porque ele copiou exactamente o grande slogan de Lenine e fez a proclamação das "ilhas unidas", isto é: "Ilhas de todo o mundo, unidos!"

A falta de imaginação, a falta de criatividade, e de facto um descontrolo político do Presidente do Governo Regional são, só por si, prova suficiente de que a negligência e o abandono do cargo estão demonstrados.

Quanto ao esbanjamento de dinheiros públicos, basta até referir só este tipo de viagem. Este tipo de viagem tem, por exemplo, o acompanhamento de uma equipe da RTP - e para os Srs. Deputados ficarem a conhecer - que não tinha equipamento, isto é, saía muito caro levar máquinas para gravar as reportagens que, depois, se reproduziriam na Região durante vários dias - todos os dias em Suplemento para continuar a propaganda de um acto sem qualquer valor.

Bem, como não houve máquina, deu-se o caso caricato do Sr. Presidente do Governo Regional pedir que um amator, com uma máquina portátil de amator, fizesse uma gravação, sem qualidade técnica, para transmissão na RTP e, mesmo assim, foi transmitida e quem gravou esse fenómeno estranho pode comprová-lo.

Portanto, são todas estas coisas forçadas, negligentes e a forma como se esbanjam os dinheiros públicos, para não falar nas jantaras, todas estas acções de auto-propaganda como, por exemplo, os almoços com os jornalistas em todos os lados.

Eu, Sr. Deputado Renato Moura, nunca paguei a um jornalista, nem nunca me sentei à mesa para que um jornalista viesse sentar-se comigo! Os jornalistas é que vieram ter comigo durante a "Presidência Aberta", e sei que vos criou imensos problemas terem verificado que, quando fui falar ali àquela tribuna, saíram todos os fotógrafos e todos os jornalistas. Eu estava aqui e eu próprio fiquei surpreendido!

(Risos do PSD)

Isso quer dizer uma coisa muito simples: quer dizer que o País está a olhar para o Partido Socialista nos Açores. Não é para mim,

mas sim para o Partido Socialista nos Açores! É essa a novidade! O Dr. Mota Amaral, o discurso do PSD, já tem 13 anos de caminho e, por conseguinte, já estão gastos e não suscitam qualquer atenção!

Quanto às coisas do aliciamento, pela mesma razão que disse na minha intervenção, não vou dizer quem foi aliciado, porque também isto não é um Tribunal - suponho eu e se o cidadão porque, ou tem medo de tornar pública a sua posição mas disse-mo a mim e mostrou provas de que lhe tinha sido oferecido um emprego na Ilha do Corvo, posso-vos dar o exemplo porque aconteceu.

Deputado David Santos (PSD): E mentira!

O Orador: É verdade e o Sr. Deputado sabe que é verdade!

(Protestos inaudíveis do Deputado David Santos)

O Orador: Aconteceu uma oferta de emprego a um militante do Partido Socialista para integrar a lista do PSD!

Portanto, acho que dei casos suficientes, não me pediram para citar exaustivamente todas as questões que eu conheço para poder fundamentar a minha intervenção, mas acho que fui suficientemente claro para poder demonstrar que não falo de cor, que nunca falei de cor. Tenho defeitos, evidentemente, mas não costumo mentir!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt. Informo-o, porém, de que o Partido Socialista só tem 2 minutos disponíveis.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não foram as observações e declarações proferidas por alguns deputados do PSD, e particularmente por um, que me levam a intervir nesta discussão.

A declaração política que vou proferir, aquilo que vou dizer e a forma como o vou fazer, estou certo não deixará qualquer dúvida quanto à **minha determinação** em continuar a **defender os ideais da liberdade e da justiça social no PS e com o PS**, recebendo e dando franca solidariedade do Grupo Parlamentar e da Direcção do meu partido nos Açores.

O ideal que nos une é superior às adversidades de percurso. E é aí que o PS se diferencia! Constituímos, no PS, um espaço de liberdade, onde o debate das ideias se desenvolve frontalmente com base nas disposições estatutárias que conferem aos militantes do PS o direito à livre expressão de pensamento. Aliás, jamais poderíamos ser defensores das

liberdades e dos direitos individuais dos cidadãos se não fossemos nós próprios, Socialistas, agentes desses mesmos valores.

Num partido democrático como o PS, terminado o debate político e tomadas as deliberações através da vontade maioritariamente expressa, a constante imediata é a do respeito pela estratégia política global definida e a solidariedade de todos os militantes do PS para com a Direcção do partido.

E precisamente nesse sentido que me enquadro no seio do PS e que me encontro neste Parlamento!

As especulações não nos farão enfraquecer, porque temos no PS uma missão a cumprir:

- queremos melhores condições de vida para a população dos Açores;

- queremos acabar com a situação de subdesenvolvimento da nossa Região e catapultá-la para uma situação digna, relativamente às questões de vida quotidiana nos seus aspectos económicos, sociais e culturais;

- queremos criar nos Açores um clima de diálogo democrático, nomeadamente com os parceiros sociais, porque é importante que todos reconheçamos que existe um espaço de liberdade onde os problemas do nosso tempo e da nossa terra poderão ser debatidos com rigor, com objectividade e com total abertura.

- queremos mais justiça social para os Açores.

Por isso, nós, Socialistas, solidariamente, estamos todos aqui!

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado David Santos.

Deputado David Santos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para protestar contra a afirmação do Sr. Deputado Martins Goulart que disse que no Corvo foram aliciadas algumas pessoas para integrarem as listas do PSD.

Isto não é correcto porque, felizmente, o PSD não teve problemas em organizar as suas listas, ao contrário do que aconteceu com as do PS. Basta verificar que nas suas listas se contam dirigentes da função pública, da Intersindical, aos quais foram prometidos empregos - o que acho que vai ser difícil.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tinha pedido ao Sr. Deputado Martins Goulart a gentileza de me esclarecer sobre três questões, exactamente para não me repetir sobre aquilo que o meu companheiro Renato Moura já tinha, aqui nesta Casa, explanado.

Esperava realmente um bocadinho (vossa Excelência desculpará, Sr. Deputado!) mais de si.

A verdade é que, na realidade, não fiquei esclarecido. Apresento-lhe as minhas desculpas por isso. Com certeza sou eu que tenho uma péssima capacidade intelectual e não o percebi.

Relativamente às três questões que lhe coloquei, uma delas, possivelmente, Vossa Excelência esqueceu-se e não me respondeu: foi à questão dos cidadãos ameaçados, relativamente à qual Vossa Excelência não me disse nada, a não ser o caso dum Senhor que lhe tinha mostrado papéis, mas nada mais do que isso.

Sobre este assunto, e se Vossa Excelência, com todo o devido respeito que a sua função de Deputado me merece, e talvez por ser mais velho do que Vossa Excelência, embora também não pareça...

(Risos do PSD)

...permita-me Vossa Excelência um pequeno conselho - que Vossa Excelência naturalmente interpretará como muito bem entender -: é que, na realidade, não lhe fica nada bem, como líder dum partido, Vossa Excelência trazer a esta Casa assuntos que fiquem no ar, de tal gravidade, que possam levantar ou provocar nas pessoas alguma suspeição sobre o eventual fundamento de tudo isto.

Não quero pôr em causa a palavra de Vossa Excelência, mas a minha sugestão, ou a minha informação, é a seguinte:

Não me parece muito próprio (Vossa Excelência desculpará!)...

Deputado Albano Pimentel (PS): Quer liderar o Partido Socialista? Candidate-se!

O Orador: ...trazer-se uma informação a esta Casa quando, na realidade, depois não se podem prestar esclarecimentos totais.

Vossa Excelência desculpe, Sr. Deputado Albano Pimentel, mas a questão é esta e eu estava a referir-me e a dirigir-me ao Sr. Deputado Martins Goulart e estava só a fazer-lhe este pequeno reparo: de que quando nós não podemos dar explicações em termos dos outros ficarem devidamente satisfeitos com elas, talvez seja preferível não levantar estas questões.

Em relação ao assunto do esbanjo dos di-

nheiros públicos - que eu considero e reputo de extremamente grave - Vossa Excelência omitiu a resposta. Não sei se se esqueceu ou se, realmente, Vossa Excelência não tinha nada para me dizer.

Deputado Albano Pimentel (PS): Se calhar é mentira!...

O Orador: Quanto à negligência dos actos do Sr. Presidente do Governo Regional do exercício das suas funções, a única coisa que ouvi de Vossa Excelência - e não sei se terei ouvido tudo, repito, que não ouço muito bem, nomeadamente quando não me convém -...

(Risos da Câmara)

...mas na realidade devo dizer a Vossa Excelência que apenas ouvi umas histórias duma viagem ao Japão que metiam umas peripécias com um respeitável "camaramen" que parece que se tinha esquecido da câmara em casa...

(Risos do PSD)

...e mais umas histórias à volta disso, que não sei se serão da responsabilidade do Sr. Presidente do Governo Regional...

Não acredito que o Sr. Dr. Mota Amaral seja uma pessoa destituída de tal inteligência que convide um "camaramen" para ir com ele e se esqueça de lhe recomendar que tem que levar o respectivo instrumento de trabalho...

(Risos da Câmara)

...ou seja, a câmara! Por outro lado, também queria dizer a Vossa Excelência o seguinte:

Aquilo que Vossa Excelência disse para justificar a negligência, em meu entender não justifica coisa nenhuma. Negligência, Vossa Excelência sabe tão bem como eu, é um acto grave que alguém pratica dolosa ou conscientemente.

Ora, Vossa Excelência não referiu aqui nenhum acto que se possa imputar a qualquer comportamento doloso, nem sequer culposo, nem sequer negligenciável do Senhor Presidente do Governo! Vossa Excelência aflorou-nos umas "viajatas", utilizando uma expressão que Vossa Excelência utilizou se não foi esta foi muito parecida -, entendendo assim as deslocações do Presidente do Governo em representação da Região.

Vossa Excelência pode interpretar como muito bem quiser as saídas do Presidente do Governo - chamar-lhe-á "viajatas", "passeatas", tudo aquilo que Vossa Excelência muito bem entender - mas uma coisa é certa: Vossa Excelência não justificou nada daquilo que eu lhe perguntei, nomeadamente quanto à palavra "negligência" - grave no exercício

de funções. Isso é que eu acho importante!

Deputado Albano Pimentel (PS): Então ouviu mal!

O Orador: Em resumo, terei que dizer a Vossa Excelência que gosto imenso de o ouvir, Vossa Excelência fala extraordinariamente bem, mas desta vez Vossa Excelência falou muito bem mas, lastimo dizer-lhe, não disse nada!

Deputado Francisco Sousa (PS): Tem de ir ao Sr. Dr. Almeida Lima tratar dos ouvidos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E só para fazer uma rectificação àquilo que disse o Sr. Deputado Albano Pimentel: nunca houve qualquer convite do PSD...

(Risos do PS)

...ao actual Presidente da Câmara das Lajes do Pico, portanto do Partido Socialista...

(Risos do PS)

...nem nunca houve, por parte do PSD, a ideia muito remota de poder fazer uma aliança com o PS e com o CDS para concorrer às mesmas eleições.

Não sei onde é que o Sr. Deputado foi buscar isso, mas deve ser na senda das invenções aqui adquiridas que isso deve aparecer.

Lamento, amigo Albano, mas não andas neste planeta, ou então, desculpa-me, mas o homem adiantou-te isso para tu reforçares a candidatura dele.

(Risos do PS)

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim do nosso tempo regimental com esta "conversa familiar", e damos por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Passamos agora ao **Período da Ordem do Dia**, cujo primeiro ponto são os **Relatórios das Comissões Permanentes da Assembleia, apresentados ao abrigo do artigo 32º do Regimento.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel para a leitura do **Relatório da Comissão de Organização e Legislação.**

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão de Organização e Legislação a que se refere o artigo 32º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Novembro de 1989

I

Introdução

1. A Comissão de Organização e Legislação tem a seguinte composição:

a) **Do Partido Social Democrata (PSD)**

Deputado António Silveira

Deputado Francisco José Rodrigues

Deputado José Maria Bairos

Deputado Melo Alves

Deputado Renato Moura

b) **Do Partido Socialista (PS)**

Deputado Albano Pimentel

Deputado António Gomes

Deputado António Oliveira Rodrigues

c) **Do Partido Comunista (PCP)**

Deputado Paulo Valadão

2. A Mesa da Comissão tem a seguinte constituição:

Presidente - António Oliveira Rodrigues

Relator - Albano Pimentel

Secretário - Renato Moura

II

Generalidades

1. Durante o presente ante-período legislativo a Comissão reuniu em Plenário nos dias 31 de Outubro, na Ilha Terceira e em Sub-Comissão nos dias 4, 5, 6 e 7 de Outubro na Ilha de S. Miguel, para efeitos de redacção final do Regimento.

III

Exercício das Competências Previstas no Regimento

1. No âmbito do nº 2 do artigo 34º a Comissão deu parecer sobre o Plano e o Orçamento para 1990 da Região Autónoma dos Açores.

2. Cumprindo o nº 1 do artigo 144º, reuniu em Sub-Comissão para proceder à redacção final do Regimento.

IV

Programação de trabalhos

1. Na sequência do pedido de parecer formulado pela Mesa e dos problemas inerentes à transferência para as novas instalações a Comissão entendeu dever acompanhar essa transferência com regularidade e assiduidade, através da Sub-Comissão existente para o efeito.

2. A Comissão irá dar parecer sobre a Conta de Gerência da Assembleia referente a 1988.

Horta, 17 de Novembro de 1989.

O Relator: *Albano Pimentel*

Aprovado por unanimidade.

O Presidente: *António Oliveira Rodrigues.*

Presidente: Se algum dos Srs. Deputados pretende pedir esclarecimentos faça o favor de se inscrever.

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Martins para a leitura do **Relatório da Comissão para os Assuntos Políticos e Administrativos.**

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos, nos termos do nº 1 do artigo 32º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Novembro de 1989

CAPÍTULO I

Generalidades

1. Compõem a Comissão os seguintes elementos:

Pelo Partido Social Democrata

Deputado Melo Alves - **Presidente**

Deputado Artur Martins - **Relator**

Deputado David Santos

Deputado José Maria Bairos

Deputado Rui Melo

Pelo Partido Socialista

Deputado Manuel Carvão - **Secretário**

Deputado Carlos Mendonça

Deputado Ricardo Barros

Pelo Partido Centro Democrático Social

Deputado Rui Meireles

2. A Comissão reuniu em plenário nos dias 25, 26, 27, 30 e 31 de Outubro e 2, 3, 8 e 10 de Novembro e em Sub-Comissão nos dias 14 e 15 de Novembro na Delegação da Assembleia Legislativa Regional em Angra do Heroísmo.

3.

a) O Deputado Artur Martins faltou justificadamente às reuniões dos dias 25, 26 e 27 de Outubro, tendo sido substituído pelo Deputado António Varão;

b) O Deputado Rui Melo faltou justificadamente às reuniões dos dias 30,

31 de Outubro e 2 de Novembro, tendo sido substituído pelo Deputado António Varão;

c) O Deputado Manuel Carvão faltou à reunião do dia 25 de Outubro, tendo sido substituído pelo Deputado Duarte Pires;

d) O Deputado Carlos Mendonça faltou justificadamente à reunião do dia 25 de Outubro e às reuniões de 8 e 10 de Novembro, tendo sido substituído pelo Deputado Hélio Pombo;

e) O Deputado Ricardo Barros faltou justificadamente às reuniões dos dias 31 de Outubro, 2 e 10 de Novembro;

f) O Deputado Rui Meireles faltou justificadamente às reuniões dos dias 25, 26 e 27 de Outubro, tendo sido substituído pelo Deputado Alvarino Pinheiro.

CAPÍTULO II

Trabalhos Realizados

1. Plano e Orçamento de 1990

Nos dias 25, 26 e 27 de Outubro a Comissão analisou o Plano na generalidade, com especial incidência para os Programas 18, 19, 20, 21, 39, 40, 41, 42 e 43 que têm que ver com o âmbito da Comissão.

No dia 30 de Outubro a Comissão ouviu o Secretário Regional da Administração Interna que expôs e esclareceu as linhas fundamentais que orientaram a elaboração do Plano e do Orçamento para 1990 e sobre os programas e acções atinentes às áreas da sua competência.

No dia 31 de Outubro foi ouvido o Secretário Regional do Turismo e Ambiente que detalhadamente expôs à Comissão, o conteúdo do Plano relacionado com o sector do Ambiente, tendo sido questionado por todos os deputados presentes.

No dia 2 de Novembro procedeu-se à audição do Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas o qual elucidou a Comissão dos programas relativos ao ordenamento urbanístico, à gestão de águas e aos equipamentos colectivos.

Nas audições acima mencionados com os membros do Governo Regional referidos, além das questões do Plano e do Orçamento para 1990, a Comissão tomou conhecimento de outros assuntos, julgados pertinentes na perspectiva dos deputados intervenientes, designadamente os relativos à execução material do Plano em 1989.

Na tarde do dia 2 e no dia 3 de Novembro a Comissão acabou a elaboração do relatório e procedeu à sua discussão e votação.

2. Apreciação de Diplomas

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre a Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Regional e a Administração Local;

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre Estatuto do Pessoal das Juntas Autónomas dos Portos;

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre Aplicação à Região do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública.

Nos dias 14 e 15 de Novembro a Sub-Comissão composta pelos Deputados Melo Alves, Artur Martins, Rui Meireles e Ricardo Barros, discutiu e votou os relatórios dos diplomas referidos, bem como o presente relatório elaborado nos termos do artigo 32º do Regimento.

CAPÍTULO III

Trabalhos Pendentes

Encontra-se pendente de parecer:

- O Projecto de Decreto Legislativo Regional respeitante a "Incompatibilidades dos membros do Governo" e o Projecto de Decreto Legislativo Regional "Conjunto Protegido de uma Zona de Vila do Porto"; o primeiro, por se estar a aguardar a publicação da Lei da Assembleia da República, sobre incompatibilidades dos titulares dos cargos políticos, e o segundo, por se estar também a aguardar a conclusão do plano de salvaguarda de Vila do Porto, actualmente em elaboração.

CAPÍTULO IV

Programação de Trabalhos

Emissão de parecer sobre os projectos referidos no capítulo anterior, logo que satisfeitas as condições ali referidas.

Angra do Heroísmo, 14 de Novembro de 1989.

O Relator: Artur Sousa Martins

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: José Mendes Melo Alves

Presidente: Se algum dos Srs. Deputados pretende pedir esclarecimentos faça o favor de se inscrever.

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Fernando Fonte para a leitura

do **Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Sociais.**

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Sociais, a que se refere o artigo 32º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Novembro de 1989

CAPÍTULO I

Introdução

1. A Comissão Permanente para os Assuntos Sociais é composta pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Social Democrata (PSD)

- José Carlos Simas
- Adelaide Teles
- Regina Cunha
- António Varão
- Rui Melo

b) Do Partido Socialista (PS)

- Francisco Sousa
- Fernando Fonte
- Luís Filipe Cabral

c) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo Valadão

2. A Comissão reuniu na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo, nos dias 2 e 3 de Novembro de 1989 e nas instalações da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, em Ponta Delgada, nos dias 6, 7 e 8 de Novembro de 1989, para analisar e dar parecer sobre as propostas do Plano e Orçamento para 1990.

Para habilitar os deputados a um esclarecimento mais pormenorizado das propostas do Plano para 1990, a Comissão ouviu os Senhores Secretários Regionais para a Educação e Cultura, Saúde e Segurança Social, Juventude e Recursos Humanos, Habitação e Obras Públicas e o Senhor Subsecretário Regional para a Comunicação Social.

CAPÍTULO II

Trabalhos Pendentes

Encontram-se pendentes para estudo e emissão de parecer as seguintes iniciativas legislativas apresentadas pelo Partido Comunista Português:

1. Projecto de Decreto Legislativo Regional "Instituto para o Estudo da Doença do

Machado";

2. Projecto de Decreto Legislativo Regional "Subsídios e Garantias a Atribuir aos Doentes que sofram da Doença do Machado";

3. Projecto de Decreto Legislativo Regional "Criação do Conselho Consultivo Regional da Juventude.

Relativamente a estes diplomas, foi pedida a prorrogação dos prazos para emissão de parecer.

Horta, 20 de Novembro de 1989.

O Relator: *Fernando Fonte*

Aprovado por unanimidade.

O Presidente: *Francisco Sousa*

Presidente: Se algum dos Srs. Deputados pretende pedir esclarecimentos faça o favor de se inscrever.

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Serpa para a leitura do **Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros.**

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros a que se refere o artigo 32º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Novembro de 1989

CAPITULO I

Introdução

A Comissão Permanente dos Assuntos Económicos e Financeiros, reuniu no dia 16 de Novembro de 1989, em Ponta Delgada, a fim de elaborar o relatório a que se refere o artigo 32º do Regimento, referente ao anteperíodo legislativo de Novembro da IV Legislatura.

A Comissão é composta pelos seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

- Carlos Manuel Cabral Teixeira **Presidente**
- António José Gaspar da Silva - **Relator**
- Victor Manuel Santos Guerreiro Evaristo
- António José Bettencourt da Silveira
- Manuel da Silva Ferraz Valadão

Partido Socialista (PS)

- Manuel Goulart Serpa - **Secretário**
- Duarte Manuel Rocha Pires
- José Gabriel Martins Coelho Lopes

Centro Democrático Social (CDS)

- Rui Meireles

CAPITULO II

Generalidades

Durante este ante-período legislativo, a Comissão reuniu em Plenário nos dias 30 e 31 de Outubro, e 2, 3, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 15 e 16 de Novembro de 1989, na cidade de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel.

Todas as reuniões da Comissão foram presididas pelo Deputado Carlos Teixeira, tendo como relator o Deputado António José Gaspar da Silva, ambos do Partido Social Democrata, e secretariadas pelo Deputado Manuel Serpa, do Partido Socialista.

Nas reuniões dos dias 30 e 31 de Outubro, 2 e 3 de Novembro, o Deputado Rui Meireles, do CDS, não esteve presente, por motivo de estar assistindo aos trabalhos de outra Comissão Permanente, na Ilha Terceira.

Nas reuniões dos dias 2, 3, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 15 e 16 de Novembro, o Deputado José Gabriel Martins Coelho Lopes, do Partido Socialista, foi substituído pelo Deputado Paulo Araújo, do mesmo partido.

Nas reuniões dos dias 2 e 3 de Novembro o Deputado Manuel da Silva Ferraz Valadão, do Partido Social Democrata, foi substituído pelo Deputado Victor Cruz, do mesmo partido.

Nas reuniões dos dias 6 e 7 de Novembro o Deputado Manuel da Silva Ferraz Valadão, do Partido Social Democrata, foi substituído pelo Deputado Artur Martins, do mesmo partido.

Na reunião do dia 14 de Novembro os Deputados Victor Evaristo, do Partido Social Democrata, e Duarte Pires, do Partido Socialista, faltaram justificadamente.

Neste mesmo dia, o Deputado Manuel Serpa, do Partido Socialista, foi substituído pelo Deputado Victor Ramos, do mesmo partido.

CAPITULO III

Exercício das Competências a que se referem as alíneas b) e c) do Artigo 30º do Regimento

A Comissão tinha distribuídos para emissão de parecer os documentos a seguir referidos:

1º - Plano e Orçamento para 1990.

2º - Conta da Região de 1987.

Quanto aos primeiros documentos, foram emitidos os relatórios e pareceres, que estão presentes à Assembleia.

Quanto ao segundo documento, Conta da Região de 1987, a Comissão, através do seu presidente, solicitou ao Sr. Presidente da As-

sembleia Legislativa Regional, a prorrogação do seu prazo.

CAPITULO IV

Trabalhos Pendentes

A Comissão tem pendente, para emissão de parecer, o seguinte documento:

1. Conta da Região, relativa ao ano de 1987.

Conforme já foi referido, este documento, tendo já ultrapassado o prazo, foi solicitado ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a sua prorrogação dada a prioridade que havia para análise e parecer do Plano e Orçamento para 1990.

CAPITULO V

Futura Programação de Trabalhos

Ficou definido que após terminados os trabalhos da discussão do Plano e Orçamento para 1990, a Comissão, programará a emissão do parecer sobre a Conta da Região, relativa ao ano de 1987.

O Relatório foi aprovado por unanimidade.

Ponta Delgada, 16 de Novembro de 1989.

O Relator: *António José Gaspar da Silva*

O Presidente: *Carlos Teixeira*

Presidente: Se algum dos Srs. Deputados pretende pedir esclarecimentos faça o favor de se inscrever.

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Victor Cruz para a leitura do **Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais.**

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais, nos termos do artigo 32º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ante-Período Legislativo de Novembro de 1989

I

Introdução

1. A Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais reuniu, nos dias 6, 7 e 8 de Novembro, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Angra do Heroísmo.

2. Os objectivos principais da reunião foram os seguintes:

a) Parecer sobre as propostas do Plano e Orçamento para 1990;

b) Aspectos relativos à Conferência das Regiões Periféricas Marítimas;

c) Aprovação do Relatório nos termos do artigo 32º do Regimento.

3. A Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes Deputados:

PSD

- Manuel Valadão - **Presidente**

- Victor Cruz - **Relator**

- Jorge Cabral

- Artur Martins

- Luís Bastos

PS

- Dionísio Sousa

- Hélio Pombo - **Secretário**

- Rogério Serpa

CDS

- Alvarino Pinheiro

O Deputado Artur Martins fez-se substituir pelo Deputado Melo Alves em todas as reuniões.

O Deputado Luís Bastos fez-se substituir pelo Deputado Renato Moura nos dias 7 e 8.

O Deputado Rogério Serpa fez-se substituir no dia 7 pelo Deputado Ricardo Barros e, no dia 8, pelo Deputado Manuel Carvão Júnior.

II

Plano e Orçamento para 1990

Nos dias 6, 7 e 8 de Novembro a Comissão analisou os documentos em epígrafe e elaborou o respectivo parecer, conforme o acordado na reunião dos Presidentes das Comissões, presidida pelo Presidente da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, realizada no dia 25 de Outubro em Angra do Heroísmo.

Para se habilitar a uma mais correcta apreciação das propostas constantes do Plano e do Orçamento, a Comissão reuniu, no dia 7 de Novembro, com o Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

III

Conferência das Regiões Periféricas Marítimas

Sobre este assunto a Comissão tomou conhecimento, através dum breve exposição do seu Presidente, da participação da Delegação dos Açores na XVII Conferência Plenária da CRPM, realizada no Algarve nos dias 12

e 13 de Outubro de 1989.

Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo, aos 8 dias de Novembro de 1989.

O Relator: *Victor Cruz*

Aprovado por unanimidade em 8 de Novembro de 1989.

O Presidente: *Manuel Valadão*

Presidente: Se algum dos Srs. Deputados pretende pedir esclarecimentos faça o favor de se inscrever.

Não havendo pedidos de esclarecimento, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 16,50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17,30 horas)

Vamos passar ao ponto nº 2 da nossa Ordem do Dia, ou seja, à discussão do **Orçamento e do Plano para 1990**.

Foi decidido na Conferência com os líderes parlamentares que, nos termos regimentais, a distribuição do tempo para a discussão desta matéria se processaria da seguinte forma:

- Partido Social Democrata, Partido Socialista e Governo: 225 minutos para cada um;
- Centro Democrático Social: 75 minutos;
- Partido Comunista Português: 45 minutos.

Para iniciar a discussão destes documentos, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Gualter Furtado*): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo dos Açores, Exmos. Membros do Executivo do Governo da Região Autónoma dos Açores:

O ano de 1989 representa o primeiro ano do mandato efectivo do IV Governo da Região Autónoma dos Açores.

Tendo ocorrido a aprovação do Plano e Orçamento em finais de Março, a sua publicação só se verificou, contudo, em 3 de Julho do corrente ano.

O debate que se desenvolveu na então Assembleia Regional aquando da apresentação do Plano de Médio Prazo e do Orçamento foi **extremamente rico e esclarecedor** quanto às condicionantes impostas à gestão económica e financeira que se colocam a uma Região

com as características dos Açores, bem como quanto às necessidades de crescimento económico para ultrapassar o fosso que nos separa ainda das médias comunitárias e mesmo nacionais.

A estratégia sectorial a desenvolver mereceu um grande destaque. Recordo a prioridade apontada à modernização e diversificação da nossa base económica, com papel de destaque para a agricultura, as pescas e o desenvolvimento do turismo. A afirmação do sector da educação nos seus diferentes níveis e especificamente do ensino superior, a correcção progressiva das carências de habitação e a quebra do isolamento através do desenvolvimento das infraestruturas ligadas aos transportes e comunicações, aliás, dando seguimento a definições e projectos dos governos anteriores, alguns deles já em fase bastante adiantada de execução e cuja conclusão era prioritária por várias razões. **Estas opções de fundo são correctas e mantêm-se inalteradas.**

A beira da integração real nas Comunidades Europeias teria sido um erro não potencializar ao máximo o aproveitamento dos fundos estruturais dos nossos recursos e as nossas vantagens comparativas estáticas e dinâmicas. Se não fizemos tudo quanto queríamos, certamente que parte da culpa é nossa, mas uma boa parte terá de ser partilhada com mais alguém.

As metas a atingir então definidas eram as necessárias e, embora com alguns ajustamentos, justificam-se plenamente.

Paralelamente, interessava e interessa mobilizar a participação activa dos parceiros sociais e de todas as forças vivas da sociedade para as realizações do desenvolvimento económico e social. Aos empresários cabe o papel indispensável de gerar e fixar "Valor Acrescentado" na Região.

Como temos afirmado diversas vezes, **a modernização e o fortalecimento do tecido económico dos Açores são condições imprescindíveis para a afirmação e desenvolvimento da Autonomia. A apresentação de bons projectos, liderados por gente séria e capaz, é importante. Felizmente, nos Açores, temos alguns bons empresários e que têm de se envolver ainda mais neste processo porque, com esta atitude, estão a contribuir para o desenvolvimento das suas ilhas e dos seus. Aos jovens, o Governo também tem lançado alguns desafios, a que eles certamente responderão, pois assim constroem o seu futuro.**

Na apresentação do Plano de Médio Prazo dissemos objectivamente, isto é, sem subter-

fúgios, que as metas apresentadas eram ousadas e exigiam uma comparticipação financeira regional que ultrapassava a nossa capacidade. **Isto não é nada de anormal**, porque estamos inseridos num País e numa Comunidade Económica Europeia que privilegia a **coesão económica e social**. Demitirmo-nos, à partida, desta pretensão não era correcto. **Somos uma Região com R grande**, e isto tem um significado profundo. Os diferentes órgãos da autonomia e os seus legítimos representantes, **seja na Horta ou em Bruxelas**, estarão de acordo que existem nos Açores ainda muitas carências **estruturais e caras** que precisam de **ser ultrapassadas**, e é com a nossa participação activa, e **principalmente construtiva**, que estes estrangulamentos se ultrapassam.

Duma forma fundamentada temos vindo a apelar para a solidariedade nacional e para a solidariedade comunitária, bem como para a utilização de outros instrumentos financeiros comunitários.

É clara e sabida a forma como encaramos e avaliamos a evolução de cada uma das variáveis atrás referidas e que estão bem patentes nos documentos do Plano e Orçamento para os anos de 1989 e 1990.

Como se pode notar na introdução do Plano para 1990 e como foi transmitido no Conselho de Concertação Social, o Governo foi forçado a proceder a alguns ajustamentos de verbas sectoriais e globais do Plano para 1990 e que representam, em termos médios, uma diferença de cerca de 15% quando comparada com a anteproposta. Os investimentos previstos no Plano **fixaram-se em cerca de 34,5 milhões de contos.**

Estes ajustamentos não significam o abandono dos nossos objectivos. Antes, pelo contrário, mobilizam-nos ainda mais para as realizações necessárias, até porque as grandes opções definidas no Plano de Médio Prazo são mantidas. **Senão vejamos:**

Os sectores económicos mantêm um peso bastante considerável quando comparados com os outros sectores - cerca de 64,5%.

O Turismo e o Ambiente - apostas deste Governo - não sofreram absolutamente nenhum ajustamento e o sector da Educação e do Desporto mantém também **as verbas inalteradas.**

Os outros sectores com alguns ajustamentos têm verbas previstas que, embora não sendo as que desejaríamos, **possibilitam, mesmo assim, um bom nível de crescimento económico e a estabilidade com crescimento no mercado de emprego.**

Uma boa gestão com controle de custos e gastos, bem como a revisão de alguns projectos quando tal se mostrar indispensável, garantirão bons níveis de realização.

O crescimento médio previsto no Plano de 1990 representa cerca de 26% de acréscimo relativamente ao valor corrigido de 1989 e já entregue na Assembleia Regional - situando-se, assim, acima do crescimento médio real do **PIDAC.**

Os ajustamentos que se tiveram de fazer no Orçamento corrente e para 1990 resultam, como é sabido, da necessidade de responder a um agravamento das Despesas Correntes (**e que não é superior à média nacional**, como podemos demonstrar) e resultaram, em parte, da aplicação à Região do Novo Sistema Retributivo da Função Pública, da antecipação da revisão salarial anual, e a rigidez nas despesas de funcionamento dos Sectores da Educação e da Saúde e que estão próximos dos **80% do valor global das Despesas Correntes.** Por exemplo, em 1990 prevê-se que estes dois sectores absorvam, em conjunto, cerca de 28 milhões de contos das Despesas Globais e cerca de 23,5 milhões de contos das Despesas Correntes, sem contar com a Segurança Social. Os encargos com a Caixa Nacional de Pensões, que eram anteriormente encargo exclusivo do Estado, também passam a ser encargo da Região Autónoma dos Açores.

Todos estes encargos atrás referidos são integralmente suportados pelo Orçamento da Região, e em 1989 os encargos com o Novo Sistema Retributivo da Função Pública ultrapassam **um milhão de contos.**

As verbas que efectivamente entram e são geridas pelo Orçamento da Região - e que são as transferências do Orçamento de Estado e mais nenhuma - tiveram este ano um crescimento positivo de cerca de 16,37%, mas ficaram aquém do que era legítimo e esperado para fazer face aos encargos atrás enunciados e corrigir o comportamento destas transferências nos anos mais recentes - cuja evolução em termos reais é negativa. As necessidades de desenvolvimento obrigam a um comportamento diferente.

Paralelamente, a reforma dos fundos estruturais em 1989 obrigou a proceder a alterações de programação e mesmo metodologia na preparação e gestão das transferências das Comunidades e em particular do FEDER, **e às quais estamos a dar a resposta adequada.**

Em relação às receitas provenientes do Estado estamos já a preparar as bases para um indispensável arranjo monetário, fiscal e orçamental **com o Governo da República**

e que traduza a nossa realidade decorrente das necessidades de crescimento para fazer face aos desafios de 1993, e que equilibre e recupere a relação entre as fontes tradicionais de financiamento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, **face também à realidade traduzida pela evolução de sectores tão prioritários e vitais como são a Educação e a Saúde.**

As Despesas Correntes para 1990 terão um crescimento nominal previsto, relativamente à proposta do **Orçamento Revisto para 1989**, de cerca de 26%, **às quais terá que corresponder um crescimento mais do que proporcional das Receitas Globais.**

Estamos convictos que o bom senso e a solidariedade nacional e institucional irá funcionar. A ver vamos!

Relativamente aos Fundos Estruturais temos motivos para estarmos confiantes e, assim como questionamos o andamento das Transferências do Orçamento do Estado, não nos coibimos de afirmar que **nesta área tem havido um bom relacionamento entre o Governo da República e o da Região Autónoma dos Açores.**

A aprovação do Plano Nacional de Interesse Comunitário no decurso do presente ano; a entrega formal do Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA), envolvendo estes dois programas operacionais um investimento global de cerca de 73 milhões de contos a preços de 89 e com uma comparticipação comunitária, já assegurada, de cerca de 44 milhões de contos a preços de 89, juntamente com o **Programa de Atenuação de Ultraperifericidade**, garantirão, em boa parte, a viabilização do nosso **Plano de Desenvolvimento.**

Outras medidas de apoio à Agricultura e Pescas e ainda outras **medidas de carácter específico de Ajuda Comunitária aos Açores** e em relação às quais temos propostas concretas já apresentadas, garantirão um bom nível de realizações e permitirão potencializar a nossa economia.

Todos estes Programas Operacionais estão interligados e irão ter importantes efeitos de arrastamento na economia. **Um exemplo a reter** é o dado pelos subprogramas previstos no **Plano Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores** relativamente às infraestruturas da Educação com um investimento de cerca de 12 milhões de contos, representando cerca de 22% do total programado e já aprovado e com o Ensino Superior a ter um papel de destaque neste subprograma com cerca de 42% **do total previsto** neste

mesmo subprograma.

Os Programas Operacionais integrados no PDR Açores têm condições para serem bem sucedidos. Os açorianos, o País e particularmente todos nós aqui presentes temos motivos para estarmos satisfeitos, pois os Açores foram a primeira Região a apresentar um Programa Operacional de Base Regional.

Relativamente aos outros instrumentos Comunitários e nomeadamente em relação aos empréstimos do BEI (Banco Europeu de Investimentos), trata-se de uma instituição com características especiais e de apoio ao **Desenvolvimento de Projectos Reprodutivos.** Pelos prazos de carência e de amortização, pela natureza do Banco e do tipo de projectos que apoia, deve ser encarado com normalidade o recurso a este **instrumento financeiro Comunitário.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O ritmo de crescimento económico e dos Investimentos Públicos em particular, o grau de incerteza temporal de algumas fontes de financiamento do Orçamento do Estado, o andamento das Despesas e das Transferências do Orçamento do Estado, o grau de liberdade de que dispomos de manipulação dos instrumentos financeiros, implicam uma gestão orçamental que conduz a que, por vezes, o défice inicial previsto tenda a ser ligeiramente superior ao défice final. Esta situação, embora tenha de ser encarada de frente, não deve ser dramatizada, até porque estamos cientes das necessidades da Região e da capacidade da mesma em matéria de endividamento, para além de que podemos introduzir sempre factores de ajustamento.

A Região disfruta ainda de bom crédito interno e externo, e queremos crer que o Governo da República assumirá o seu papel, contribuindo para que a variável do financiamento externo tenha um andamento sob controle e, por esta via, participe ainda mais no nosso Processo de Desenvolvimento que, ao fim e ao cabo, é o Desenvolvimento de todo o País.

Alguns técnicos e pessoas de outras origens afirmam que os Açores estão a crescer a um ritmo muito acelerado, recorrendo-se, para tal, do facto do investimento per capita na Região ser bastante superior ao verificado no Continente Português e de, por exemplo, o investimento do PIDAC (Plano de Investimentos da Administração Central) representar cerca de 8% relativamente ao Orçamento do Estado, enquanto que, nos Açores, esta relação é de quase 50%.

Realmente o Investimento nos Açores tem

um peso elevado e um grande andamento. Contudo, essas relações e comparações devem ser devidamente ponderadas e relativizadas e, sobretudo, se tivermos em conta os valores absolutos envolvidos, o custo do investimento nos Açores, a comparação da produtividade dos investimentos, quando é sabido **o peso extraordinário do afastamento, dispersão e dimensão** e, sobretudo, a comparação do rendimento per capita dos Açores relativamente à média nacional e que se situa próximo dos 60%.

Aproveito esta oportunidade para informar os Srs. Deputados e pedir desculpa de só hoje é que ter sido possível entregar o Relatório de Execução relativamente ao 3º Trimestre, o qual demonstra realmente que o nível de investimento tem um crescimento muito mais acelerado do que aquele que se verificava no 1º semestre.

Termino com uma palavra de esperança na capacidade de transformação e de realização dos Açorianos. Com firmeza e vontade de querer servir e contribuir para o Desenvolvimento das nossas Ilhas Açorianas **podem contar connosco.**

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra para?...

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estávamos à espera de que o Sr. Secretário, ao apresentar este documento, desse sobretudo as explicações que o mesmo não contém, isto é, tentasse demonstrar a esta Câmara que, de facto, o Governo mantinha a sua política que foi aprovada maioritariamente por esta Assembleia em Março passado.

Daí que entendessemos que a metodologia abordada deveria ser diferente daquela que o Sr. Secretário abordou, e pelas seguintes razões:

- Em Março passado o Governo apresentou as suas previsões para o quadriénio;

- Em Março passado o Governo comprometeu-se, perante esta Câmara, de que o investimento em 1990 iria crescer a 32% nos Açores.

Alguns meses depois o Governo anuncia (acabei de ouvir aqui) que apresentou à Assembleia Regional uma alteração ao Plano - e, por aquilo que prevejo, para menos - e,

portanto, o Sr. Secretário e o Governo utilizam, como método, comparar a proposta de crescimento do investimento para 1990 com o Orçamento que acabaram de ajustar há poucos dias ou semanas.

Devo dizer que nós não concordamos com esse método. Nós entendemos que se deve comparar é o Orçamento de 90 com o Orçamento de 89 e, nessa comparação, o que o Governo apresenta ao Povo dos Açores é um crescimento do investimento público da ordem dos 11,7%.

- Como é que se explica ao Povo dos Açores e a esta Câmara que no espaço de 8 meses o Governo deixe cair a meta de fazer crescer o investimento a 32% e apresente aqui um crescimento de 11,7%?! Todos nós percebemos que isso é **crescimento zero** porque a inflação, possivelmente, vai absorver essa taxa de crescimento!

O que o Governo apresenta aqui é um Plano praticamente de estagnação. Pelo contrário, em relação às Despesas Correntes o Sr. Secretário fala que o seu crescimento vai ser de 20 e tal por cento, usando um método que nos parece razoável, ou seja, o de comparar o Orçamento de 90 com o Orçamento de 89 - o crescimento das Despesas Correntes é da ordem dos 36%.

Portanto, o cenário que este Governo apresenta ao Povo dos Açores é de estagnação no investimento e um crescimento galopante nas Despesas de Funcionamento.

Não vamos, com certeza, centrar o debate desses documentos neste momento, mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, parecia indispensável, desde logo, introduzir esta correcção ao quadro da discussão que se vai desenvolver, porque isto são questões de fundo.

O Sr. Secretário refere que o Governo foi forçado a proceder a alguns ajustamentos globais e sectoriais.

Quanto às condicionantes, o que todos nós, Parlamento, Instituições e Povo dos Açores, ouvimos há 8 meses - e eu percebo isso, mas julgo que é a altura de mudar o tom é que "esperamos, acreditamos e confiamos na solidariedade nacional".

Não podemos, Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, continuar 4 anos a governar esta Região e a dizer que continuamos confiantes que a solidariedade nacional vai responder às necessidades do nosso desenvolvimento!

Bem ou mal - não está em causa agora ajuizar isso - é obrigação do Governo Regional arrumar, gerir, apresentar um Plano a esta Câmara com os meios financeiros de

que dispõe.

Este Governo não pode, em Março passado, fazer aprovar aqui um quadro de financiamento de médio prazo com uma determinada estrutura, e 8 meses depois concluir-se que ela está totalmente alterada. Este Governo previa, em 4 anos, recorrer a 15 milhões de contos de empréstimo e, ao fim de 2 anos, já se propôs contrair 16 milhões de contos de empréstimo. Portanto, em metade do período de vigência do Plano de Médio Prazo, o Governo já ultrapassou a meta de empréstimos a que se tinha proposto para os 4 anos.

Este Governo propunha-se receber da solidariedade nacional 60 milhões de contos em 4 anos em Março passado - e 8 meses depois já se constatou que passados 2 anos da vigência do Plano de Médio Prazo este Governo já recebeu qualquer coisa como 15 vírgula tal milhões de contos. - Vai receber nos 2 anos que faltam a diferença para os 7 milhões?

Era sobre isto que nós esperávamos que realmente o Governo se retratasse perante esta Assembleia e justificasse a grave alteração à sua estrutura financeira.

Portanto, nós habituámo-nos a uma Região que durante 10 ou 12 anos, bem ou mal, soube gerir as suas contas; bem ou mal a Região andou sem sobressaltos. Infelizmente, há um ano a esta parte, estamos sem norte relativamente às Finanças Públicas.

A Região tem que saber; esta Assembleia tem que saber com o que é que conta! É isso que nós todos esperamos, para já, do Governo Regional!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para, se assim o entender, prestar os esclarecimentos solicitados.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao longo do debate vou ter oportunidade de discutir estes assuntos com o Deputado Alvarino Pinheiro - o que, aliás, me dá muito prazer.

Já ouvi, porém, o Deputado Alvarino Pinheiro proferir aqui afirmações de teor completamente diferente.

Existem aqui, do meu ponto de vista, alguns factores que têm que ser devidamente ponderados. O Sr. Deputado sabe perfeitamente como é que essas variáveis se interligam: por um lado quer crescimento de investimento, por outro lado quer redução de empréstimos, por outro lado avança com crité-

rios de avaliação de Despesas Correntes e de evolução de Despesas de Investimento, que podem ter alguma validade em termos teóricos e em termos de tese geral mas, em termos práticos, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que no Planeamento o que conta para marcar a evolução dum determinado variável não é a comparação entre o programado e o futuro mas, sim, aquilo que é efectivamente realizado e aquilo que se programa.

Esse é que é o critério fundamental e o critério que deve ser utilizado!

Os ajustamentos e o Plano só na União Soviética - e mesmo aí talvez não - ou então no tempo da "outra Senhora", em que se realizava 30 ou 40% e não podia haver ajustamentos.

Uma Região Autónoma como os Açores, com o instrumental financeiro de que dispõe, num quadro de crescimento próximo do limite, tem que efectivamente fazer ajustamentos, isto é, não pode conduzir a sua política económica sem fazer ajustamentos!

Nós não dispomos nos Açores de um conjunto de instrumentos como se fossemos um País. Nós não somos um País mas sim uma Região Autónoma, e tendo por base essa disponibilidade e o andamento das diferentes variáveis que nós temos, é que temos que gerir as nossas finanças e a nossa economia.

Considero que o nível de crescimento deste Plano, apesar de tudo, é um crescimento forte e, diria mesmo, violento para a Região Autónoma dos Açores.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Posso demonstrá-lo e vou-lho demonstrar ao longo do ano!

- Ora, se nós não tivéssemos esse tipo de crescimento aqui, então o que é que não diria o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro?!

Relativamente à evolução das Despesas Correntes, também temos que ter em consideração as Despesas Correntes verificadas. O próprio Governo da República só muito recentemente é que avançou com a verba disponível para o reajustamento e ajustamento salarial.

A Região Autónoma dos Açores limita-se a aplicar na Região (e do meu ponto de vista bem!) determinações de nível nacional e em relação às quais nós não podemos fugir.

Relativamente ao cenário em que se desenvolve este Plano de Médio Prazo, devo dizer que é um cenário de desafio. Não estamos em 1993, mas estamos à beira da integração plena na Comunidade Económica Europeia, e pergunto o que é que se diria se nós

não recorressemos à variável do financiamento externo para suportar esse ritmo de crescimento que, mesmo assim, é violento?!

Por conseguinte, devo dizer ao Sr. Deputado que o endividamento é a médio e a longo prazos - situa-se entre os 15, os 20 e os 25 anos -, testado pelo Banco Europeu de Investimentos e pelos seus peritos, que sabem bem até que ponto é que uma Região pode ir e não pode - porque há outras regiões e outros países que não se podem endividar junto do Banco Europeu de Investimentos esses investimentos são feitos de acordo com o Programa Operacional e, por conseguinte, com um Programa que tem o aval do Governo da República e da Comissão Europeia; o Quadro Comunitário Europeu já foi aprovado e nele está bem retratado o posicionamento financeiro para a Região Autónoma dos Açores, que, como disse, foi aprovado e apresentado pelo Governo da República, e, assim sendo, não vejo, em termos de coerência, como é que depois de se terem aprovado alguns Programas Operacionais se poderia inviabilizar a sua realização.

Sabemos, porém, que tem que haver ajustamentos temporais, ajustamentos esses perfeitamente normais.

Além disso, um Plano de Médio Prazo não é, nem uma Bíblia, nem o instrumento regulador, total e absoluto, do funcionamento de uma economia: existem parâmetros e regras mínimas e níveis em relação aos quais nós temos que ter uma margem de manobra - a não ser que sejamos todos autómatos. Compreendo que gerir numa situação de crescimento bastante acelerado, com níveis de transferências do Orçamento do Estado, como aquele que nós temos tido até aqui, com a resposta que é dada ao conjunto de investimentos que a Região tem vindo a realizar - e alguns são de grande dimensão e o Sr. Deputado conhece-os bem - tudo isso exige, por parte do Governo Regional dos Açores, um enorme esforço financeiro.

E isso que nós estamos a fazer!

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A discussão do Plano e Orçamento é ocasião privilegiada para se proceder a uma análise de algum modo aprofundada sobre a política do Governo Regional, quer considerada globalmente, quer considerada sectorialmen-

te.

Como sempre o tem feito, a Representação Parlamentar do PCP irá utilizar o tempo que regimentalmente dispõe para trazer a este debate a crítica, o contributo necessário, a opinião do PCP sobre os documentos em análise, as políticas realizadas e os métodos adoptados.

O PCP situa-se numa clara e inequívoca posição de discordância da política global e da generalidade dos métodos do PSD e do seu Governo, manterá essa postura que sempre tem tido e que é a de associar à crítica a proposta alternativa. Essa postura coerente e assumida sempre nesta Assembleia e na actividade geral, justifica-se e explica-se pela convicção profunda que temos da necessidade e possibilidade que há em abrirem-se caminhos que garantam para esta Região um progresso económico com sentido social, forjado em democracia e associado a um enriquecimento cultural do nosso Povo.

A nossa luta por essa **democracia avançada**, que é o projecto político essencial do PCP, exige de nós uma permanente disponibilidade para actuarmos, para propormos, para criticar, exigência essa que nos impede de reservar a acção apenas para vésperas de eleições.

Também não perspectivamos a nossa acção política como um mero e simples confronto de personalidades, que escolhem apenas certos momentos para transformarem o seu silêncio habitual numa super-actividade verbal, que não tem correspondência séria nas muitas atitudes e omissões políticas quotidianamente assumidas ou cometidas.

Encaramos, pois, a participação do PCP nestes debates como apenas mais um episódio da nossa acção permanente **no sentido de possibilitar que o descontentamento existente ganhe a dimensão de força democrática verdadeiramente transformadora.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Um dos objectivos essenciais do Plano para 1990 aponta que se pretende o "aumento da produção e o emprego, com melhoria da produtividade".

A enunciação deste sonante objectivo coloca quem o faz, à partida, na posição de defensor de um objectivo intocável.

Efectivamente esta Região precisa de aumentar o emprego, para dar saídas profissionais à juventude e para estancar a emigração involuntária.

Efectivamente, também, esta Região precisa, como nunca, de melhorar a produtivida-

de, quer como consequência da modernização do aparelho produtivo que é muito urgente, quer como meio indispensável ao estabelecimento de um maior equilíbrio entre os sectores produtivos.

É evidente que a realização associada destes dois objectivos - aumento do emprego e melhoria da produtividade - teria como consequência um aumento substancial e equilibrado, por sectores, da produção.

A vida porém demonstra-nos que não é suficiente passar objectivos simpáticos ou desejáveis a letra de forma, e há, antes de mais e acima de tudo, que ver se os programas e projectos propostos, se a execução que deles se faz e se a prática política do Governo Regional permitem, ou não encarar como credíveis os objectivos em tão animador enunciado.

A opinião do PCP é a de que com a política proposta e a prática estabelecida não é possível aumentar a produção e o emprego com melhoria de produtividade.

Tentaremos, de seguida, mostrar as razões desta nossa opinião, associando a essa demonstração a apresentação de propostas alternativas.

O instrumento que aparece como fundamental na proposta do Governo é o do **incentivo selectivo** dos agentes económicos privados no que respeita ao investimento produtivo.

A natureza desse **incentivo selectivo** tem que forçosamente ser analisada à luz da experiência governativa do anos anteriores. Ao fazermos a apreciação dessa situação, constata-se, antes de mais, que apesar de existirem instrumentos legais que estabelecem a forma de conceder esses incentivos, instrumentos esses que clarificam os métodos e estabelecem as regras, se verifica com clareza não ter essa política de incentivos produzido os resultados económicos pretendidos.

Fala-se há muitos anos no robustecimento do sector privado regional, no reforço do tecido empresarial, na transformação do sector privado no motor do desenvolvimento económico.

Contam-se por muitos e muitos milhões o montante dos dinheiros públicos assim transferidos para parte do sector privado, mas esse proclamado robustecimento não aparece claramente.

Inversamente o que aparece, com frequência, é a queixa de muitos empresários de que não têm condições para a sua actividade, de que não lhe são concedidos incentivos e até a queixa muito viva, de muitos, de

que a Região é o principal devedor ou o cliente que mais tempo leva a satisfazer os seus compromissos!

Para nós aparece claro **que a natureza selectiva dos incentivos** é múltipla, pois não só se seleccionam os incentivos por sectores, como **se seleccionam** os investidores que irão ser incentivados.

A história da actividade económica dos departamentos do Governo está, pois, recheada de casos de incentivos que foram concedidos para projectos ou empresas que não os aproveitaram para fim económico.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: "Pró-Picos" e "J Bs" já houve bastantes sem que se apurassem os responsáveis.

Por outro lado, a política de incentivos sempre seguida pelo Governo Regional assenta na obsessão de que há que criar algumas poucas grandes empresas, concentrando a economia em poucas mãos com muito poder económico.

Para assim ser, os incentivos são dados na sua parte maior a poucos e na sua parte menor a muitos, mas que dele não podem tirar grande proveito económico.

O PCP propõe, hoje como ontem, a revisão da política de incentivos, introduzindo-se rigor por forma a que o incentivo concedido tenha efeito económico, ou seja, crie riqueza que seja em boa parte reinvestida.

Por outro lado, propomos a criação de políticas de apoio à actividade das pequenas empresas, garantindo-se assim um desenvolvimento económico que aproveite, no maior grau possível, o tecido empresarial existente modernizando-o.

A manutenção da prática de sempre, pode resolver situações políticas, pode criar apoios novos, mas não deixará nunca de penalizar o erário público, transferindo-se dinheiros para o sector privado sem que a economia se fortaleça.

Propomos ainda que sejam encaradas formas de incentivar a modernização, diversificação e afirmação económica do sector cooperativo.

Não se diga, como já foi dito, que ao Governo não compete ajudar ou incentivar a formação de cooperativas, porque a verdade é o que pode e deve fazer na exacta medida em que ajuda, com incentivos, a formar empresas com a forma de sociedades por quotas ou sociedades anónimas.

Quanto às privatizações, continuamos a achar que tal medida nada tem a ver com

o aumento de produção, muito embora seja essa a tese do Governo. Essa tese, aliás, inclui em si mesma um atestado muito negativo para os gestores dos interesses económicos da Região.

Defendemos, para que seja possível revitalizar a economia e aumentar a produção, o reforço autêntico do sector privado, a criação de um sector cooperativo com peso económico e o aproveitamento, a bem da Região, do sector público produtivo.

A política apontada pelo Governo é insuficiente, está eivada de vícios e, como tal, não terá como resultado o aumento da produção.

Diz-se na proposta que a evolução do emprego tem sido favorável, mas que haverá uma procura de trabalho a ritmo forte.

Diz-se ainda que o desemprego tem decrescido, mas não se reconhece com clareza o aumento do fluxo emigratório embora se afirme que ele tem que ser evitado.

É evidente que esta questão do emprego está associada a outras como por exemplo as alterações que vêm sendo introduzidas nas relações de trabalho em desfavor dos trabalhadores, promovendo hipocritamente a chamada "flexibilização do mercado de trabalho" e está também ligada às políticas salariais e à formação profissional.

Sem formação profissional em profundidade não há profissionais habilitados; sem salários justos não se consegue a produtividade possível; sem segurança no emprego não se promove a estabilidade exigível.

Sem tudo isto em conjunto não se conseguirá nunca "evitar o aumento do fluxo emigratório".

Este Governo e o partido que o apoia não se mostram sensíveis a uma política de promoção de equilíbrio nas relações de trabalho, e isto porque assume, à partida, uma postura de defesa dos interesses do grande patronato contra os interesses essenciais de quem trabalha.

O aumento conjuntural da oferta de emprego, sem estar, pelo menos, associado a uma política salarial que dignifique as profissões, não significa, por si só, uma melhoria económica.

Pode significar, isso sim, o aumento da exploração da força do trabalho e a manutenção de gritantes injustiças.

Não é também possível aumentar a produtividade sem uma óptica de defesa dos interesses dos trabalhadores e sem uma prática real de modernização efectiva do aparelho produtivo.

Nem as práticas anteriores, nem os pro-

gramas apresentados apontam nesse sentido.

Em devido tempo, neste debate, explicitaremos propostas que visam a modernização do aparelho produtivo nos sectores fundamentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Costuma dizer-se que "sem ovos não se fazem omeletes". Nós diríamos que, sem políticas certas, não se aumenta a produção e o emprego, nem se melhora a produtividade.

O Governo diz querer atingir esse objectivo.

Uma vez mais não o conseguirá, porque a política proposta não o consente.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Na história do Parlamento Açoriano, a maioria e as oposições, sempre estiveram, mais ou menos abertamente de acordo, em dar um grande relevo à discussão dos Planos de Médio Prazo e Anuais, secundarizando, pelo menos em termos relativos, a discussão e o debate do Orçamento.

Este era considerado como um mero instrumento e suporte da execução do Plano e, enquanto mero instrumento técnico, enquanto mera medida e projecção previsionial das receitas e despesas sem grande dimensão ou conteúdo político.

Esta dimensão estava contida nos objectivos genéricos e nas metas sectoriais. E, quer uns, quer outros, constavam do Plano e não do Orçamento.

Por isso mesmo, concluía-se, quase inevitavelmente, que era em relação ao Plano que interessava definir posições de concordância ou desacordo. Era sobre o que fazer com o financiamento previsto e não sobre o próprio financiamento que incidiam as atenções.

Bastará comparar esta tradição do Parlamento Açoriano com a existente na Assembleia da República para nos apercebermos da diferença de perspectivas dos dois Parlamentos, nesta matéria.

Na Assembleia da República, o debate centraliza-se no Orçamento. As Grandes Opções do Plano e o chamado PIDAC merecem uma atenção bem menor. A não ser, no referente a este último, quanto a projectos concretos de interesse sectorial ou de alcance local.

Esta diferença de comportamentos entre as duas Assembleias, explica-se por duas ra-

zões fundamentais.

Em primeiro lugar, por aquele conjunto de razões que, nos textos explicativos introdutórios dos Orçamentos Regionais, são longamente explanados no capítulo sobre as condicionantes da política orçamental da Região.

Elas resumem-se à rigidez das receitas e da maioria das despesas.

Em segundo lugar, porque, até aos primeiros anos da década de 80, a Região não se defrontou com dificuldades insuperáveis na obtenção de receitas suficientes para um orçamento equilibrado e apenas há dois anos é que o ritmo de endividamento da Região se acelerou súbita e preocupantemente.

E precisamente a necessidade de atenção redobrada para evitar que o Governo Regional procure falsas saídas orçamentais para este dilema - rigidez de receitas e despesas, por um lado, endividamento progressivo, por outro - que nos leva a considerar muito mais importante, neste momento, a discussão do Orçamento do que o debate do Plano.

Além do mais, no essencial o debate do Plano encontra-se feito, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na discussão do Plano de Médio Prazo 89/92, que decorreu no passado mês de Março. Bem viva ainda pela sua proximidade.

Então, se criticaram os objectivos genéricos, e o Partido Socialista lhe contrapôs as suas próprias alternativas.

Então, se apresentaram exaustiva e pormenorizadamente as objecções de carácter sectorial que o Partido Socialista entendeu pertinentes.

Então, se formularam, sector a sector, e, em muitos casos, programa a programa, as alterações que considerou adequadas. Retiradas, umas do seu próprio programa de governo, e outras retomadas do Programa do Governo aprovado nesta Assembleia e que, entretanto, o Governo Regional omitira ou se obstinara em não traduzir no PMP.

E por tudo isto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não vislumbra qualquer vantagem em repetir, a escassos meses da apreciação do PMP nesta Assembleia, todo aquele ritual.

Até porque o tempo regimental para o efeito é cada vez menos.

Em relação ao Plano para 90, e por agora, pelo menos, convirá, quando muito, lembrar duas regras básicas que valem para este, tanto como para qualquer plano em geral.

O Plano deve servir - deveria servir - essencialmente para duas coisas bem precisas:

1º Para estabelecer a programação plu-

riannual de acções ou projectos que, ou pela sua natureza ou por opções técnicas ou políticas ou ainda por razões de ordem financeira não podem ser desenvolvidas num só ano.

2º Para permitir a formulação do "orçamento por objectivos", ou seja, permitir visualizar de uma forma clara qual o objectivo de determinado gasto público.

Não será novidade para ninguém, e muito menos para o próprio Governo, que sabe muito bem o que faz, e para a maioria, que sabe muito bem o que deixa fazer com muitos dos programas do Plano, se dissermos que entendemos que o Governo perverte e subverte, na prática habitual, esta segunda regra da formulação do "orçamento por objectivos".

Faz isso das formas mais variadas. Inclui no Plano gastos e despesas pontuais ou ocasionais que nada justifica lá estejam contidas e que devem fazer parte das atribuições correntes de um qualquer organismo público, ou então, em muitos casos, pelo menos, nem sequer deviam ser feitas.

Apresentando sob a forma de despesas de investimento, gastos que são claramente de carácter corrente regular e de mero funcionamento. Ou, para cúmulo deste processo de confusão, desviando para aplicação em despesas correntes, verbas orçamentadas para despesas de investimento.

Mas o processo preferencial de perversão do espírito do Plano, predominantemente utilizado pelos sucessivos Governos Regionais do PSD, é a criação de pseudo-programas de designação genérica que transformam o Plano num sistema de sacos azuis onde o Governo pode ir sempre buscar o dinheiro que quiser para tudo aquilo que quiser.

A análise do conteúdo dos programas de algumas Secretarias Regionais, tal como eles constam dos documentos do Plano, mas, sobretudo, tal como eles são concretizados nos relatórios de execução mostra à evidência que este é o aleijão maior dos Planos Regionais.

Assim procedendo, o Governo Regional não só perverte o planeamento e a sua finalidade, mas subverte também o controle democrático desta Assembleia sobre os gastos públicos.

Esta é mais uma razão para que, no momento em que a questão financeira se agudiza na Região, em que a crise financeira se instala, para que aproveitemos este debate naquilo que consideramos essencial.

E o essencial está no Orçamento.

O essencial está em alertar e prevenir para aquilo que há pouco designei por "falsas

saídas orçamentais" para o dilema do Orçamento Regional - rigidez de receitas/endividamento em ritmo acelerado e significativo.

Convém, para começar, recordar que, em 1987 e 1988, o III Governo Regional já tentou uma dessas pseudo-saídas orçamentais para o mesmo impasse com que o IV Governo Regional se volta a defrontar.

Naquela altura, recorreu à inscrição no Orçamento Regional de receitas muito superiores àquelas que se previam, ou mesmo se sabiam seguramente, que seriam transferidas do Orçamento do Estado para a Região.

No Orçamento de 87, inscreveram-se 14 milhões de contos de transferências do Orçamento do Estado para a Região, quando já se sabia que a Região só iria contar com 7.160 mil contos.

No Orçamento Regional de 88, repetiu-se idêntico procedimento, prevendo-se a transferência de 16 milhões de contos do Orçamento do Estado, quando este Orçamento, já aprovado, inscrevia somente os mesmos 7.160 mil contos do ano anterior, a título de transferência para o Orçamento Regional.

Nessa altura, o Governo Regional deixou inscrito em documentos, gritou em idas e vindas a Lisboa, e apalavrando cimeiras com o Governo da República, lancinantes apelos à solidariedade nacional e partidária de Cavaco e Silva.

Mas a resposta definitiva de Cavaco e Silva foi terminantemente dada, logo na discussão do Orçamento do Estado na Assembleia da República.

Não haveria qualquer aumento de transferências para as regiões autónomas até porque tal obrigaria a um orçamento suplementar para haver cabimento orçamental para aquelas verbas e que só o Governo Regional dos Açores é que podia explicar a inscrição no seu Orçamento daqueles montantes.

E claro que depois das críticas, vindas dos mais variados quadrantes, à elaboração de Orçamentos com déficits iniciais tão elevados e sem qualquer hipótese de cobertura credível a não ser pela alternativa do endividamento, o Governo Regional, em desespero de causa, teve de tentar outras saídas.

Igualmente falsas, como veremos.

Quem abrir o Orçamento para 1990, na página 18, deparará com um capítulo intitulado - Evolução das Finanças Públicas Regionais.

Neste capítulo vêm referidas as condicionantes (as chamadas condicionantes) "que dificultam a definição da política orçamental regional e que não permitem um desenvolvi-

mento totalmente controlado das finanças públicas regionais".

E afirma-se que "em consequência, a gestão orçamental que se preconize terá de considerar as receitas dos impostos, não como uma variável possível de manipulação, mas como um dado à priori".

Se em face destas afirmações abrirmos o Orçamento Regional na página 65, olharmos para o Quadro XIII e para as receitas dos Impostos Directos e Indirectos, não encontraremos seguramente razões para acreditar em nenhuma rigidez: os Impostos Directos sobem 53,3%; o IRS e o IRC sobem 90% (de 89 para 90); os Impostos Indirectos sobem 27,7%.

A única explicação para a subida destes impostos vem referida na página 33, onde se fala - no caso do IRS - na sua progressividade.

Recorda-se que, para estes mesmos impostos, o Orçamento do Estado prevê um crescimento de 19,9% para o IRS; de 6,01% para o IRC; de 15,92% para os Impostos Indirectos e de 16,01% para o IVA.

Fica claramente por explicar como é que na Região se consegue esta maravilhosa flexibilidade destes impostos de 1989 para 1990. Ou seja: - Como é que taxas de crescimento de impostos que a Região não domina, que no Continente se prevê terem subidas que são da ordem de 10 a 15% (não alcançam os 20%), na Região aparecem com subidas de 53%, de 90% e de 27% e mesmo de 19% em relação a taxas?!

E efectivamente uma questão que fica por explicar, que carece de ser explicada, e que mostra que estas receitas são calculadas sem qualquer realismo nem qualquer credibilidade.

Mas para não nos ficarmos apenas na espera desta explicação, é possível demonstrar que este crescimento de receitas não tem qualquer fundamento nem qualquer explicação possível e que estes números são perfeitamente desenquadrados, não só das previsões, mas (mais uma vez!) daquilo que o Orçamento do Estado prevê para a Região.

Neste caso, o Governo Regional decidiu não manipular, com promessas de solução futura, as transferências do Estado: decidiu, sim, manipular e não considerar como pressupostos nem como à priori - tal como diz na literatura que foi referida - os impostos. Realmente o Orçamento do Estado prevê num Quadro (Quadro XVII) referente às Transferências para os Governos Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, onde estão contidas as transferências dos Im-

postos Directos, dos Impostos Indirectos e das taxas e outras penalidades dos anos de 85, 86, 87, 89 e 90, que a comparação com os números que o Orçamento do Estado prevê e com as hipóteses que o Governo avança no seu Orçamento não têm nenhuma relação, ou têm a mesma relação que em 87 e 88 tiveram as transferências do Orçamento do Estado que então apareceram com diferenças de 6 e 7 milhões de contos. E o caso dos Impostos Directos que aparecem no Orçamento Regional para 89 calculados em 14.476.200 contos e que o Orçamento do Estado prevê e destina para a Região 8.635 mil contos, ou seja, entre aquilo que está efectivamente inscrito no Orçamento do Estado para ser transferido para a Região como Impostos Directos e aquilo que o Governo Regional nos traz inscrito no seu Orçamento, a diferença é apenas de 6 milhões de contos.

Daí que enquanto, e pelo Orçamento do Estado, se prevê que os Impostos Directos cresçam 6.3%, generosamente, mas sem qualquer fundamento, o Governo Regional prevê que eles cresçam 53,3%.

Notemos que, em relação aos anos anteriores, estes números são praticamente coincidentes. Em relação a 88, por exemplo, os Impostos Directos que se encontram nesse mesmo quadro aparecem no Orçamento Regional com 7.075 mil contos e no quadro correspondente ao Orçamento do Estado com 7.042 mil contos.

A diferença que não se consegue explicar por qualquer sistema de cálculo, está efectivamente explicada por um processo que não tem a ver nem com qualquer princípio de progressão relativa na cobrança do Orçamento nem sequer respeita aquilo que o Orçamento do Estado prevê para a Região.

O mesmo se pode constatar em relação aos restantes impostos: enquanto que os Impostos Indirectos aparecem no Orçamento Regional no montante previsto de 19.484 mil contos com um crescimento de 27% em relação a 89, neste mesmo quadro aparecem apenas com 17.652 mil contos, ou seja, encontramos uma diferença de cerca de 2 milhões de contos - mais rigorosamente de 1.800 mil contos.

Se somarmos estas duas diferenças - dos Impostos Directos e dos Indirectos - teremos cerca de 8 milhões de contos de diferença entre aquilo que o Governo Regional nos apresenta como receita de Impostos Directos para a Região e aquilo que iremos receber do Orçamento do Estado. Ou seja: temos exactamente a mesma modalidade de 87 e

88, mas aplicada agora, não sobre as Transferências do Estado, mas sobre os Impostos Directos e Indirectos. Temos, mais uma vez, a tentativa de, de forma disfarçada - porque o processo anterior já não era admissível depois de ter sido condenado pelo próprio Tribunal de Contas -, ter um Orçamento com um défice inicial de cerca de 8 milhões de contos.

No Orçamento das Despesas - como já aqui foi referido - assistimos a um aumento explosivo das Despesas Correntes da ordem dos 36%; assistimos a um aumento fictício das Despesas de Capital da ordem dos 40%, porque nessas despesas o que efectivamente cresce (e por isso elas são fictícias) são os passivos financeiros, ou seja, a amortização da dívida que cresce 194%, e, finalmente, temos as despesas do Plano reduzidas a um crescimento previsto de 11.7%, ou seja, menos 30% do que em 89.

Em face de tudo isto podemos dizer que não vale a pena discutir o Plano. Este Orçamento que lhe devia servir de suporte não tem qualquer credibilidade, não tem qualquer fundamentação e assenta em pressupostos de financiamento que nós já sabemos, pela experiência de 87 e 88, que não se concretizarão, porque não é à beira e depois mesmo da elaboração do Orçamento e de ele ser apresentado e aprovado na Assembleia Regional que se encetam negociações para conseguir o financiamento que este Orçamento já pressupõe na sua base.

Esta "actuação orçamental de bombeiro" que elabora o orçamento a partir do cálculo das despesas e, depois, procura manipular as receitas, inflacionando-as artificialmente e sobreavaliando-as, não tem qualquer base de sustentação.

Esta é a primeira conclusão que pode ser tirada desta análise comparativa do financiamento previsto para o Plano de 90.

A segunda conclusão é que, tendo-se já esgotado a credibilidade política para repetir, como em anos anteriores, as promessas de aumento das transferências do Orçamento do Estado, sobreavaliam-se os montantes previstos para os Impostos Directos em cerca de 6 milhões de contos e Indirectos em cerca de 2 milhões de contos, mantendo-se, assim, de igual modo um défice inicial, embora sob outra modalidade.

A terceira conclusão que se pode tirar é que as despesas do Plano são claramente sacrificadas, em relação às restantes despesas.

Pode concluir-se ainda, dado o défice ini-

cial, dada a baixa execução do Plano em 89 (14% no 1º Semestre de 89 contra 29% em igual período de 88) e menos de 50% até Outubro, é previsível que nem a totalidade das verbas previstas para o Plano sejam dispendidas.

A quinta conclusão que podemos tirar é a de que as receitas correntes são insuficientes para cobrir as despesas correntes previstas. A diferença é de cerca de um milhão de contos. Isto se não se entrar em linha de conta com as despesas correntes do Plano que rondam os 4 milhões de contos.

Tendo em conta o nível de execução previsível, o empréstimo a contrair acabará por ser utilizado no financiamento de despesas correntes e não em despesas de investimento.

Para uma primeira análise do Orçamento e para mostrar a falta de credibilidade do Orçamento e, por consequência, deste Plano, creio que chega como demonstração.

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria apenas prestar duas ou três declarações muito breves.

Em primeiro lugar, queria perguntar ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa se ele não sabe que uma das técnicas mais velhas e mais antigas das finanças públicas - em termos de Estado e não em termos regionais - é de que se prevê novamente que o nível de receitas fique aquém daquele que efectivamente é realizado e se sobrevalorizam as despesas. Esta é a técnica que vem sendo seguida no Continente Português. É perfeitamente normal, é perfeitamente aceitável e é o próprio texto do Orçamento que o tem demonstrado nos últimos anos.

- O que é que isso significa?

- Significa que, mesmo dando alguma credibilidade àquele quadro - que suponho que outros colegas do partido do Sr. Deputado Dionísio de Sousa não dão nenhuma e em outras instâncias mas, mesmo dando alguma credibilidade àquele quadro, que não tem absolutamente nenhuma, quadro esse que referiu e que vem inserto no Orçamento do Estado, direi que aquele quadro, na sua concepção, é errado do ponto de vista de técnica das finanças públicas: primeiro porque inclui nas transferências do Orçamento do Estado

rubricas que não têm nada a ver com as transferências para a Região e para o Orçamento Regional; depois porque estimam o valor das receitas que fica muito aquém mesmo com o maior apocalipse que houvesse cá nos Açores daquilo que se iria verificar, quando estima em termos nacionais um crescimento médio dos impostos da ordem do 22% e um crescimento médio para a Região da ordem dos 13%. Por conseguinte, logo, à partida, os valores que estão aí são valores que estão bastante subvalorizados.

Por outro lado, como o Sr. Deputado também sabe, nós aqui na Região temos sempre defendido que isso é uma questão perfeitamente normal e lógica, que nem sequer tem a ver com o problema das transferências, e que é o problema da transferência dos impostos, tendo por base uma regra per capita.

É uma questão pela qual nos debatemos, que tem conteúdo e pode ser devidamente fundamentada, tem precedentes em termos de outras regiões europeias que se integram na Comunidade Económica Europeia, tem precedentes ao nível da EFTA, tem precedentes ao nível de Portugal e ao nível da Região Autónoma dos Açores com outra categoria de impostos.

Por conseguinte, se se der ao trabalho de verificar o rendimento per capita - e isso foi dito na Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, nós não o escondemos - e dissemo-lo claramente - a metodologia de cálculo desses impostos tinha que reflectir um novo posicionamento ao nível das transferências dos impostos.

Outro aspecto importante tem a ver com os passivos financeiros e com a evolução das despesas.

Já disse ao Sr. Deputado que, em termos de orçamento ajustado - e isso é que conta - o Orçamento revisto e comparado com aquele que nós apresentámos hoje e que contamos, embora não possamos prometer isso, mas vamos tentar que seja um Orçamento das Despesas Correntes não sujeito a revisão para o próximo ano embora, repito, não o possa prometer a 100% - mas, de qualquer das maneiras, o crescimento previsto, tendo por base as alterações profundas, ao nível do funcionalismo público, que ocorreram em Portugal e que levaram a reforços da ordem dos milhões de contos ao nível do Orçamento do Estado, levam a que o andamento das Despesas Correntes nos Açores, quando comparado com a média nacional, não tenha aquele crescimento que se obtém comparando os dois Orçamentos.

Assim sendo, aquela estimativa de Despesas Correntes - e nomeadamente são despesas com o pessoal porque a maioria são despesas rígidas -, ou seja, aquele andamento já reflecte o novo sistema retributivo da função pública, o ajustamento de carreiras, o aumento dos vencimentos do presente ano e a antecipação para o próximo ano, o que significa que, em termos reais, o crescimento não é esse.

Quanto às Despesas de Capital, como pode verificar também, nós este ano já liquidámos um empréstimo intercalar e o crescimento apresentado também não é aquele, o que quer dizer que o andamento das Despesas de Capital na Região Autónoma dos Açores tem um andamento que fica muito aquém daquilo que se verifica no resto do País: o endividamento per capita dos Açores é 20 vezes inferior a outras regiões do País, em média, e, mesmo em relação à média nacional, é um valor muito pouco significativo. Aliás, basta verificar que este ano o nível de emissão de títulos de dívida pública, previsto pelo Estado, e de outros instrumentos de natureza de financiamento, são 1.200 mil milhões de contos. Se lhe aplicar a percentagem per capita, verá certamente que o nível de endividamento não tem correspondência nenhuma com aquele que se verifica noutras regiões.

Quanto ao nível da receita, o que interessa é projectar a receita global, e nós sabemos como é que isso é feito e podemos garantir aquele nível de receita global. Agora, é tudo uma questão de opção. Suponho, porém, que quem vive nos Açores tem todo o direito e sobretudo tem o dever de pugnar com um tipo de raciocínio que nem as razões partidárias o podem fazer esquecer, sobretudo se tivermos num regime democrático!...

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que não está em jogo coisa nenhuma: nem o regime democrático, nem a autonomia, nem sequer está em questão Cavaco e Silva. O que está em questão é exactamente a mesma situação com que nos defrontámos em 87 e 88, ou seja, é elaborado um determinado orçamento, são prometidas determinadas receitas: essas receitas virão mais tarde, é uma técnica nova, são pressupostos novos, vai-se alterar o sistema de transferências para o Estado.

A Região já ouviu essa conversa e já so-

freu as consequências. O facto de citar este quadro não significa, nem concordar com ele, nem, muito menos, louvá-lo: significa, muito simplesmente, o que a Região, realisticamente, tem a esperar de Imposto Directos e Indirectos, bem como de taxas e multas. É o que aqui está previsto e não pode esperar mais, a não ser que haja alteração do sistema fiscal nacional.

É esta alteração que, mais uma vez, numa bandeja, o Governo Regional nos veio aqui oferecer, mas tendo por detrás um Orçamento claramente viciado porque o que é certo é que este quadro, bom ou mau, calculado segundo as técnicas do Sr. Secretário Regional das Finanças ou do Sr. Ministro das Finanças tem, por detrás de si, este facto importante: é que, em relação a anos anteriores, são exactamente estas as verbas que coincidem com os Impostos Directos que a Região arrecadou.

Portanto, de falsas promessas, com défices iniciais sem qualquer credibilidade de cobertura, não pode esta Assembleia continuar a aceitar esta solução. Mais uma vez se repete que esta receita foi prometida e fornecida a esta Assembleia durante 2 anos e com a mesma modalidade: inscrevendo-se verbas que não tinham qualquer racionalidade nem qualquer previsibilidade de se conseguirem. O que existia era exclusivamente, como acabou por ser, a do endividamento. Mas este endividamento, este empolamento das receitas, esta sobreavaliação e este inflacionamento é totalmente inadmissível porque não tem qualquer base nem qualquer fundamento, não só nos métodos de cálculo, mas também naquilo que, taxativamente, em textos escritos, está no Orçamento do Estado.

Isso não se pode ignorar, nem nos podemos deixar iludir pelas promessas de que se conseguirá para o IRS e o IRC aquilo que se conseguiu já para o IVA. Isto devia ter sido conseguido antes, ou então devem ser assumidas no Orçamento e no Plano as consequências de não se dispor desse instrumento financeiro.

É isto que o Governo Regional se recusa a assumir; é isto que é inaceitável por mais voltas, por mais argumentos, por mais promessas que sejam tiradas para tentar iludir esta situação de défices iniciais que não terão qualquer outra cobertura senão pelo endividamento!

Ele começa por dizer que "dada a precariedade de cálculos o montante do endividamento e o seu cálculo deve ser feito com base

no Produto Interno Regional".

Ora, nós desconhecemo-lo neste momento - ele está apurado apenas até 85 - e, portanto, fazer cálculos desses são apenas estimativas que pouco adiantam para avaliar da relação deste endividamento com o Produto Interno da Região. Se ele é menor ainda do que noutras regiões, nada garante que acabe por não ser tão elevado como noutra região que é tão autónoma como esta.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para fazer duas perguntas ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, relacionadas com a intervenção que ele acabou de proferir.

Em primeiro lugar, queria perguntar ao Sr. Deputado se efectivamente conhece o método de arrecadação das novas receitas, resultantes da alteração que houve no ano anterior aos impostos, nomeadamente quanto ao IRS que veio substituir o antigo Imposto Profissional e o Imposto Complementar.

Por conseguinte, das afirmações por si proferidas, e uma vez que está a avaliar a previsão das receitas, quer do Orçamento do Estado nesse mapa que apresentou, quer relativamente às receitas apresentadas aqui no Orçamento da Região, eu perguntar-lhe-ia se o Sr. Deputado sabe como é que são arrecadadas as receitas neste momento.

Ora, a arrecadação das receitas por parte do Estado é a maneira como os contribuintes pagam. Este ano o Sr. Deputado debruçou-se seriamente sobre o Orçamento mas, pelos vistos, julgo que não entende algumas coisas que são basilares.

Por outro lado, referiu que havia grandes Despesas Correntes que estavam contabilizadas no Plano e não em Despesas Correntes.

Já agora gostaria que enunciasse, aqui na Câmara, quais são as Despesas Correntes que se encontram no Plano e que deveriam estar no Orçamento de Despesas Correntes.

Gostaria também de perguntar ao Sr. Deputado se sabe que no ano de 1989, 1990 e 1991 o Estado vai arrecadar receitas, quanto ao Imposto Complementar Secção A, quanto ao Imposto Complementar Secção B e quanto à Contribuição Industrial, relativamente a 1980.

Além disso, ainda há outra questão que o Sr. Deputado desconhece com certeza: é que a arrecadação dos impostos - aquilo que

o imposto que veio substituir, por exemplo, a Contribuição Industrial, que é o IRS e o IRC - é feita por antecipações. Portanto, há muitas coisas que o Sr. Deputado não tem em conta quando vem para aqui fazer afirmações dessas - o que é natural.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto são demasiadas perguntas de arrecadação...

(Risos do PS)

...e, por conseguinte, não sei se conseguirei encher a sua arrecadação!

(Risos do PS)

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Sr. Deputado não percebe nada de arrecadação! É natural!...

O Orador: As perguntas têm apenas um defeito: não têm nada a ver com aquilo que aqui foi dito. Não é preciso conhecer a técnica da arrecadação de receitas em pormenor para chegar à conclusão de que esses números são inverosímeis, não têm nenhum fundamento e não podem servir de base a um Orçamento nem a um Plano.

Isso foi efectivamente demonstrado e não era preciso demonstrar, uma vez que consta do Orçamento do Estado.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): O Orçamento do Estado é alguma Bíblia?!

O Orador: Já agora faça-lhe uma pergunta.

- Por que é que neste mesmo mapa, onde estão as transferências do Orçamento do Estado e que cá figuram 8.700 mil contos, esse número é realmente aceite, não é discutido, nem pode sê-lo?

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Não é discutido! Os Srs. estão satisfeitos! Já o disseram na Região, já o disseram na Assembleia da República e continuam a repeti-lo! Simplesmente desitiram deste processo...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Mas é que isso não é uma previsão, Sr. Deputado! O Sr. não distingue o que é uma previsão!

O Orador: Eu não distingo coisa nenhuma das coisas que o Sr. Deputado muito bem distingue... mas também não arrecado!

(Risos do PS)

Em relação a Despesas Correntes que constam do Plano, não vale a pena estar a

enunciar deslocações de viagens: é abrir um relatório de execução e nós vemos centenas de milhares de contos que são, efectivamente, utilizados em Despesas Correntes e que não têm nada a ver com o Plano. Basta-lhe abrir o parecer do Tribunal de Contas, em relação ao Orçamento de 87, onde isso vem claramente referido e claramente enunciado.

Mas uma vez que eu não percebo nada de arrecadação de receitas fiscais, talvez não tenha dúvidas em relação à Secção Regional do Tribunal de Contas, e lá poderá encontrar essa informação.

Sr. Deputado, arrecade calmamente! Não tenha problemas! E pena é que a Região não tenha conseguido arrecadar em 87 e em 88 e não vá conseguir em 89. É sobretudo inaceitável esta técnica de elaborar um Orçamento e sobre ele apresentar um Plano: é viver, é tentar construir alguma coisa sobre areia, embora "areia Social Democrata", com uns métodos de cálculo e umas tentativas nos Açores e com uma coloração diferente a nível nacional.

O problema é realmente esta Região, este Governo e esta maioria, definitivamente, articular o Orçamento Regional com o Orçamento do Estado. Não o pode fazer! Tem obrigação de fazer todos os esforços (e não o fez!) antes de elaborar o Orçamento mas, depois, quando elabora o Orçamento e quando o apresenta à Assembleia, não pode efectivamente desafiar a lógica nem o Orçamento do Estado, prometendo que irá conseguir depois aquilo que não nos consegue dar antes.

Nada de manipular receitas que não dependem da decisão da Região para prometer realizações e obras que dependem da competência da Região!

Esta técnica está perfeitamente ultrapassada e serve - como serviu em 88 para anos eleitorais mas, depois, a Região paga de forma cara e preocupante.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Realmente o Sr. Deputado Carlos Teixeira levantou aqui uma questão que me faz pensar, e eu também tenho dúvidas, tal como ele tem, relativamente à classificação das despesas.

Assim sendo, perguntava ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa se porventura me pode auxiliar, assim como à Câmara, por exemplo, qual o cabimento no Plano deste tipo de despesa:

- Despesa de Seguro com a tripulação do "Cruzeiro das Ilhas" nas viagens Horta-Aveiro-Horta;

(Risos do PS)

- Despesas relativas à condução do "Cruzeiro das Ilhas" na referida viagem;

- Despesas administrativas relacionadas com o transporte terrestre.

(Risos do PS)

Isto são questões textuais e, portanto, gostaria que o Sr. Deputado me desse realmente a sua opinião sobre esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Posso tentar dar uma opinião, mas não posso classificá-las em Despesas de Investimento nem em Despesas de Capital. Se calhar, nem são Despesas Correntes mas, sim, "Despesas de Arrecadação"!...

(Risos do PS)

Presidente: Srs. Deputados, tem agora a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Talvez seja um bocadinho tardio o meu pedido de esclarecimento. De qualquer maneira, era para ter sido feito há bocado e era dirigido ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. A questão é a seguinte:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro veio-nos agora aqui dizer uma coisa que, se bem percebi, é mais ou menos a de que, na realidade, o Governo Regional vinha dizer, agora, aquilo que não dissera em Março, ou seja, apresenta-se a esta Câmara, agora, com um Orçamento substancialmente pior chamemos-lhe assim - do que aquele que aqui em Março teria apresentado - foi mais ou menos esta a ideia com que fiquei.

V. Exa. desculpar-me-á a minha ignorância nesta matéria - não tenho o privilégio de ser economista como V. Exa. - mas, na realidade, gostaria que me esclarecesse - e talvez possa servir para o esclarecimento de muito boa gente e até, nomeadamente, do próprio Sr. Secretário Regional das Finanças - porque não consegui perceber o seguinte: o Orçamento é mau, parece que é pior do que o de Março.

- V. Exa. era capaz de ter a gentileza de nos dizer como é que nós podemos fazer um Orçamento bom, ou melhor, V. Exa. será capaz de nos explicar, de uma vez por todas,

como é que nós podíamos fazer um Orçamento bom, para não andarmos a perder tempo desde Março até agora?!

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para, se assim o entender, revelar o segredo de fazer Orçamentos bons.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não sou jurista mas, se fosse jurista, a resposta era fácil; era mudar o Governo!

(Risos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa.

Subsecretário Regional da Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Hoje é impossível pensar uma sociedade, sem que se admita que esta é um sistema aberto e, por isso, que lhe é exigido uma capacidade de avaliação estratégica acrescida, no contexto das suas relações com o exterior.

Nesta perspectiva, assume particular relevância a discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 1990, na sequência das grandes linhas de opções estratégicas definidas e aprovadas por esta Assembleia no decurso deste ano.

A flexibilidade inerente ao próprio processo de planeamento face aos recursos disponíveis e/ou disponibilizáveis torna-se, neste domínio, fundamental para que sejam alcançados os grandes objectivos propostos.

Estes objectivos pelo carácter integrado que possuem, pela sistematização que produzem e pela coerência intrínseca que revelam, constituem um modelo de desenvolvimento regional de elevada potencialidade.

No domínio da cooperação europeia a integração operacional dos programas PEDRAA, PNIC Açores, Aviões da SATA e ULTRAPERIFÉRICO no Programa de Desenvolvimento Regional apresentado por Portugal para cofinanciamento comunitário revelou uma estratégia clara da Região Autónoma dos Açores que permite operacionalizar o seu Plano de Médio Prazo com vantagens indubitáveis nos processos negociais futuros.

De facto, hoje, e a partir da reforma dos Fundos Estruturais, o Quadro Comunitário de Apoio da Comissão das Comunidades para cada objectivo de ajustamento estrutural, permite aos Estados e às Regiões uma crescente capacidade e flexibilidade na correcta gestão dos recursos comunitários, antevendo-se um aumento substancial no decorrer do

ano de 1990 de Fundos Estruturais para a Região Autónoma dos Açores.

A articulação destes fluxos financeiros, com a necessidade de salvaguardar um conjunto de medidas específicas que potenciem o adquirido aquando do Tratado de Adesão, traduz-se, ao nível da política de cooperação externa, em três grandes vectores: a coordenação, a formação e a informação.

No tocante à **coordenação dos assuntos europeus** e para a prossecução desta política foi criado, sob a dependência do Subsecretário da Cooperação Externa, a Comissão Regional dos Assuntos Comunitários (CRAC) que, iniciou as suas funções em Fevereiro de 1989, sendo composta por representantes dos Secretários e Subsecretários Regionais.

Esta estrutura recentemente criada continuará em 1990 os seus trabalhos que têm permitido aumentar a capacidade negocial da Região pelos circuitos rápidos que institucionalizou e pela capacidade de resposta que tem revelado.

Este facto tem permitido continuar com eficácia a participação da Região Autónoma dos Açores nas instâncias regionais europeias, tanto ao nível nacional como ao nível comunitário. Neste domínio assume particular destaque a política europeia dos Governos Regionais da responsabilidade do PSD que, sob a liderança do Dr. Mota Amaral, souberam projectar a Região em foruns essenciais para o **desenvolvimento da cooperação inter-regional europeia**. Isto é reconhecido internacionalmente, não o sendo apenas pela bancada do PS.

Destacamos assim a participação açoriana no CRPM da CEE e nomeadamente na sua Comissão das Ilhas cuja última conferência se realizou nos Açores em Maio deste ano. Também a participação na Assembleia das Regiões da Europa e na sua estrutura técnica CEDRE tem constituído um modelo exemplar de como uma Região não pode ser apenas avaliada pelos critérios economicistas do PIB mas deverá ser também vista pela capacidade de intervenção dos seus responsáveis, demonstrada cabalmente pelo Presidente do Governo Regional.

No tocante ao vector formação, e em perfeita articulação com um dos objectivos essenciais deste Plano, o Gabinete do Subsecretário Regional da Cooperação Externa realizará ao longo do ano de 1990 uma série de cursos especializados, no âmbito da CRAC, abertos à participação de vários sectores profissionais estratégicos para o desenvolvimento regional.

Estas acções desenvolvem-se na sequência de um conjunto de iniciativas que se integram na preparação de recursos humanos aptos a lidar com esta nova ordem jurídico-política comunitária, o que implica uma profunda alteração na mentalidade e nos processos produtivos culturais e sociais.

Assim, durante este ano promoveu-se a participação de funcionários em estágios na Comissão, tanto ao nível negocial e técnico, como ao nível informativo. A participação regional no team 92 da Comissão revelou-se neste contexto de grande importância.

O apoio a iniciativas da Universidade dos Açores nos domínios da preparação de quadros pela participação em Seminários, Conferências e Colóquios Internacionais, bem como pelo apoio a actividades como o 1º Colóquio Internacional sobre as relações transatlânticas organizado pelo CERIR daquela Universidade, permitiu desenvolver no domínio da cooperação em investigação e desenvolvimento um quadro de potenciais que em 1990 começará a dar os seus frutos.

De facto, o desenvolvimento da cooperação inter-regional no domínio da transferência de tecnologia só poderá arrancar com sucesso nos Açores quando nos diferentes sectores houver uma crescente capacidade negocial. Por outras palavras, a capacidade de gerir o sistema de relacionamento com o exterior.

Neste domínio a importância das verbas consagradas para o Ensino Superior no Orçamento e no Programa Operacional Comunitário PEDRAA são a garantia do desenvolvimento desta estratégia definida aquando da defesa do Plano de Médio Prazo.

Mas se por um lado crescer a capacidade técnico-negocial e a capacidade técnico-científica que são determinantes para a prossecução de uma política de cooperação externa nas suas vertentes inter-regional e intersectorial, não é menos certo que sem a responsabilização dos vários agentes culturais, económicos e políticos os efeitos colaterais deste processo não terão os resultados esperados.

Assim, o Gabinete do Subsecretário Regional da Cooperação Externa irá no ano de 1990 desenvolver um conjunto de acções visando uma maior e melhor informação ao nível geral em colaboração com o Gabinete para Portugal da Comissão das Comunidades, com a Secretaria de Estado da Integração Europeia e com a Universidade dos Açores.

Destacamos, das iniciativas previstas para 1990, a realização nos Açores de uma série

de Seminários e Conferências especializadas, bem como a continuação de acções desenvolvidas junto das escolas, visando a sensibilização dos jovens para a Temática Europeia.

O sucesso do Concurso "Os Açores e a CEE", levado a cabo durante este ano, permitirá desenvolver, em 90, novas modalidades dentro do âmbito dessas iniciativas. Também a abertura de circuitos simples e acesso à Informação Comunitária na modalidade de "consultório" irá marcar a acção, neste domínio, deste Gabinete.

No domínio mais restrito da Informação Comunitária para as pequenas e médias empresas, a abertura de um Euro-Gabinete em 90 irá sem dúvida marcar uma etapa fundamental na capacidade de articulação do sistema produtivo regional aos mercados externos. As perspectivas que se abrem à cooperação inter-regional e intersectorial no domínio das PNE(s) são múltiplas e aliciantes e terão um impacto crescente no sistema produtivo regional.

De facto, iniciada desde o 1º Governo Regional a abertura gradativa do sistema societal açoriano ao exterior, tem-se compatibilizado com a fixação na Região de uma competência profissional acrescida como demonstra a evolução do tipo e qualidade da população activa regional.

Assim, concluindo, - o reforço da capacidade negocial - nos diferentes sectores da actividade regional passa por uma política de responsabilização dos agentes sociais, políticos e culturais, no respeito da sua autonomia decisional e, na certeza do aperfeiçoamento gradativo dos modelos produtivos e culturais açorianos.

Para tal, esta política, que se deseja consensual, de formação e de informação, nos diferentes domínios da cooperação externa, permitirá aumentar os potenciais de desenvolvimento regional, numa perspectiva integrada e solidária.

E assim que, ao aprovar o Plano e Orçamento para 1990, a Assembleia Legislativa Regional estará a dar mais um passo para o engrandecimento e projecção externa dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontramo-nos uma vez mais encetando um "pseudo" debate de um Plano e do respectivo Orçamento. E, digo "pseudo" porque o natural é obter um Plano e Orçamento rectificadas, quando de facto existe um debate de ideias, opiniões, projectos. Mas assim não acontece, não acontecerá e, pior ainda, nunca aconteceu.

Esta é já a sexta vez que subo a esta tribuna a fim de fazer o mesmo exercício de boa vontade.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Deputado anda muito distraído!

O Orador: E, como eu, muitos dos Srs. Deputados. Que nem todos! Nem todas as vezes! E, pergunto-me a mim mesmo, mas, sobretudo, a V. Exas. Srs. Deputados do PSD: Qual de nós, da oposição, PS, CDS, PCP já conseguiu que uma vírgula, um ponto, um simples hífen mudasse? E de vós? Qual de vós Srs. Deputados do PSD, já teve o prazer supremo, a consolação, a justa compensação pelo esforço feito, a resposta à solicitação do seu eleitorado, pelo facto de o Plano ou o Orçamento aprovado nesta Assembleia ter sido alterado, ratificado, pela introdução da vossa aspiração?

Deputado Victor Cruz (PSD): Sempre!

O Orador: Que os Deputados da oposição não vejam os seus compromissos eleitorais consagrados nos Orçamentos e nos Planos, aceita-se, compreende-se, diria até que se respeita.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Vocês é que não sabem nada!

O Orador: Não se excite, Sr. Presidente! Olhe que eu digo-lhe o mesmo que diz o meu vizinho Agnel: Tenha calma! Pode-lhe subir a tensão e o Sr. virar a carroça! Tenha calma! Não se excite! Olhe que ele é analfabeto mas discreto! Tenha cuidado!

Porém, que os Deputados da maioria não vejam reflectivos naqueles documentos os seus compromissos, é grave, muito grave, porque assim transformou-se o que foi dito entre 23 de Setembro e 7 de Outubro de 1988 em mera promessa eleitoral, sem qualquer concretização ou execução.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Não é verdade! Isso é mentira!

O Orador: Mas, mais grave ainda, é que o eleitor vai ao longo dos sucessivos actos eleitorais comparando o anunciado com o executado, o prometido com o realizado, e vai concluindo que a abstenção é o melhor resultado, posto que: uns comprometem-se mas não concretizam porque não ganham as eleições, os outros prometem e não obram...

(Risos da Câmara)

O Orador: Obrar de fazer obras!
...porque dizem faltar-lhes os dinheiros.

Todavia continuemos a analisar esta nossa forma de agir no debate e aprovação do Plano e Orçamento.

Participamos nos trabalhos das Comissões, ouvimos os Membros do Governo, reunimos com uma ou outra entidade, conversamos com as pessoas que julgamos poderem contribuir para o nosso esclarecimento, consultamos documentos das mais variadas origens. Juntamos tudo isto e abalamos de casa a caminho da Sede da Assembleia, convictos de que fizemos toda a preparação necessária para o debate.

Escreve-se a intervenção, sobe-se à tribuna, respira-se fundo, de quando em vez uns pingos de suores frios, sobretudo das primeiras vezes, e lá se diz o que se pensa, ou o que se entende conveniente, ou o que se julga oportuno.

Curiosamente, cada Deputado ouve-se a si mesmo, raramente a sua bancada na globalidade o escuta, um ou outro presta atenção porque o orador fala de matéria que ele tem a responsabilidade de contrapor. As horas vão-se passando, enquanto o Senhor Presidente da Assembleia vai dando a palavra a um Deputado do PSD alternando com um do PS, intervalando com um do CDS ou do PCP e intermeado com um membro do Governo.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Parece um conto de criancinhas!

O Orador: É parecido! Foi assim ao longo de todos estes anos! De vez em quando aquece um pouco a discussão, não pelo que está rigorosamente escrito no Programa P1 ou no Programa P31, mas porque foi feita uma afirmação à margem que dá origem a protesto e contraprotesto.

Terminadas as intervenções passamos à votação. E aqui começam e terminam as grandes aberrações do "pseudo" debate. E que não conduziu rigorosamente a nada. Isto até porque há uns anos atrás só se podia apresentar uma proposta global em alternativa, por último pôde-se propor alterações programa a programa. Assim se faz, ou melhor, assim há quem o faça. Sempre da Oposição porque os Srs. Deputados do PSD parecem e, digo e repito, parecem, estar proibidos de apresentar propostas de alteração aos programas ou às verbas.

Como sempre, as propostas do PS são coerentes, ajustadas, lógicas.

Como sempre, o PSD não faz propostas de eliminação, alteração ou aditamento.

Como sempre, o PS vota a favor das suas propostas em oposição às do Governo.

Como sempre, o PSD vota as propostas do Governo e nunca as do PS, ainda que estas possam corresponder mais e melhor aos anseios da população.

Como sempre, os Srs. Deputados do PS insurgem-se contra a não aceitação de uma única das suas propostas por parte da maioria.

Como sempre, os Srs. Deputados do PSD acusaram a falta da Escola, do Hospital, do Centro de Saúde, do bairro de auto-construção, do alargamento de estradas, da asfaltagem de canadas, da abertura de caminhos de penetração, da construção da Sede da Junta de Freguesia, da edificação da Casa do Povo, da aquisição da Pousada da Juventude, do arranjo do parque de campismo, da carência de água e luz para a lavoura, do arranjo do porto, da ampliação da pista do aeroporto,...

Deputado José Carlos Simas (PSD): Isso é uma ladainha, Sr. Deputado?!

O Orador: ...do acabamento do polidesportivo, do arranque da estalagem, do apetrechamento das estruturas, da conservação da igreja, da bonificação dos juro para a habitação, do apoio aos jovens empresários e jovens lavradores, da carência de formação profissional, do insucesso escolar, enfim, enunciaram todas as pequenas e grandes mazelas, que os afligem como Deputados,...

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Como é que o Sr. sabe?!

O Orador: ...como porta-vozes das populações em que se inserem, como responsáveis por este Governo. E verdade! Leiam-se os Diários das Sessões dos 5 anos em que estou nesta Casa!

Como sempre, nem uma única das suas considerações foi tida em conta de forma a permitir que o Programa P1 ou o Programa P31 possam ser votados de forma diferente daquela com que deram entrada nesta Assembleia.

Por tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o meu descontentamento, o meu desânimo, a minha frustração. Para quê esforçar-me em apresentar propostas de alteração, fundamentar essas modificações, investigar exaustivamente, indagar nas mais variadas fontes, se, no fim, os Srs. Deputados do PSD votarão exclusiva e integralmente as propostas do Plano

e Orçamento apresentadas pelo Governo, ainda que concordando, pelo menos interiormente, com as transformações.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Como é que o Sr. Sabe?!

O Orador: Acreditam, indefinida e friamente, que o Governo vai fazer aquilo que eles disseram, mesmo sem constar dos documentos. Não apresentam emendas, votam pura e simplesmente contra as do PS.

Deputado José Carlos Simas (PSD): E porque não são válidas!

O Orador: Como sempre, assim se esperava uma vez mais. Mas desta não estou disponível para o mesmo tipo de esforço que desenvolvi nos últimos dois anos.

(Risos do PSD e do Governo)

Desta vez não me vereis altamente empenhado em apresentar propostas que consagrem o que advertiram os Srs. Deputados da maioria, para, depois, decretarem em sentido oposto.

Como diz o Povo, e muito bem, "O Frade Não Leva Três Em Capelo".

Lamento que este seja o retrato do "pseudo" debate que estamos encenando perante os que nos elegeram; dói pensar que a democracia é linda mas que, quando se vive numa democracia onde não se diz o que se sente, não se vota como se apetece, não se responde o que se quer, melhor fora nunca a ter conhecido.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Que os Senhores não aceitem as nossas achegas, que os Senhores considerem inconciliáveis as nossas propostas com as vossas, compreendo. Contudo, que não possibilitem, ou melhor, que não permitam que os Srs. Deputados do PSD possam contribuir para o enriquecimento de documentos desta importância para a Região Autónoma dos Açores, é que já não consigo compreender.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Quem é que lhe disse isso?

O Orador: Mas, Srs. Deputados do PSD e Srs. Membros do Governo, esse é de facto um dos problemas mais dolorosos com que vos confrontais todos os anos e mesmo acontecendo a outros níveis.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Olhe que eu puxo o jornal, Sr. Deputado!

O Orador: Pode puxar! Mas diga-me lá quando é que, nesta Casa, o PSD fez uma proposta de alteração ao Plano e ao Orçamen-

to e que a mesma tenha sido consignada?! Desafio-o a si, que entrou quando eu entrei para esta Casa, a me provar isso!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de todas estas reflexões, não ficaria de bem com a minha consciência se não desenvolvesse alguns comentários acerca do Plano e Orçamento para 1990.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Ah! Até que enfim!

O Orador: No que respeita ao Orçamento, no Capítulo III - Evolução das Finanças Públicas Regionais, na página 18, lê-se, logo no primeiro parágrafo, que é um objectivo da política orçamental na Região Autónoma dos Açores o equilíbrio orçamental, Daí que, e cito, "ter-se procurado conter as despesas públicas no limite mínimo necessário ao regular funcionamento dos Departamentos Regionais, de forma a permitir que as receitas públicas sejam suficientes para cobrir aquelas".

Não passa realmente de um hipotético objectivo, dado verificar-se que as receitas públicas discriminadas no Quadro XIII, página 65, são as seguintes: Impostos Directos 14.476.200 contos (catorze milhões, quatrocentos e setenta e seis mil e duzentos contos), Impostos Indirectos - 19.484.156 contos (dezanove milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, cento e cinquenta e seis contos) e Taxas, Multas e Outras Penalidades 386.900 contos (trezentos e oitenta e seis mil e novecentos contos) totalizando 34.347.256 contos (trinta e quatro milhões, trezentos e quarenta e sete mil duzentos e cinquenta e seis contos). Enquanto as Despesas Correntes, Quadro XIV, página 66, são de 35.332.474 contos (trinta e cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro contos).

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Olhe que isso é muito bom!

O Orador: Conclui-se assim que falta cerca de um milhão de contos, mais precisamente 985.218 contos (novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e dezoito contos), para que as Receitas Correntes satisfaçam as Despesas Públicas. Se acrescentarmos o que tem sido a realidade dos últimos anos, precisando, desde que o Secretário Regional das Finanças se propôs este objectivo - e já lá vão uns anos (não era o Senhor, já foram outros) - nunca ele foi atingido. E isto sem termos em linha de conta que anualmente, no último trimestre, a Assembleia Legislativa Regional tem aprovado Orçamentos Suplementares que ain-

da mais agravaram esta discrepância.

De seguida, aponta-se que "Uma das restrições mais importantes prende-se com a dificuldade de definir uma verdadeira política fiscal para a Região", dado que "a quase totalidade das receitas correntes têm a sua fonte de financiamento derivadas das receitas fiscais" para se afirmar que "...é necessário aumentar as receitas fiscais para fazer face às crescentes necessidades das despesas de funcionamento dos serviços e do investimento". O que é que se pretende? Aumentar os Impostos para se obter maiores receitas? Como se obterão maiores receitas correntes sem se aumentarem os Impostos? Ou estarão em vista outras fontes de receitas? Com o tão baixo nível salarial que se tem na Região, com os diversos níveis de preços que se praticam em cada Ilha, como se poderão adquirir maiores receitas correntes sem que se agrave o nível de vida dos Açorianos? Se neste momento a cidade da Horta é a que tem índices de preços mais elevados do País, como se arrancarão mais verbas dos Faialenses sem que estes ainda tenham de pagar mais pelo que compram?

No que respeita às receitas de capital, as suas principais fontes são os Acordos Internacionais e as Transferências do Orçamento do Estado. Vejamos o que sobre elas se diz: "Nos acordos Luso-Americano e Luso-Francês, o poder de decisão não é controlado pelo Governo da Região, e nem sempre as transferências das receitas provenientes destes acordos têm vindo no montante desejável para os Açores". Porquê?

A Região Autónoma dos Açores está representada em cada uma das Comissões e participa nas negociações dos Acordos. Logo, sabe desde o início os montantes que o País receberá, pelo que poderá e deverá empenharse, cooperando e colaborando com todas as forças políticas com assento parlamentar, na luta pela obtenção de maiores verbas. Será que o Governo Regional já fez todos os possíveis para comprometer todos os sectores açorianos numa tarefa árdua, que deve ser desenvolvida, acompanhada e concretizada com o patrocínio de outras forças?

As Transferências do Orçamento de Estado sofreram o maior aumento de 1985 para 1986, no ano seguinte registaram um crescimento nominal de 5% para, de seguida, manterem o mesmo valor absoluto. Apenas salienta-se que, desde que o Professor Cavaco Silva ascendeu a Primeiro Ministro, as Transferências nunca aumentaram. Nunca conseguiram equilibrar com a inflação, chegando mesmo

ao ponto de manter a mesma importância. Mas, já estamos habituados a que Cavaco Silva, Miguel Cadilhe, Roberto Carneiro ou Leonor Belega, digam uma coisa, façam outra, assinem acordos para os desrespeitarem de seguida, tentem fazer ver aos Portugueses que "tudo vai bem no reino da Dinamarca", mas esquecem-se constantemente daquele outro adágio "O rei vai nu". E pena, é de lamentar, que cada vez mais os Portugueses, em geral, e os Açorianos, em especial, se recusem a ouvir estes governantes, entre outros, propalarem ideias que não têm correspondência com a realidade. Para que não haja dúvidas do que afirmo, dois exemplos: Inflação para 1989 iria ser de 6% máximo 7%, razão pela qual Cadilhe impõe aumentos salariais para a Função Pública de 8%, afirmando que, ainda assim, iriam recuperar, no mínimo, 1% do seu salário em relação a 1988. A inflação já está em 12,8% e ainda vamos em Novembro. Em Dezembro será no mínimo de 13%.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): De quanto é que está aqui agora?

O Orador: Um pequeníssimo exemplo: O Sr. compra 1kg de morangos em qualquer tasca de Lisboa por 100 \$ 00 e compra na mercearia em Ponta Delgada por 370 \$ 00!

(Risos do PSD e do Governo)

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Isso não entra na inflação!

O Orador: Não entra! O que entra na inflação é aquilo que eu recebo! Pergunte aos Açorianos o que é que entra na inflação! Vá ao mercado e veja! E digo-lhe mais: veja as estatísticas publicadas pelos Serviços Regionais de Estatística para saber onde são os maiores preços e os maiores custos!

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Diga os números, Sr. Deputado!

O Orador: É de 6,3 se o Sr. quer saber, a última publicada pelos serviços competentes. Sabia por acaso? Então se não sabe cale-se porque não sabe o que está a dizer!

(Risos do PSD e do Governo)

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Vossa Excelência não sabe o que está a dizer!

O Orador: Já lhe provei uma vez nesta Casa que Vossa Excelência não sabia o que estava a dizer, Sr. Natalino Viveiros! Não me peça para fazê-lo 2ª vez!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Quando foi isso?

O Orador: É verdade! Leia nos Diários

das Sessões de Março de 85!

Da matéria salarial comprovar os dislates "cavaquianos e cadilhenses", porquanto juntaram os aumentos salariais de 1990 com a revalorização de algumas carreiras da Função Pública, antecipando o aumento de 12% a 1 de Outubro, pretendendo assim calar a boca dos funcionários como se estes não soubessem fazer contas tão simples como estas: aumento recebido em 1 de Janeiro de 89, 8%, inflação anual 13%, aumento de 8% para 12% a partir de Outubro; entre Janeiro e Setembro perderam 5%...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas)

O Orador: Esteja calado que a sua esposa também é atingida!

...e até final do ano 1%. Contudo, fazem uma revisão com uma validade de 15 meses. Só faltava mais esta: a Função Pública passar a ter salários para 15 meses, porque já nos haviam imposto outra...

Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves): Isso é na Assembleia da República!

O Orador: Esteja calado senão também passa a ter aumentos assim!

- ...aumentos salariais com base na inflação prevista para o ano seguinte e não com base na reposição do poder de compra perdido pela inflação sofrida no ano anterior.

Mas, até neste âmbito, tão simples, Cavaco e Cadilhe falharam.

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças e Planeamento, Gualter Furtado)

O Orador: Tenha calma, Sr. Secretário! O Sr. é que precisa dos milhões todos?

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): O Sr. que prescinda dos seus que eu prescindo dos meus!

O Orador: Vamos prescindir?

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Vamos!

O Orador: Muito bem! A favor dos nossos partidos?

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Porque não?

O Orador: Vamos embora a isso!

Quiseram ver mais, e melhor, do que ninguém. Não foram minimamente capazes de prever o desenvolvimento económico português, europeu e mundial e puseram-se a vaticinar. Pelas suas contas, em 1990, a inflação em Portugal seria de 4% a 2%. Lembra-se? Lembra-se, Sr. Secretário Regional das Finanças, quando aqui fez a primeira inter-

venção que dava estes dados?

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, voltemos ao Orçamento para 1990. O Capítulo V dedicado aos Condicionantes da Política Orçamental aduz que houve uma sobrecarga de despesas orçamentais determinadas por medidas de política de âmbito nacional, alterações de receita fiscal por necessidades de financiamento do Orçamento do Estado, alterações negativas do nível de Receita Regional por modificação do sistema de liquidação de impostos e alterações da política monetária nacional, restrições estas que, e cito, "...têm vindo sucessivamente a ser referidas em diversos documentos, e voltamos a incluí-las neste **Relatório**, porquanto os pressupostos em causa se mantêm e, em certa medida, se agravaram".

Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento:

Que relatório é esse?

Algum relatório mandado a Bruxelas? A Cavaco Silva? A Miguel Cadilhe? - eu li o que está escrito no Orçamento.

Ou apenas se trata de um lapso, por não se ter feito a devida adaptação, ao copiar, aqueles elementos de um Relatório para o Orçamento que ora discutimos?

Já agora, agradecia que me esclarecesse igualmente como foram obtidos os montantes do Quadro XIII, página 65, referentes a Transferências - 28.911.350 contos (vinte e oito milhões, novecentos e onze mil, trezentos e cinquenta contos e Outros - 8.481.550 contos (oito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, quinhentos e cinquenta contos) posto que, pelas minhas contas, aqueles valores deveriam ser, respectivamente, 28.910.250 contos (vinte e oito milhões, novecentos e dez mil, duzentos e cinquenta contos) e 8.482.650 contos (oito milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta contos).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 1990 ao iniciar a descrição da Situação Interna na Região no Capítulo II informa que "O volume do emprego tem subido continuamente desde 1986 a uma taxa superior a 3% ao ano, enquanto a taxa de desemprego manteve uma tendência descendente. Este último fenómeno não deve, porém, ser dissociado do aumento da emigração registado nos últimos dois anos".

Algumas questões: Quantos milhares de açorianos emigraram desde 1986? Desses milhares, quantos com idades compreendidas entre os 15 e os 45 anos? Quantos com mais de 45 anos? Quantos em idade escolar? E

quantos nasceram? Significa, portanto, que a emigração está novamente a ultrapassar a natalidade e que, se os Estados Unidos e o Canadá abrissem as suas portas, os Açores ficariam de novo reduzidos a metade da sua população como em décadas anteriores?

Ainda na introdução fala-se na necessidade da criação de um número importante de empregos, 2.200 empregos por ano, sob pena de a taxa de desemprego subir para números porventura indesejáveis.

Sr. Secretário da Juventude e Recursos Humanos:

Quantos empregos e em que sectores e áreas se criaram nos últimos anos?

Este ano de 1989 conseguiram criar-se 2.000 (dois mil) novos postos de trabalho? Como? Onde? Em que ilhas?

E no ano de 1990? Onde aparecerão as novas empresas e sociedades capazes de fomentar esses milhares de postos? Em que actividades?

Já agora, o Governo Regional que elementos possui que lhe permita apontar um aumento de população? Será que a população açoriana já é de 260.000 habitantes?

Na página 10 do Plano diz-se que "...o impacto dos sucessivos Planos Anuais melhorou, ainda não satisfaz". Que avaliação se faz do resultado dos Planos Anuais? Ainda não satisfazem porquê? Porque o que se aponta como objectivo não é atingido? Porque o Plano não passa de um rol de boas intenções? O Plano é um Plano ou uma discriminação de intenções que, à partida, toda a gente sabe que são apenas isso e nada mais do que isso? Mas, e as populações? Entregam-nos uma execução do Plano em que se pode verificar coisas tão simples como estas: verbas do Programa X completamente gastas, obras programadas Y só que com as verbas dispendidas apenas se fizeram as obras Y-Z ou então se se conseguiram executar todas as obras, os Orçamentos foram revistos e transitam para o ano seguinte algumas dívidas sobre as mesmas obras.

A participação do Sector Público alargado aumentou, o que aponta "o grande peso da Administração em sentido lato na economia regional". O que vai o Governo fazer para alterar esta situação? Privatizar as Empresas Públicas? Informatizar Serviços Públicos? Despedindo trabalhadores? Não admitindo os que a Lei obriga a tal? Não cumprir com os diplomas aprovados na Assembleia Legislativa Regional? Não aplicar os diplomas nacionais? Não adaptar legislação nacional às realidades regionais?

A páginas 14 do Plano escreve-se "...a par das taxas de escolarização praticamente totais já registadas no ensino básico (1º e 2º ciclos), se consigam melhorias no respeitante a taxas de escolarização nos restantes graus de ensino, desde o pré-primário ao superior".

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Informe-nos e esclareça-nos do conteúdo desta frase. É ou não verdade que 8,8% das crianças que terminam o 4º ano de escolaridade do 1º ciclo, antiga 4ª classe, não se matriculam no 5º ano? É ou não verdade que cerca de 15% das crianças abandonam o 2º ciclo do ensino básico - ciclo preparatório - sem conseguirem concluí-lo? Como não se têm dúvidas ao descrever uma situação que, à partida, se sabe não corresponder à realidade? Será que andamos de olhos fechados quando passamos pela estrada da Ribeira Grande, não vendo ranchos de crianças, em idade escolar, que pedem boleia, para virem pedir esmola para Ponta Delgada? Será que ainda estamos de "óculos escuros" e não enxergamos os miúdos que fazem "recados" na cidade, apoiam os pais na agricultura, colaboram com a família na pecuária, auxiliam familiares e vizinhos na pesca, fugindo assim à escola em idade de escolaridade obrigatória?

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Não há mal nenhum em ajudar!

O Orador: O Senhor parece que não faz a viagem! Faça a viagem!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Basta o que eu faço!

O Orador: O Senhor está a brincar comigo! É todos os dias duas vezes!

Por outro lado diz-se que a época das infraestruturas está a acabar.

Como se pode asseverar tal se, na página 18, se confirma o contrário dado que para "construção" ir-se-á dispendir a verba de 17.029.000 contos (dezassete milhões e vinte e nove mil contos) e apenas 9.783.000 contos (nove milhões, setecentos e oitenta e três mil contos) nos apoios financeiros e em outras acções 7.688.000 contos (sete milhões, seiscentos e oitenta e oito mil contos), correspondendo, respectivamente a 49,4%, 28,3% e 22,3% dos investimentos do Plano?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou terminar a minha intervenção. Faço-o com um presságio de Esperança!

Secretário Regional da Habitação e Obras

Públicas (Natalino Viveiros): Não sabe o que é um presságio!

O Orador: Eu vou-lhe trazer um dicionário!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros): Eu tenho aqui um!

O Orador: Então consulte-o para o Senhor ver umas coisinhas que está bem a precisar... a não ser que seja um dicionário muito esquisito!

Esperança de que amanhã, um dia, quem sabe, talvez já no próximo ano, na próxima sessão legislativa, possamos subir a esta tribuna com a certeza de que vale a pena discutir o Plano e Orçamento, apresentar sugestões, propor alterações, porque elas serão ouvidas, tidas em conta, e, coerentemente, introduzidas modificações nos seus textos.

Assim o espero, assim o desejo, Srs. Deputados do PSD e Srs. Membros do Governo, a fim de que cada um de nós sinta que vale a pena para bem de tudo e de todos.

Disse.

Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra para?...

Deputado Martins Goulart (PS): Para um pedido de esclarecimento

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejava fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente do Governo Regional:

Estamos a falar de Orçamento, e eu gostaria de saber se o Sr. Presidente do Governo Regional ou o seu Governo já tomaram alguma iniciativa, face às últimas declarações do Secretário da Defesa dos Estados Unidos, Richard Cheney.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): A qual delas se refere, Sr. Deputado?

O Orador: Aquelas que têm reflexos na Região, naturalmente.

Pode levantar-se e falar porque não temos medo do debate, Sr. Presidente!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, eu peço a palavra para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Martins Goulart:

- Quais são as declarações do Secretário da Defesa dos Estados Unidos, Richard Cheney

a que se reporta porque o Sr. Cheney faz múltiplas declarações nas mais diversas circunstâncias e a propósito dos mais diversos temas, eventualmente alguns referentes à Região - agora com a questão do Muro de Berlim toda a gente faz declarações que têm, de alguma maneira, reflexos para a Região - e, por conseguinte, gostaria de saber quais são elas porque, doutra forma, não me posso pronunciar.

Deputado Martins Goulart (PS): Fui tão claro que o Senhor chegou exactamente lá. Portanto, eu não precisava de marcar a referência exacta das declarações. O Sr. Presidente chegou lá! Portanto, a sua inteligência funciona (e ainda bem que assim é!) porque senão estaríamos mal. É exactamente sobre essas declarações, dum futuro próximo, e que terão reflexos nos Açores e que têm a ver, obviamente, com o Orçamento, porque eu tive o cuidado de o dizer, que se o Senhor Presidente do Governo Regional as conhece e se conhecendo-as, o seu Governo já tomou alguma iniciativa para acolher essa iniciativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gosto imenso de debater, mas não tenho habilidade nenhuma para adivinhas e para charadas.

Se o Sr. Deputado Martins Goulart quer fazer uma pergunta concreta, eu respondo-lhe; se quer vir para aqui com essas conversas de chaça, é óbvio que não leva qualquer resposta da minha parte!

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Martins Goulart (PS): O Sr. Presidente do Governo Regional acaba de demonstrar que não está a governar a Região porque não está a atender a um problema orçamental fundamental desta Região, que tem a ver com as contrapartidas financeiras da Base das Lajes.

O que eu acabei de demonstrar com o seu gaguejar é que o Senhor não está a acompanhar um aspecto importantíssimo da política mundial que se reflecte na Região Autónoma dos Açores e que o Senhor desconhece completamente. Foi isso que ficou demonstrado! Mas eu continuo e faço a pergunta que o Senhor desconhece.

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: Tenha calma, Sr. Presidente! Tenha calma!

O Senhor sabe que, devido a declarações prestadas recentemente (parto do princípio de que sabe) sobre a evolução nos Países de Leste, o Sr. Secretário da Defesa Richard Cheney prevê um substancial decréscimo dos efectivos militares na Europa e também prevê o encerramento de bases militares...

Deputado Fernando Faria (PSD): Das Lajes!

(Risos do PSD)

O Orador: O Sr. Deputado defende isso? Eu não defendo! Antes pelo contrário! Eu quero é ter a certeza de que este Governo está no terreno para garantir que não se desenvolvam acções políticas complicadas e, obviamente, vejo que não está dentro do problema.

A pergunta concreta é a seguinte:

- Sabe qual é a redução orçamental prevista para o Orçamento da Defesa dos Estados Unidos, de acordo com fontes do Pentágono e do Departamento de Defesa, em função da abertura a Leste? Sabe qual é a percentagem, sabe qual é o valor? Qualquer uma das respostas me serve.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Manifestamente, o Sr. Deputado Martins Goulart delira!!!

(Risos do PSD)

As relações entre Portugal e os Estados Unidos, relativamente ao uso de facilidades militares nos Açores, estão tituladas por um tratado que tem vindo a ser renovado ao longo dos anos, que representa manifestamente a existência de interesses comuns permanentes dos dois Estados e que não estão em causa por causa do desaparecimento do "Muro de Berlim".

O Sr. Deputado Martins Goulart talvez saiba que, do ponto de vista dos Estados Unidos, o interesse da presença militar nos Açores não respeita apenas ao reforço rápido à Europa no âmbito da "Aliança Atlântica", mas representa, sem dúvida, a guarda avançada da sua defesa própria e, por isso, é que há mesmo um Plano de Defesa dos Açores que é exclusivamente Norte-Americano.

Se o Senhor não sabe isto é porque, ao longo da sua longa estadia nos Estados Unidos da América, no seu bem cotado doutoramento acerca do qual acabo de receber uma fotografia demonstrativa da sua obtenção, com a qual me congratulo...

(Risos do PSD)

Tenho aqui, sim, uma fotografia com dedicatória!

De qualquer maneira, se o Senhor não se informou sobre essa matéria, é pena porque não aproveitou o tempo, enfim, o que seria uma matéria de actividade circum-escolar mas seria, com certeza, enriquecedora.

Devo-lhe dizer que o Governo Regional não está minimamente preocupado com as questões que ele alude: o "Muro de Berlim" não nos cai por cima, cáfu por cima de muitas outras entidades e, nomeadamente, caíram também alguns blocos sobre o Partido Socialista por causa da sua coligação tardia com o PC, mas isso é outro assunto que discutiremos oportunamente.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Portanto, estamos garantidos por um Tratado, trabalhamos com gente que se respeita mutuamente, da parte das entidades responsáveis a questão é perfeitamente conhecida e acompanhada, não achamos motivo para alarme, nem por isso achamos motivo para se perder a cor, eu penso ganhar outras cores, estamos bem, e o Sr. Deputado não se amofine com isto que por esse caminho haveremos de continuar bem e o auxílio americano ao desenvolvimento dos Açores julgo que é muito mais titulado no especial relacionamento da nossa Região, e no quadro do nosso País, com os Estados Unidos da América, do que ao título das contrapartidas.

Essas contrapartidas, de resto, como sabe, são excepcionais e não há dúvida de que é pelo facto de nós termos nos Estados Unidos da América uma Comunidade tão importante, tão significativa, que é por virtude da presença dessa Comunidade na vida americana que o auxílio americano nos tem sido garantido e, com certeza, continuará a ser garantido... talvez para pena do Sr. Deputado Martins Goulart (espero que não!) porque estamos, de facto, numa tarefa muito importante que a todos compete apoiar para o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Eu gostaria de informar o Sr. Presidente do Governo Regional que, obviamente, não está nos Açores nem está preocupado com a situação da Base das Lajes, como acabou de o dizer, e que está tudo garantido...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Está sim Senhor!

O Orador: Muito bem! Então sabe também:

que o corte orçamental previsto é da ordem dos 2.250 milhões de contos (dois mil duzentos e cinquenta milhões de contos)!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): É melhor fazer a conta em dólares!

O Orador: Mas eu estou em Portugal, Sr. Presidente, e aqui falo em contos: 2.250 milhões de contos!

Ora, isto significa cerca de 5%, que é a verba que está a ser discutida, neste momento, no Departamento de Estado e no Pentágono, do Orçamento de Defesa dos Estados Unidos.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): E o Sr. Deputado diga qual é o Orçamento de Defesa. E porque os biliões de dólares que os Estados Unidos dedicam à Defesa...

O Orador: O Senhor está muito enervado!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): ...traduzidos em contos, transformam essa verba numa percentagem ridícula!

O Orador: Tenha calma, porque eu gostaria de lhe perguntar se tem a certeza absoluta de que as contrapartidas para pagamento da utilização da Base das Lajes pelos Americanos não vão descer em função desta enormíssima redução, prevista para o Orçamento de Defesa dos Estados Unidos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): O Senhor vai criando o clima... já está criando!...

(Risos da Câmara)

Isso é como as Transferências do Estado! Vai enchendo o balão!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional:

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não há dúvida que o Sr. Deputado Martins Goulart vive num universo povoado de fantasmas. Isso mesmo deu ele a entender na intervenção que proferiu há bocado e à qual tive pena de não assistir.

Deputado Martins Goulart (PS): Mas o Sr. Presidente não estava presente?!

O Orador: Mas já a li, Sr. Deputado, uma vez que ela não foi secreta. Tenho aqui o texto da sua intervenção que foi distribuída pelos Serviços da Assembleia.

Mas, dizia, ele vive num mundo em que vê oprimidos nos Açores, vê todos estes perigos fantasiosos, fabulosos. Não se preocupe: entre o Governo dos Estados Unidos e o Governo Português foram assinados Acordos no começo deste ano, por alturas de Janeiro, na altura da transição da Administração Reagen

Reagan para a Administração Bush, com a garantia desta Administração.

Portanto, não vale a pena vivermos de fantasia! Tratem os dias a dia que já é mais do que suficiente!

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): O Sr. Presidente do Governo Regional, ou faz que não sabe, ou quer tratar-nos por ignorantes e ingênuos. Não é a Administração que resolve esses problemas nem pode dar garantia: é o Congresso!

(Protesto inaudível do Presidente do Governo Regional)

O Orador: É sim o Congresso, assim como é o Congresso que vai votar a redução deste Orçamento de Defesa e, portanto, o Senhor pode ter as garantias que quiser ter, com as Administrações que se vão sucedendo, que não há nenhuma garantia real. O problema é estar dentro dele e poder acompanhá-lo de maneira a poder defender os interesses dos Açores.

(Risos do PSD)

O que o Senhor Presidente do Governo Regional está a fazer é a dizer que, porque há um determinado tipo de entendimento...

(Neste momento levantou-se o Senhor Presidente do Governo Regional para responder)

O Orador: Descanse que eu ainda não acabei a pergunta. Pode sentar-se e aguardar um bocadinho!...

*(Risos da Câmara) **

Tenha calma! Não se enerve!

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

O Orador: Não monopoliza! Eu tenho o direito de falar um pouco mais!

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

O Orador: Portanto, não se enerve nem me tente cortar a palavra. Não estamos na televisão, mas podíamos lá estar. Seria muito mais interessante, mas lá chegaremos!

Mas, como ia dizendo, não há nenhuma garantia real que possa ser dada pelo Executivo dos Estados Unidos, Isso sabe-se! - ponto de partida!

Ora, o que o Senhor Presidente do Governo Regional disse aqui, foi que lhe basta essa garantia - que não existe! Portanto, o que existe, de facto, é uma dependência concreta

da decisão que o Congresso vai tomar, e a tendência real da política dos Estados Unidos é a de uma redução drástica do Orçamento de Defesa e o Governo Regional demonstrou, através da sua intervenção, que não está nada preocupado com isso, que está aí sentado a rir-se para o Japão e, portanto, não vai fazer nada para defender os interesses dos Açores.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Está a rir-se das asneiras que o Senhor está a dizer!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A tranquilidade que o Governo Regional adopta nesta matéria, e que eu próprio adopto, com certeza, e que está na linha da "Autonomia Tranquila" que foi definida no início do nosso mandato - há um ano ou perto disso -, deriva do conhecimento que nós temos do modo como funciona a política americana e até dos últimos avanços nesse domínio estabelecidos.

Talvez o Sr. Deputado Martins Goulart não esteja a par de que o Congresso dos Estados Unidos desistiu de fazer a atribuição de verbas por países, com uma única excepção concreta - bem explicável, aliás - que é Israel e o Egipto, em consequência de Acordos pelos quais os Estados Unidos estão vinculados.

Quanto aos outros países, deixou de haver fixação de verbas estabelecidas pelas Comissões competentes do Congresso dos Estados Unidos, e depois ratificadas pelo próprio Congresso, tanto numa Câmara como na outra; há, portanto, uma votação global que, depois, a Administração aplica e reparte.

Assim sendo, a Administração, ao contrário do que o Sr. Deputado afirmou, revelando desconhecimento absoluto da matéria...

(Protesto inaudível do Sr. Deputado Martins Goulart)

O Orador: ...tem a possibilidade de dividir as verbas que lhe são atribuídas para o auxílio exterior e é, com certeza, dentro deste quadro, que vai definir.

De resto, quanto às reduções do Orçamento de Defesa Americana sobre as quais o Sr. Deputado Martins Goulart, enfim, um grande especialista nas coisas matemáticas e até doutorado em matemáticas (bio-matemática, segundo acabei de ler nos jornais há poucos dias) procurou aqui tentar baralhar, convertendo...

(Protesto inaudível do Sr. Deputado Martins Goulart)

O Orador: Eu tenho um doutoramento "Honoris Causa" apenas e já me dou por satisfeito, Sr. Deputado, mas não levei 5 anos a obtê-lo!...

(Risos do PSD e do Governo)

Deputado Martins Goulart (PS): 6 anos! Quer que lhe mostre?

O Orador: Eu licenciiei-me em 5 anos e estou muito satisfeito!

(Protestos inaudíveis do Sr. Deputado Martins Goulart)

O Orador: Espero bem que sim... e à Câmara sobretudo!

Deputado Martins Goulart (PS): A Câmara? Porquê?

O Orador: Quanto à questão concreta com que ele tanto se preocupa, não vale a pena preocupar-se; tudo isso vai correr bem. É indispensável é que os Srs. Deputados também apoiem - aliás, conforme o apelo feito há pouco pelo Sr. Deputado Francisco Sousa - em vez de procurarem criar o tal ambiente que seja calamitoso e que perturbe até a segurança dos cidadãos e as expectativas dos investidores. A situação está sossegada, e oxalá que todos os problemas que estão pela frente dos Açores fossem apenas estes, que estão, de resto, situados num plano relativamente ao qual as nossas capacidades de intervenção são limitadas, como é natural, na medida em que envolvem decisões de órgãos de soberania até de países estrangeiros; as nossas influências circulam através de nossa Comunidade, e nós não deixaremos de as exercer oportunamente.

Todavia, nesse domínio, como se trata de uma matéria em que intervêm relações entre Estados Soberanos, o Sr. Deputado Martins Goulart, com certeza, não quererá que nós exorbitemos a nossa competência e não deixemos de confiar nas seguranças que nos são dadas pelo Governo da República no seu relacionamento estabelecido com o Governo dos Estados Unidos da América.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Gostei de apreciar a evolução autonómica do Sr. Presidente do Governo:

- Já não quer participar porque confia no Governo da República em decisões que afectam a Região?!

- Está a insinuar que será perfeitamente normal ficar aí na sua tranquilidade e de não estar a participar no processo que, embora da competência dos órgãos de soberania, tem interesse especial e específico para a

Região?!

- Agora a sua postura é a de ficar sentado à espera que os outros lhe garantam a autonomia?!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que está à vista é que, com a redução orçamental deste tipo que o Congresso vai aprovar globalmente, muita gente vai levar cortes.

Ora, eu pergunto se este Governo Regional está a tomar "iniciativas" - não disse tomar "iniciativas unilaterais" e pode deixar de sorrir, Sr. Presidente, porque isto é grave - no sentido de utilizar os canais próprios para garantir que os Açores não sejam prejudicados nos cortes inevitáveis que vão acontecer, em função da redução do Orçamento de Defesa dos Estados Unidos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado): Sempre houve cortes, Sr. Deputado!

O Orador: Isto é que é o problema e tem a ver com este debate: é matéria fundamental! Não estou a levantar nenhum fantasma! Gostaria era de ver actuar o meu Governo, porque o meu Governo ainda é o vosso, isto é, eu sou Açoriano e aí está o Governo legítimo dos Açores, estou a colocar-lhe o problema com seriedade, isto é, estou a apresentar fundamentos suficientes que manifestam uma preocupação legítima e que podem, se não forem atendidos a tempo, criar situações irreversíveis e gravosas para a Região Autónoma dos Açores!

Disse.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional:

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Acerca de toda essa questão e dos famosos cortes que o Orçamento de Defesa dos Estados Unidos está a sofrer, que resultam, de resto, do novo clima de paz que todos nós aspiramos que seja cada vez mais consolidado, nós saberemos, pelos meios de informação a que o Sr. Deputado Martins Goulart também tem acesso - porque ele não deve ter, com certeza, acesso aos relatórios secretos da CIA e do Pentágono (não chegou ainda aí de facto a sua penetração) - que os cortes vão resultar no adiamento da construção das novas armas americanas; na redução dos bombardeiros STELT que estava previsto construir-se uns quantos e que vão reduzir-se

a estes mesmos; na redução dos efectivos militares na Europa; no desaparecimento de muitas Bases no Centro dos Estados Unidos, incluindo alguns fortes que vinham do tempo dos Índios...

(Risos do PS)

...e que, com certeza, não tinham qualquer razão de ser nos tempos actuais.

Como vê, eu estou muito bem informado sobre o que se está a passar nessa matéria e vejo que surpreendi os Srs. Deputados ao contar-lhe este episódio, que até parece anedótico, mas, enfim, como até há pouco tempo houve quem falasse que vinha com um chapéu de Índio para os Açores, essa referência aos Índios foi muito adequada. Isto foi dito por um dos responsáveis do "Governo Sombra" do Partido Socialista.

(Risos do PSD)

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado Martins Goulart escusa de se preocupar com isto e espalhar essas suas grandes questões relativas à falta do conhecimento e do domínio das questões concretas do quotidiano.

Nós, através dos meios próprios, estamos acompanhando toda essa questão, sem ficar com qualquer problema, através dos canais próprios que envolvem, na linha da "Autonomia Tranquila", a responsabilidade primeira do Governo da República.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois de termos assistido a uma pseudo intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa e depois de um pseudo esclarecimento dum pseudo líder dum partido também pseudo maioritário da oposição, o que se começa a constatar é que o Partido Socialista está a gastar o seu tempo e, daqui a pouco vai talvez pensar que nós vamos prescindir do nosso para dizermos aquilo que queremos dizer e aquilo que foi feito...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: ...porque o que se nota é que só falam as primeira linhas, os ilustres, e, depois, há aí o povo para aplaudir e fazer quórum, no fundo.

(Risos do PS)

Também fiquei sabendo que o Sr. Deputado Francisco Sousa, que até é o Presidente

da minha Comissão - da Comissão dos Assuntos Sociais -, não ficou esclarecido na Comissão e, assim sendo, pedia aos Srs. Secretários que voltassem a dizer-lhe novamente tudo aquilo que foi dito nas Comissões sobre, por exemplo, Pousadas de Juventude.

Deputado Francisco Sousa (PS): O Sr. Deputado está a falar de quê?

O Orador: Não sabe, mas vai aprender, porque nós vamos falar nisso ainda nesta Câmara.

Deputado Francisco Sousa (PS): O Sr. Deputado é que foi há meses atrás pedir uma Pousada que ainda nem está feita!

O Orador: Não, Sr. Deputado! Eu disse que era para se construir uma Pousada!

Deputado Francisco Sousa (PS): O Sr. Deputado não sabe o que é que está a dizer!

O Orador: Eu podia-lhe ler aqui, porque o nosso partido e as nossas organizações funcionam, todas as medidas tomadas pelo Governo para a Juventude desde Dezembro até hoje.

Simplesmente, não lhas vou ler porque vou precisar talvez delas porque, como os Senhores têm um "Secretário Sombra da Juventude"...

(Protesto inaudível do Sr. Deputado Martins Goulart)

O Orador: Sr. Deputado Martins Goulart, eu quero-lhe dizer que no seu texto, a páginas 3, o Senhor nem sequer fala há quantos anos o Regime Autónomico está instituído, uma vez que pôs lá 14 anos e alguém que esteve a rever o texto é que emendou e escreveu lá 12!

Deputado Martins Goulart (PS): A Autonomia começou antes do Governo Regional com a Junta Regional dos Açores!

O Orador: Mas ainda haveremos de analisar o conteúdo da sua intervenção em próxima oportunidade.

Deputado Martins Goulart (PS): O Sr. Deputado não sabe o que está a dizer!

Presidente: Srs. Deputados, peço que não mantenham diálogo. Podem inscrever-se e falar, mas não mantenham diálogo porque isso prejudica o andamento dos nossos trabalhos.

O Orador: Mas, continuando o meu pedido de esclarecimento, dizia que, de facto, o Partido Socialista tem um "Secretário Sombra para a Juventude", mas que só sabe de Turismo, e, por isso mesmo, eu tenho as respostas para lhe dar na altura própria.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Albano Pimentel.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Depois de ouvir esta pseudo intervenção - porque isto não é uma intervenção mas uma pseudo intervenção - e depois do Sr. Deputado Rui Melo ter baralhado e ter provocado alguma preocupação na bancada do Governo, por exemplo, que vê com grande preocupação as suas intervenções, porque, às vezes, eu até tenho vergonha e estou neste lado...

(Risos do PS)

...mas se estivesse aí imagine a vergonha que eu não tinha...

(Risos do PS)

...mas, depois disto tudo que o Sr. Deputado disse, só gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta:

- Por que é que o Sr. Deputado é especialista em Juventude se o Senhor é o homem mais velho que está aqui dentro? O Sr. Deputado na maneira de falar, é velho nas concepções e, por conseguinte, eu considero que algumas pessoas que estão aqui dentro, como o Sr. Deputado Melo Alves da sua bancada e o Sr. Deputado Francisco José, são muito mais jovens de espírito e, assim sendo, já me está irritando o Senhor, sistematicamente arrogar-se no proprietário da Juventude. O Sr. Deputado é um jovem degenerado: o Sr. Deputado nasceu velho...

(Risos do PS)

...e não tem solução de facto, a não ser que lhe aconteça aquilo que vai acontecer, pelos vistos, segundo o Semanário "Açores", ao seu correligionário Raúl Gomes dos Santos que vai começar de novo. Diz lá no título: "Se calhar vai para a creche!"

Ora, eu sugiro que o Sr. Deputado vá juntamente com ele para a creche, porque pode ser que cheguem os dois a uma idade razoável de Juventude.

(Risos do PS)

Portanto, eu gostava era só que o Sr. Deputado me explicasse por que é que é o proprietário da Juventude (da ex-Juventude!) quando não tem nenhuma característica para isso. Faça um esforço!

Admira-me também que o Sr. Deputado defenda sempre a Juventude quando o líder da Juventude Social Democrata, Sr. Deputado Victor Cruz - a quem eu muito aprecio, diga-se de passagem - tem sempre a modéstia de não se meter nessas coisas que o Sr. Deputado se mete - como nas alhadas de Juventude e Pousadas de Juventude - e deixa, de facto, para si este papel inglório que anda

para aí a fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente à primeira pergunta, devo dizer que se eu de facto pareço um velho é porque aprendi depressa. O Sr. Deputado levou muitos anos a aprender: é repetente, é veterano!

E lógico que vai continuar a aprender, mas vai ser mais uma prova de insucesso escolar.

(Risos do PSD e do Governo)

Em relação à Juventude, Sr. Deputado, eu nesta Câmara estou disponível para si, para o Sr. Deputado indicado - parece que não indicado pela JS porque a JS não reuniu para o indicar - mas, já que é um jovem, desafio-o a debater aqui, nesta Câmara, a política de Juventude, sem ter qualquer problema. E desafio-o para continuarmos já, de seguida!

Quanto ao meu companheiro e líder da Juventude Social Democrata, quero-lhe dizer, Sr. Deputado, que ainda não houve necessidade dele intervir. Quando houver, ele há-de intervir. Por agora, chego eu!

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem agora a palavra, para a continuação dos nossos debates, o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (Manuel Arruda): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na Região Autónoma dos Açores os jovens são mais de 50% da população. Como tal, o Governo Regional não podia deixar de prosseguir em colaboração com entidades diversas da Sociedade Civil e pelo respeito do pluralismo democrático uma política integrada de juventude que lhe é cometida por um imperativo: o desejo dos jovens açorianos terem um espaço institucional.

Esta política deverá ter como objectivo prioritário, facultar à juventude os meios que facilitem o desenvolvimento da sua personalidade e da sua integração plena e consciente na vida colectiva.

A política de juventude não é objecto apenas de um departamento governamental, per si, mas na convergência da acção e da cooperação entre os diversos departamentos.

Em menos de um ano, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos demonstrou que a horizontalidade foi possível

em algumas áreas da nossa actividade, ou seja:

- Foi criado o Programa de Apoio ao Jovem Empresário, exemplo de integração entre as diversas Secretarias. Este programa significa uma aposta no voluntarismo e capacidade empreendedora dos jovens.

- Foi também lançado o Programa, no Verão passado, "Férias Desportivas" numa iniciativa conjunta da Direcção Regional da Juventude e Direcção Regional da Educação Física e Desportos.

Neste momento, está em fase de ultimação legislação adequada sobre a habitação para jovens, em colaboração com a Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas.

No que se refere ao Associativismo Juvenil, e em colaboração com o Instituto da Juventude, levou-se a efeito um curso de formação de animadores juvenis com o objectivo de preparar jovens para o exercício de funções de animação juvenil, sócio-cultural e educativa. Está igualmente a decorrer a realização do Programa de Gestores Associativos, decorrendo a parte teórica no Continente e a parte prática aqui na Região, junto de associações culturais, colectividades de cultura e recreio e outras entidades que realizam actividades para a juventude.

A Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos encetou esta política de horizontalidade consciente que a complexidade dos problemas, situações e aspirações dos jovens açorianos não dependem exclusivamente da acção deste departamento mas, também, da interacção e da conjugação de acções com todos os departamentos que, de forma directa ou indirecta, decidam ou executem atribuições e competências, cujos sujeitos activos são os jovens da Região Autónoma dos Açores.

A Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos ao apresentar nesta Assembleia a defesa da horizontalidade da política global da juventude, fá-lo com a experiência do passado recente, com o contributo e colaboração presente, e com a certeza de que, no futuro, se continue a dar passos sólidos, seguros e firmes para a interacção das Secretarias que só é possível na coesão do Governo.

Com esta política temos procurado impedir modelos de desenvolvimento que permitam a assumpção dos jovens como protagonistas na política regional. Esta horizontalidade é a resposta àquilo que o jovem reclama cada vez mais alto: - o direito de cidadão na construção hoje do seu amanhã, do seu

espaço de vida, do seu futuro e da autonomia da Região.

O jovem sabe-lo bem, que esta construção do futuro só é possível pelo direito à participação. Daí que ao jovem deve ser lançado o desafio para programar e executar os seus próprios projectos. Participação significa que o jovem tem direito de julgar e decidir sobre questões que dizem respeito à sua vida. Participação significa também que a pessoa tem consciência da possibilidade que lhe é dada no acesso aos meios necessários para obter proveito (informação, orientação, formação, etc.) bem como o sentimento de que a sua contribuição é reconhecida, em particular no processo de tomada de decisão.

No que concerne à área dos Assuntos Laborais, incluindo a área do trabalho e a componente inspectiva na mesma Direcção Regional e, como questão preambular, direi que, sem embargo da experiência ainda ser curta e, por força disso, não cabalmente testada, os resultados entretanto obtidos são gostosamente positivos e de molde a garantir, logo que as estruturas se encontrem devidamente implantadas e solidificadas, uma mais adequada interdisciplinaridade na abordagem e resolução da socialmente relevante problemática das relações laborais.

Do que se acaba de afirmar ressalta, à saciedade, que, por esta via, se pretendeu e paulatinamente se vai atingindo, uma optimização dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis, para além duma eficaz operacionalidade e criteriosa actuação diária.

No que à vertente inspectiva diz respeito urge referenciar a ampla cobertura de toda a Região, através de periódicas visitas de informação e fiscalização às diversas ilhas onde a Inspeccção Regional do Trabalho não está instalada fisicamente. Foram mais de seis milhares de visitas levadas a cabo, com abordagem dum amplo leque de matérias para daí ser apurada a situação laboral na empresa ou estabelecimento.

Não se descuidou a forte componente informativa e pedagógica que este corpo inspectivo cultiva, como é séria comprovação as mais de nove mil informações registadas, de inegável interesse social por constituírem uma gratificante preocupação de cumprimento atempado da lei.

Movendo-se num tecido social onde vigora ainda um acentuado desconhecimento da lei, por motivações variadas, incluindo a própria ausência assumida e consciente da vontade para a conhecer, a Inspeccção Regional do tra-

balho tem dado especial atenção aos apuramentos salariais e para a Segurança Social que se graduaram em mais de meia centena de milhar de contos.

Paralelamente, em matéria de higiene e segurança no trabalho, vem-se actuando fundamentalmente em conjunto e sintonia com outros departamentos governamentais, procurando, pela via consensual e concertada, levar a uma funda consciencialização de todos os agentes económicos e sociais para a premente necessidade de criação de estruturas preventivas nas unidades industriais.

No que concerne às relações individuais e colectivas de trabalho dou testemunho de um vasto e exaustivo levantamento e estudo das chamadas **zonas brancas**, áreas económicas ou profissionais que se encontram a descoberto de qualquer regulamentação colectiva de trabalho, com vista à elaboração e incremento de nova regulamentação colectiva ou ao alargamento da existente a sectores de actividade similares ou identificados com os existentes e já cobertos.

Doutra feita, foram criados mecanismos de promoção célere de publicação das variadas convenções colectivas e respectivas alterações, bem como da regulamentação colectiva de âmbito nacional, visando não apenas a eficaz cobertura de largas áreas de relações laborais, como também o cumprimento atempado dos compromissos daí advenientes, evitando, assim, os grandes apuramentos salariais.

Entretanto enunciarei algumas medidas que nortearão a nossa actividade nos próximos tempos:

- Iniciativas legislativas a apresentar a esta Câmara e que visarão a revogação da obrigatoriedade do registo na contratação a termo, bem como a adaptação à Região dos diplomas sobre cessação do contrato de trabalho e do regime jurídico da redução e da suspensão do trabalho;
- Incentivar a negociação colectiva, basicamente nas áreas não abrangidas por regulamentação colectiva de trabalho, aproveitando todo o labor que vem sendo desenvolvido e já referenciado nesta intervenção;
- Fortalecimento da componente formativa do pessoal técnico de inspecção, mormente em matéria de higiene e segurança do trabalho e como forma de fazer face aos complexos desafios que esta temática sucessivamente suscita;
- Ampliação da rede informativa e orien-

tadora, com vista à elevação de conhecimentos dos agentes interessados e ao consequente cumprimento atempado e eficaz da lei.

Em matéria de formação profissional a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos tem continuado a investir não só no alargamento das áreas formativas como também na permanente actualização de equipamento e métodos de ensino para que o Centro de Formação Profissional dos Açores seja sempre a vanguarda da tecnologia ligada à realidade açoriana.

O próximo ano, 1990, será um ano de grandes alterações no Centro de Formação Profissional dos Açores, concretizando-se na prática o que se tem vindo a preparar ao longo de 1989. Em termos gerais a principal novidade consiste numa alteração do método de ensino, ou seja, a passagem do sistema tradicional dos cursos de duração rígida, para o sistema modular o qual tem a grande virtude de permitir ao aluno progredir conforme as suas necessidades ou, estudar apenas um aspecto particular conforme os seus interesses.

Tal alteração tem de ser, naturalmente, faseada no tempo pelo que de imediato abrangerá apenas as secções de informática e metalomecânica. A secção de madeiras passará por uma fase intermédia até que seja possível a formação adequada dos monitores.

Como novidade, aparecerá já a funcionar em Janeiro de 1990 a nova secção do ramo alimentar cujo primeiro curso será o de cortadores de carnes verdes. No próximo semestre será também concluída a obra do novo pavilhão oficial e apetrechadas as oficinas de bate-chapa e mecânica-auto.

Finalmente, em matéria de estruturas, dar-se-á início à construção de um outro edifício destinado à secção de hotelaria que, até ao momento, tem vindo a funcionar em instalações provisórias.

Todo este grande investimento necessita evidentemente de substanciais melhorias nas estruturas e meios de funcionamento dos Centros de Emprego já que é por estes serviços que passam todos os candidatos ao Centro de Formação Profissional dos Açores. A estas alterações acrescem ainda imposições decorrentes da integração europeia, nomeadamente no que concerne à tipologia da recolha dos dados estatísticos do emprego. No corrente ano surgiu, pela primeira vez, um Programa no Plano que contemplava os Centros de Emprego e, em 1990, será dada continuidade a esse investimento, nomeadamente

no aspecto da informatização, a par de obras de beneficiação e conservação das instalações.

No Plano estão, igualmente, verbas para suportarem o encargo da comparticipação pública nacional inerente às acções de formação co-financiadas pelo Fundo Social Europeu. Sem dúvida que o acesso aos fundos estruturais da CEE é um dos maiores benefícios decorrentes da integração europeia. Sendo a Região carenciada em matéria de mão-de-obra qualificada, tão necessária ao progresso da modernização da nossa estrutura económica, é fundamental o investimento na formação dos recursos humanos. Tal esforço financeiro vê-se assim minimizado com a possibilidade de co-financiamento comunitário para as nossas necessidades específicas, disponibilizando-se deste modo mais verbas do Orçamento Regional para um maior investimento no desenvolvimento global dos Açores.

Em termos de emprego a situação regional é deveras satisfatória.

Segundo dados recentes (2º semestre de 89) a população empregada ascendeu a 98.100 indivíduos. Relativamente ao trimestre homólogo do ano anterior criaram-se 2.300 postos de trabalho, os quais beneficiaram quase exclusivamente as mulheres.

Com efeito, a taxa de actividade feminina tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, obrigando a um esforço suplementar por parte do Governo no sentido de incentivar a criação de empregos femininos como forma de evitar o crescimento do desemprego.

Deste ponto de vista, o Programa Emprego/Formação tem constituído uma medida de elevado alcance na prossecução deste objectivo bem como as denominadas Iniciativas Locais de Emprego.

A título informativo referirei que, no ano em curso no âmbito das Iniciativas Locais de Emprego deram entrada 25 processos dos quais 14 já despachados e 12 estão em tramitação cujos apoios financeiros reportam-se a 57 novos postos de trabalho.

Paralelamente, a Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos tem canalizando um volume considerável de verbas, quer em programas de apoio à integração de jovens no mercado de trabalho, quer financiando programas de ocupação de trabalhadores temporariamente desempregados ou com um tempo de procura de emprego já longo. Por exemplo, em 1989 já foram gastos nestes programas perto de 150.000 contos.

Este tipo de medidas tem permitido manter o desemprego em níveis extremamente

baixos.

Com efeito, o desemprego registado nos Centros de Emprego da Região em Outubro de 1989, aponta para a existência de 2.200 desempregados, o que traduz uma taxa de desemprego muito baixa, sendo fundamentalmente de curta duração.

Contudo, continua a ser nossa preocupação combater os segmentos populacionais em que o desemprego mais se faz sentir: as mulheres e os jovens.

Para os jovens, o Programa Integração no Mundo do Trabalho tem permitido, para além do primeiro contacto do jovem com o mundo do trabalho, a admissão de muitos desses jovens nas instituições que os aceitaram, após a conclusão do mesmo.

No que se refere às mulheres, o já referido Programa Emprego/Formação, discriminando positivamente as mulheres (a compensação financeira é superior) tem contribuído decisivamente para que do número de postos de trabalho criados as mulheres tenham sido as principais privilegiadas.

A título exemplificativo refira-se que, das 1295 colocações efectuadas no ano em curso, 70% pertenceram ao sexo feminino.

Por outro lado, e apesar do vínculo precário de alguns trabalhadores se situar em níveis não desejáveis (Março/89 - 26% de contratos a prazo), o número de trabalhadores que através do mesmo Programa têm ingressado definitivamente nos quadros das empresas aponta para percentagens sucessivamente crescentes, constituindo, deste modo, um estímulo à colocação permanente após um período de experiência do trabalhador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com este Plano, temos fundadas esperanças no futuro.

O Programa do IV Governo Regional vem sendo saudavelmente cumprido no sentido da melhoria das condições de vida da nossa gente.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, chegámos, por hoje, ao fim dos nossos trabalhos.

Ficam inscritos para amanhã os Srs. Deputados José Manuel Bettencourt, Albano Pimentel e Luís Filipe Cabral que pretendem pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Recomeçaremos os nossos trabalhos amanhã, às 10,00 horas, com estes pedidos de esclarecimento.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos

trabalhos.

Muito boa noite!

(Eram 20,35 horas)

(Deputado que faltou à Sessão: **CDS** - Alvarino Pinheiro).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

No termos do disposto no artigo 56º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo apresenta à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a seguinte Proposta de Resolução:

Limite dos Avais a Conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1990

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no uso da faculdade que lhe é conferida pelo artigo 32º, nº 1, alínea c), do Estatuto Político-Administrativo, resolve fixar o limite máximo dos avais a conceder pela Região Autónoma dos Açores, durante o ano de 1990, em 4.500.000 contos.

Aprovada em Conselho, Angra do Heroísmo, 8 de Novembro de 1980.

O Presidente do Governo: *João Bosco Mota Amaral.*

A Redactora Principal: *Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.*